



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM GESTÃO DE PROJETOS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

RITA ALVES RITO (43649)

ORIENTAÇÃO: PROF. DOUTORA LEONOR SANTIAGO PINTO

CO-ORIENTAÇÃO: PROF. DOUTOR MÁRIO ROMÃO

2018/2019

Glossário de Abreviaturas

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organização Não Governamental

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

MAUT - Multi-Attribute Utility Theory

AHP - Analytic Hierarchy Process

TFM – Trabalho Final de Mestrado

SMCE - Social Multi-Criteria Evaluation

PVF – Ponto de Vista Fundamental

MCDM – Multiple Criteria Decision Making

GAMS - General Algebraic Modeling System

Índice de Figuras

Figura 1 – “Research Onion” de - Mark Saunders, Philip Lewis and Adrian Thornhill 2008 – retirada em Saunders et.al, 2017.	18
Figura 2- Esquema da 1ª Parte da Investigação.	18
Figura 3- Esquema da Análise de Conteúdo (Elo & Kyngäs, 2008).....	19
Figura 4 - Esquema da 2ª Parte da Investigação.	21
Figura 5 – Processo de Investigação.	23
Figura 6 - Diagrama de Critérios agrupados em 3 áreas, com base em (Roussat, Dujet, & Méhu, 2009).	25
Figura 7 - Árvore de Decisão de Critérios (Wisedon).....	28
Figura 8- Exemplo de Descritores de um dos Critérios (Wisedon).....	29
Figura 9- Exemplo de Questão da Primeira Fase de Avaliação (Wisedon)	29
Figura 10 - Exemplo de Matriz de Julgamentos (Wisedon).....	30
Figura 11- Ranking Final (Wisedon)	30
Figura 12 - Gráfico de Pontuações de todas as Alternativas (Wisedon)	31
Figura 13- Exemplo de Pontuação Parcial por área no Projeto - Ação Qualidade e Vida (Wisedon).....	31
Figura 14 - Exemplo de Análise de Sensibilidade de um Critério (Wisedon)	31
Figura 15 - Coeficientes de Ponderação (DecSpace)	32
Figura 16- Quadro de Performance Projetos vs Critérios (MCDA ULaval).....	32
Figura 17- Parametrização dos Coeficientes, Limiares de: preferência, indiferença e veto (MCDA ULaval)	33
Figura 18 - Ranking Final (MCDA ULaval).....	33
Figura 19 - Matriz de Outranking (R- incomparabilidade; P+ totalmente preferível; P- preferível) (MCDA ULaval).....	33
Figura 20 - Matriz de Concordância (MCDA ULaval).....	34

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Tabela Comparativa das Metodologias/Softwares: <i>Electre/MCDA ULaval</i> e <i>MacBeth/Wisedon</i>	14
Tabela 2 - Correspondência entre os critérios e ODS.....	26
Tabela 3 - Definições dos critérios a usar.....	26

AGRADECIMENTOS

Este percurso académico, apesar de solitário, reúne contributos e apoios de várias pessoas indispensáveis para encontrar sempre a melhor forma de tornar este Trabalho Final de Mestrado uma realidade possível, e às quais agora passo a agradecer:

Agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Leonor Santiago Pinto, por toda a disponibilidade e apoio, mesmo em situações adversas e complicadas. Sempre atenta e realmente preocupada com o trabalho, permitindo-me esclarecimentos e ajudando-me sempre.

Agradeço também ao co-orientador Professor Doutor Mário Romão pelos contributos de melhoria sempre tão oportunos.

Sinto-me muito grata por todas as reuniões com o Professor Doutor Pedro Verga Matos, onde foi possível debater assuntos para desenvolvimento da tese e por toda amizade que fomos construindo, tornando-se um apoio essencial à realização desta tese.

Agradeço também ao Professor Doutor José Figueira e à Professora Ana Sara Costa pela partilha de conhecimento e experiência. Agradeço também toda a partilha de profissionalismo e tempo do Engenheiro João Bana e Costa. Pelo tempo dispensado, o meu agradecimento ao Professor Doutor Tiago Pinto.

Trilhar este caminho de descoberta foi mais fácil com o apoio do Vasco Gonçalves, da Daniela Costa, da Inês Cepa, do Miguel Silva, da Joana Peixoto, da Rita Valério, da Manuela Afonso, da Patrícia Rodrigues e de tantos outros que me foram incentivando e motivando.

Todo o trabalho de estudo e simulação só foi possível com a colaboração de várias entidades que integraram a amostra de projetos e que disponibilizaram o tempo para reunirmos e esclarecer várias questões. Este trabalho final de mestrado exigiu sempre alguma disponibilidade a nível profissional, pelo que agradeço à equipa da GestOut por toda a compreensão e flexibilidade ao longo da sua elaboração.

E por fim, aos mais importantes... À minha irmã, pela companhia e pelo exemplo de persistência e de pressão! Aos meus primos, tios, avô e especialmente à minha madrinha pela constante presença e motivação... aos meus pais que sempre me proporcionaram o melhor... À minha mãe agradeço a fé que me mantém sempre com força para continuar! Ao meu pai agradeço o rigor que sempre me ensinou no alcance dos objetivos!

Estou grata a Ti, a tudo e a todos!

Num coração onde mora gratidão, também habitará sempre a felicidade.

RESUMO

As organizações do setor social têm um pilar comum e fundamental de criação de desenvolvimento sustentável, através da concretização de ações no mundo. Todas estas organizações possuem planos estratégicos, que se concretizam em projetos. Estes projetos da área social são executados num ambiente onde há incerteza, escassez de recursos e emergência de atuação, o que torna o processo de decisão mais ambíguo e acresce a sua dificuldade.

Atualmente este processo depende sobretudo da intuição ou da preferência para aceitar e gerir os projetos, mas não é suficientemente capaz de gerar impacto do projeto nem sucesso organizacional. Nesse sentido, com a presente dissertação apresenta-se, assim, uma alternativa de análise multicritério para selecionar e priorizar projetos (gestão de *portfólio*), pretendendo, para o efeito, obter um resultado mais objetivo.

Esta tese contempla uma revisão de literatura que aborda assuntos de gestão de projetos, de contexto social e de desenvolvimento sustentável. Aprofunda também a seleção e priorização, especificando os critérios e métodos existentes. A nível de procedimentos de investigação, identifica possíveis critérios para avaliar os projetos da área social, baseada numa análise de conteúdo do Guia do Desenvolvimento Sustentável – 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU e do Relatório de Implementação do Guia de Desenvolvimento Sustentável de Portugal. Para complementar, desenvolve-se um caso de estudo, com aplicação de dois *softwares* na seleção de *portfólio*, para determinar a carteira de projetos que maximiza o desenvolvimento sustentável dentro de um conjunto obtido a partir de projetos reais, respeitando um orçamento limitado. Para este efeito, foram utilizados o *Wisedon* como implementação do método do *MacBeth* e para o *Electre* foi utilizado o *MCDA ULaval*.

Esta dissertação tem como principal contributo o aprofundamento da seleção e priorização de projetos na área social, bem como, técnicas e modos de utilização das ferramentas de apoio à tomada de decisão. Como resultado final, foram propostos dez critérios e um conjunto de práticas e sugestões práticas na aplicação dos *softwares*.

Palavras- Chave: projetos sociais, desenvolvimento sustentável, seleção e priorização, *portfólio*, análise multicritério.

ABSTRACT

The organizations of the social sector have a common and fundamental support of creation of sustainable development, through the accomplishment of actions in the world. All these organizations have strategic plans decomposed into projects. These social projects are executed in an environment where there is uncertainty, scarcity of resources and emergency of action, which makes the entire portfolio selection decision process even more ambiguous and difficult.

Currently this practice is realized through intuition or preference to accept and manage projects, but it is not sufficiently capable of generating project impact nor organizational success. Thus, the present dissertation presents an alternative of multicriteria analysis to select and prioritize projects, aiming, for this purpose, to obtain a more objective result.

This thesis contemplates a literature review that addresses issues of project management, social context and sustainable development. The selection and prioritization is also deepened, specifying the existing criteria and methods. At the level of research procedures, it identifies possible criteria for evaluating social projects, based on a content analysis of the UN Sustainable Development Guidebook - 17 Sustainable Development Goals from the Agenda 2030 and the Implementation Report of the Sustainable Development Guide of Portugal. To complement, a case study is developed, based on real projects, with the application of two softwares in portfolio selection that, with a limited budget, maximizes sustainable development. For this purpose, Wisedon is used as implementation of the MacBeth method and for Electre is used the MCDA ULaval.

This dissertation has as main contribution the deepening of the selection and prioritization of projects in the social area, as well as techniques and modes of the use of tools to support decision making. As a final result are proposed ten criteria and a set of practices and practical suggestions in the application of the software.

Key-Words: social projects, sustainable development, selection and prioritization, multicriteria analysis.

Índice

Glossário de Abreviaturas	ii
Índice de Figuras	iii
Índice de Tabelas.....	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
Abstract	vii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Motivação do trabalho.....	1
1.2. Objetivos da Investigação	4
1.3. Questões de Investigação	4
2. REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1. Gestão de Projetos.....	5
2.2. Desenvolvimento Sustentável e Contextos dos Projetos Sociais	5
2.3. Seleção e Priorização	7
2.3.1. Critérios.....	10
2.3.2. Métodos.....	11
3. METODOLOGIA	18
4. ESTUDO DE CASO	24
4.1. Definição da Amostra.....	24
4.2. Critérios de Avaliação.....	24
4.3. Aplicação nos <i>Softwares</i> e Resultados	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
5.1. Conclusões	35
5.2. Limitações	37
5.3. Pesquisas Futuras	38
Referências Bibliográficas	39
ANEXOS	
Apêndice	

“Half the job of decision-making is deciding how to decide.”
(Ellen Gottesdiener)

1. INTRODUÇÃO

1.1 Motivação do trabalho

A diversidade das organizações que constituem o setor da economia social demonstra-se nos objetivos, na origem, nas relações com os *stakeholders*, nos processos, nas áreas de intervenção, nos planos estratégicos... A economia social pode ter vários significados, no entanto, o *European Social Enterprise Research Network* (ESERN), de acordo com a aceção do Professor Jacques Defourny, define que “*a economia social inclui empresas cooperativas, empresas mútuas e seguradoras, fundações e todas as organizações não lucrativas que mantenham os princípios do terceiro setor*” (Defourny & Develtere, 1999, p.15).

Numa perspetiva normativa, estas organizações terão de seguir os seguintes princípios:

- 1) Prestar um serviço à comunidade independentemente do lucro;
- 2) Possuir uma gestão autónoma (independente e com relação associativa);
- 3) Funcionar de acordo com um processo de decisão democrático (envolvimento de todas as pessoas com a regra de “uma pessoa, um voto”);
- 4) Ter como prioridade as pessoas e o trabalho em detrimento do capital e da distribuição de rendimentos (retorno limitado, distribuição pelos colaboradores e reinvestimento para atingir os objetivos delineados).

Habitualmente, as organizações da economia social trabalham localmente e transformam os grupos e comunidades de uma cultura específica, através da influência da identidade nacional, regional e religiosa (Defourny & Develtere, 1999).

Sem projetos as empresas não se renovam e isso acontece exatamente com outros quadrantes sociais. Só como último recurso, as organizações com mais sucesso têm tendência para estruturar os projetos em programas. O essencial, quando se selecionam novos projetos para investir/implementar, é avaliar e comparar as ideias/propostas de projeto consistentemente (Dietrich & Lehtonen, 2005). Atualmente esta seleção é feita, geralmente, por votação com poucos critérios objetivos de criação de valor e de

desenvolvimento sustentável e seguro. Com o aparecimento da *Internet* surgiram várias aplicações tendo, algumas delas, sido criadas para facilitar as votações quer em processos eleitorais, quer noutros concursos que seja necessário a participação do público para apoiar a decisão (Alvarez, Hall, & Trechsel, 2009).

Na literatura existente há uma lacuna, pois não são claramente evidenciadas as diferentes formas de gestão, quer seja formal ou informal. As abordagens de gestão bem-sucedidas são caracterizadas por práticas formais de tomada de decisão na fase de execução do projeto, sendo que é importante rever o *portfólio* com uma ligação à estratégia definida. Normalmente, a tomada de decisão inclui processos informais e invisíveis que podem ser de grande variedade e, por vezes, complementam-se na organização e gestão de múltiplos projetos (Dietrich & Lehtonen, 2005). Já os problemas de tomada de decisão tornam-se muito mais complexos, uma vez que o conjunto de opções pode mudar endogenamente devido aos efeitos de outras dimensões não estruturadas nem previstas, bem como ao longo do tempo, como consequência das interações multidimensionais entre o sistema económico e o ambiente (Faucheux & Froger, 1995).

Os avanços graduais observados na adoção de ferramentas pelos gestores de projetos indicam que existe uma progressão na regulação do modelo no processo de adoção de ferramentas (Golini, Kalchschmidt, & Landoni, 2015). Tal como referenciado por Faucheux e Froger (1995), a racionalidade individual ou coletiva devia ser identificada com a maximização restrita de uma função objetivo, considerando que os agentes são possuidores de informações perfeitas sobre as quais podem basear as decisões (ou agir "como se" pudessem ter informações perfeitas).

Um projeto social é uma ação determinada no tempo, com um orçamento e que tem um âmbito muito específico associado à resolução de um problema em particular (Esteves, 2008). Outra vertente abordada no trabalho referido anteriormente, diz respeito ao facto de os projetos sociais contribuírem para o desenvolvimento, colmatando algumas lacunas,

nomeadamente ao nível das necessidades básicas das pessoas e das comunidades, contribuindo, assim, para uma distribuição dos recursos mais justa e ética, e resultando numa série de ações em vários setores. Com o grande objetivo de melhorar as condições de vida, os projetos sociais têm diferentes “*donors*” (Morss, 1984), correspondendo a várias personalidades ou entidades que apoiam o financiamento. Os projetos sociais têm diversas limitações, sendo que a maior é o financiamento para o investimento, verificando-se, por isso, quase sempre orçamentos muito limitados. As decisões são influenciadas por fatores chave (Vijayasarathy & Butler, 2016). A solução que, muitas vezes, é encontrada para enfrentar estes desafios e selecionar os projetos a executar é a votação, que, por sua vez, pode ser enviesada pela publicidade ou pelo gestor responsável, podendo cair no erro de não ser a solução mais sustentável. Tal como evidenciado em diversos estudos, e dada a importância social e económica destes projetos e das dificuldades da sua gestão (Bogacz-wojtanowska & Jałocha, 2016), deve ter-se maior atenção, assim como devem disponibilizar-se mais recursos a nível académico. Numa ótica de melhoria de execução e concretização, é proposto estudar e efetivar práticas a serem usadas para que impactem positivamente na seleção e priorização de projetos.

Reforçado por Levine (2005), um elemento que é fundamental ter em conta diz respeito à compreensão dos projetos que devem ser selecionados, de acordo com as prioridades e fatores escolhidos como critérios.

Sintetizando, o problema identificado nas organizações sociais é a lacuna no uso de ferramentas mais objetivas, nas capacidades e nas metodologias de gestão, dificultando a eficaz tomada de decisão da seleção e priorização dos projetos.

1.2. Objetivos da Investigação

- Enquadrar a gestão de projetos, a economia social, o desenvolvimento sustentável e a fase de seleção e priorização de projetos sociais. Aprofundar a análise multicritério para a tomada de decisão, salientando as vantagens que esta pode trazer à seleção e priorização de projetos sociais.
- Através de uma análise qualitativa, definir critérios de classificação de projetos com base nos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).
- Estudar métodos de análise multicritério na seleção de projetos na presença de escassez de recursos. Aplicar *softwares* de análise multicritério a uma amostra de projetos pré-determinada, com um orçamento limitado que não permite a execução da totalidade dos projetos.
- Avaliar o comportamento de diversos *softwares* neste âmbito.

1.3. Questões de Investigação

Depois de definidos os objetivos de investigação e com apoio em Yin (2003), pretende-se responder às seguintes questões nesta investigação:

Q1) De que forma é possível avaliar, selecionar e priorizar projetos com critérios baseados no desenvolvimento sustentável?

Q2) Como se aplicam métodos de análise multicritério à seleção e priorização de projetos na área social?

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Gestão de Projetos

“Project management is the application of knowledge, skills, tools, and techniques to project activities to meet the project requirements. Project management is accomplished through the appropriate application and integration of the project management processes identified for the project. Project management enables organizations to execute projects effectively and efficiently” (PMBOK, 2017, p.10)¹

Os projetos e a gestão de projetos tornaram-se uma forma da organização para responder à mudança, mantendo a competitividade (Dietrich & Lehtonen, 2005).

Os três fatores críticos relacionados com os projetos são a existência de objetivos claros; de um compromisso forte; e com adequados recursos/fundos (HYVÄRI, 2006).

Para uma gestão de projeto efetiva é necessário um líder que seja bom comunicador e motivador e que seja capaz de decidir com competência numa perspetiva visionária (Faucheux & Froger, 1995). Outro requisito a ser cumprido pelos projetos, programas e *portfólios* é o alinhamento com as estratégias organizacionais e concretização dos objetivos estratégicos (PMBOK, 2017).

2.2. Desenvolvimento Sustentável e Contextos dos Projetos Sociais

O Desenvolvimento Sustentável é um conceito multidimensional, maximizando simultaneamente metas ambientais, económicas e sociais (Munda, 2005). A maioria das iniciativas que contribuem para o desenvolvimento sustentável têm origem nas Organizações Não Governamentais (ONGs), e denominam-se por projetos sociais, que são concebidos e implementados em diversos países, mas sem uma coordenação efetiva (Morss, 1984). Os projetos sociais são caracterizados por: descoordenação;

¹ A gestão de projetos é a aplicação de conhecimentos, competências, ferramentas e técnicas para projetar atividades para conhecer e dar resposta aos requisitos do projeto. A gestão de projetos é realizada por meio da aplicação e integração apropriadas dos processos de gestão de projetos identificados para o projeto. A gestão de projetos permite que as organizações executem projetos de maneira eficaz e eficiente.

pulverização de recursos; burocratização; descontinuidade; falta de transparência; múltiplos beneficiários e distanciamento. Com efeito, também inovam com o compromisso social mais efetivo das empresas para com a comunidade, permitindo a responsabilidade social, participação pró-ativa, interdependência, missão institucional, compromisso com os resultados, combate à corrupção e integração de todas as pessoas e classes (Coelho, 2004).

A maioria das vertentes exploradas na economia social está espelhada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ban Ki-Moon, ex-Secretário-Geral da ONU, afirmou que os ODS são uma visão comum para a Humanidade e que são uma lista de coisas a fazer em nome da terra e dos povos, tornando-se, por isso, um plano para o sucesso (ONU, 2016).

Nos projetos da economia social há um grande número de *stakeholders* (Mateus, Matos, & Bana, 2017). Há três categorias de *stakeholders* que contribuem para o desenvolvimento da economia social: autoridades e instituições públicas; a sociedade civil; e o mundo empresarial. O primeiro grupo tem um papel muito importante no que diz respeito a abordagens legais, a disponibilização de fundos, a mudança de mentalidades sociais para a vulnerabilidade de determinados grupos e para uma eficiente implementação das políticas. A sociedade civil é aquela que permite a promoção e execução das atividades da economia social, tendo sempre presente a ótica da produção eficiente do bem comum e não da distribuição de lucros. É nesta categoria que estão inseridos muitos dos beneficiários dos projetos. A terceira categoria de *stakeholders* é o mundo empresarial, muito marcado pela responsabilidade corporativa social, sendo a concessão de micro crédito e a inclusão social de pessoas vulneráveis, alguns dos elementos com maior expressão (Matei & Dorobantu, 2015).

A rápida expansão de ajuda no desenvolvimento internacional criou a procura por parte dos doadores e agências governamentais de sistemas de controlo e contabilidade,

efetivando maiores práticas de gestão dentro dos projetos e das ONGs (Ahmed, Viqar & Bamberger, 1989).

O maior objetivo das organizações denominadas por empresas sociais é fazer negócio com um propósito social. Estas iniciativas têm a forma das tradicionais ONG, tal como as fundações e associações, bem como os novos tipos de organizações, como por exemplo as cooperativas sociais ou fundos (Bogacz-wojtanowska & Jałocha, 2016).

A criação de valor na economia social pode ser vista em termos de benefícios económicos e sociais (desenvolvimento das empresas, desenvolvimento da comunidade...) e/ou em termos de benefícios relacionados com a mudança sistemática e institucional (pois quando se investe na economia social, a maior mudança é notada nas políticas, atitudes e estruturas organizacionais) (Matei & Dorobantu, 2015).

O setor da economia social é fortemente influenciado pelo processo de elaboração de projetos, pois existem muitas atividades que assumem a forma de projeto (Bogacz-wojtanowska & Jałocha, 2016). A economia social está situada entre a esfera da administração pública e privada e combina fatores sociais e objetivos orientados para a criação de valor, sendo necessários instrumentos e métodos atuais.

A gestão de projetos é a principal forma de planear, executar e controlar atividades em ONGs, sendo usada frequentemente, pois os projetos são muito diversos, em ambientes com muita variedade de pessoas e de recursos (Bogacz-wojtanowska & Jałocha, 2016).

2.3. Seleção e Priorização

“Ranking and selecting projects is a relatively common, yet often difficult task.”²
(Buchanan, Sheppard, & Vanderpooten, 1999)

Geralmente, as organizações não podem executar todos os projetos que desejam ou planeiam devido à escassez de recursos. Assim, é importante fazer a gestão do *portfólio*

² “Ordenar e selecionar projetos é uma tarefa relativamente comum, mas frequentemente difícil.”

dos projetos a executar, sendo primordial definir os objetivos estratégicos da organização (PMBOK, 2017). Num problema de seleção e priorização, dominado pela complexidade e incerteza, existem modelos e técnicas de análise de decisão que podem apoiar. As ONGs adaptam técnicas mais simples, flexíveis e económicas do que métodos complexos de gestão de projetos, independentemente da dimensão organizacional (Bogacz-wojtanowska & Jałocha, 2016). As organizações sociais, à semelhança das empresas direcionadas para o mercado, devem adotar modelos administrativos e instrumentos de gestão atualizados e adequados (Oliveira, Ross, & Altimeyer, 2005).

Segundo o Project Management Institute (2008), a gestão de *portfólio* divide-se em: identificação, categorização, avaliação, seleção, identificação e análise de risco, priorização, desenvolvimento de plano de resposta ao risco, balanço, comunicação dos ajustamentos e autorização de componentes de *portfólio*. A gestão de *portfólio* examina os projetos tal como os gestores de carteiras analisam os investimentos, sendo, por isso, essencial equilibrar o *portfólio* e alinhar os projetos com a estratégia (Cooper, Edgett, & Kleinschmidt, 2001). Os gestores de *portfólio* têm de prestar contínua e regularmente atenção ao contexto e não apenas durante a seleção e planeamento (Martinsuo, 2013) (Kester, Griffin, Hultink, & Lauche, 2011).

Tal como evidenciado por Cooper (2001), a gestão de *portfólio* é um processo dinâmico, onde a lista de propostas deve ser constantemente atualizada e revista. A nível do *Project Management Institute* (2008) também é reforçado este processo de monitorização e controlo, sempre em paralelo com o alinhamento dos projetos. Os novos projetos são analisados, selecionados e priorizados, sendo que os projetos em curso podem ser acelerados, cancelados ou re-priorizados. O processo é caracterizado pela incerteza e mudança de informação, oportunidades dinâmicas, múltiplos objetivos e considerações estratégicas, projetos com interdependências e muitos *stakeholders* envolvidos.

A gestão de *portfólio* é muito importante porque permite maximizar a produtividade no alcance de metas e, conseqüentemente, incrementar o retorno. Esta produtividade deverá ser apoiada na manutenção da posição competitiva, alocando cada vez melhor os recursos. A gestão de *portfólio* permite que os projetos sejam alinhados com a estratégia, havendo um maior foco, atingindo o equilíbrio que permita as respostas adequadas às necessidades sentidas pela organização (Cooper et al., 2001).

Vários estudos empíricos evidenciam o papel crucial das competências e das atividades de gestão de projeto, aplicadas diariamente na gestão de *portfólios* e projetos. Os resultados contribuem para a revelação de que a gestão de projetos é um processo para e entre as pessoas e organizações, e só depois um serviço para a estratégia e para os produtos (Martinsuo, 2013).

No decorrer da consulta ao livro “Multiple-criteria decision analysis. State of the art surveys” (Figueira, Greco, & Ehrgott, 2005) é possível dar conta do grande número de métodos que podem ajudar na resolução de problemas de análise multicritério. Conjuntamente com a consulta de Cooper et. al (2001), apresenta-se um resumo de vários métodos de seleção e priorização, sendo eles:

- Métodos Financeiros – dominam a maioria das abordagens com várias variáveis de lucratividade e métricas de retorno, tal como Valor Atual Líquido, Taxa Interna de Retorno, Período de Retorno do Investimento... São métodos de fácil cálculo e conclusão, mas demasiado restritos, pois só têm em conta a vertente económica.
- Estratégia Organizacional – forma básica de alocar dinheiro aos diferentes projetos, dando prioridade aos que mais concretizam a estratégia.
- Diagramas *Bubble* ou Mapas de *Portfólio* – os projetos são representados por bolhas num gráfico com duplicidade de variáveis, uma variável X e outra Y, a serem avaliadas, tendo como resultado a classificação do projeto de acordo com o quadrante (pré-determinado) onde se situe.

- Modelos *Scoring* – são classificados num número de questões ou critérios (numa escala de 0 a 5) e apurados pela pontuação total.
- *Check Lists* – os projetos são avaliados em várias questões SIM/NÃO e selecionados e classificados pelo número de respostas de SIM, sendo posteriormente priorizados.

Podem ainda encontrar-se outros métodos variantes dos indicados ou resultantes de misturas destes, sendo o essencial atingir o correto equilíbrio do *portfólio* a executar e selecionar os projetos certos para os recursos disponíveis (Cooper et al., 2001).

Tal como evidenciado por Cooper et al. (2001), o sucesso depende de várias características, tais como a capacidade técnica e tecnológica, a complexidade do programa, a disponibilidade de pessoas e dos meios para efetuar as ações.

2.3.1. Critérios

As propostas de intervenção dependem da avaliação a partir de certos atributos delineados. Estes objetivos devem ser definidos de maneira precisa para diminuir o nível de conflito entre os atores e, no limite, enviesarem a decisão. Para os projetos serem alvo de avaliação, priorização e seleção devem conter objetivos facilmente identificáveis, além de especificar o público-alvo e o grau de cobertura estabelecido como meta (Cotta, 1998).

A seleção dos critérios é um assunto de muita importância, pelo que devem:

- a) Refletir os objetivos da intervenção;
- b) Ser mensuráveis;
- c) Incorporar a visão dos atores sociais relevantes, principalmente os beneficiários do programa ou projeto.

Estes critérios variam de acordo com o tipo de intervenção e a fase do processo avaliativo em foco (Cotta, 1998).

Vários autores abordam a importância da avaliação dos projetos, sendo essencial que esta seja um processo com uma abordagem pluralista, que envolva aspectos qualitativos e quantitativos e que considere os diferentes *stakeholders* envolvidos (Coelho, 2004).

Todos estes critérios têm importâncias distintas que são demonstradas através de coeficientes. Neste caso, os coeficientes são pesos relativos associados a parâmetros numéricos, que traduzem a importância dos critérios em todo o envolvimento na avaliação dos problemas (Gamboa, 2006). Na maioria dos casos, o responsável pela tomada de decisão hesita em alocar valores precisos aos pesos, pois existe indeterminação, imprecisão, incerteza e falta de controlo das situações da vida real (J.-P. Brans & Mareschal, 2005).

2.3.2. Métodos

As metodologias e modelos para a seleção de projetos, alocação de recursos e gestão de *portfólio* retratam as escolhas de projeto como um processo de tomada de decisão racional, e que definem o mérito (Martinsuo, 2013). Em avaliações empíricas de projetos públicos e bens providenciados publicamente, a análise multicritério parece ser uma ferramenta adequada, que permite ter em conta um vasto leque de critérios de avaliação, e não apenas uma maximização do lucro (Munda, 2005).

A seleção do *portfólio* e as metodologias de gestão de projeto têm tendência para assumir que estes competem com os mesmos recursos e que a relevância é conhecida e controlada pela organização (Martinsuo, 2013), todavia, nem sempre é assim.

Geralmente, um problema de decisão é um dilema em que consideramos um conjunto de ações potenciais (soluções admissíveis, decisões viáveis), entre as quais devemos: escolher uma única ação considerada como “a melhor”, ou selecionar um subconjunto de

ações consideradas “boas”, ou ordenar as ações do melhor para o pior, ou ainda uma série de possibilidades de resolução, muitas vezes sem método nem critério.

Neste contexto, com muitas propostas e muita subjetividade para selecionar, os problemas de decisão estão bem estabelecidos matematicamente. Seja A , o conjunto finito de possíveis alternativas e g_i , a função que traduz o critério de avaliação i , $i=1,2,\dots,k$, o problema pode ser formulado do seguinte modo:

$$\max\{g_1(a), g_2(a), \dots, g_k(a) | a \in A\} \text{ (J.-P. Brans \& Mareschal, 2005).}$$

O principal objetivo da análise multicritério é o estudo de problemas de decisão em que devem ser tidos em conta vários pontos de vista. Geralmente existem contradições entre os diferentes pontos de vista considerados, de modo que uma ação a possa ser "melhor" do que uma ação b num dos critérios e "pior" noutro, denominando-se, deste modo, objetivos conflitantes (Ehrgott, 2005). Nestas circunstâncias há duas atitudes extremas que normalmente não têm resultado: deixar quem tem a responsabilidade pela tomada de decisão com a liberdade para a decisão, ou introduzir hipóteses restritivas para que o problema possa ser solucionado por um método (Roy & Vincke, 1981). O objetivo final é encontrar uma solução de compromisso que não favoreça ou prejudique em particular qualquer um dos critérios de avaliação. Uma das funções dos métodos multicritério é enriquecida pela redução do número de *incomparabilities*, ou seja situações em que as ações não são comparáveis (J.-P. Brans & Mareschal, 2005).

A análise multicritério pode ser baseada em prioridades e preferências de quem tem a responsabilidade pela tomada de decisão. A participação é uma condição necessária para todo o processo mas pode ser ambígua no sentido da influência de *stakeholders* com mais poder, ao contrário de outros que não têm desejo nem capacidade para participarem, concluindo-se, assim, que poderá não ser um meio conclusivo para decisões consistentes (Munda, 2005).

Há três tipos de abordagens de análise multicritério:

- i) Baseada em sintetizações simples sem *incomparabilities* associados a somas ponderadas e teorias de multicritério (*Multi-attribute utility theory* - MAUT) (exemplo AHP, *MacBeth*...);
- ii) Baseada em sínteses por *outranking* com *incomparabilities* (exemplo Electre, Promethee...);
- iii) Baseada em julgamentos locais com interações, denominadas abordagens não clássicas (Marques, Gourc, & Lauras, 2010) (Ehrgott, 2005).

Há vários métodos que podiam ser desenvolvidos, mas o foco será apenas estudar dois: *MAUT* e *Outranking*. Um dos métodos recorrentemente abordado é o *Analytic Hierarchy Process* (AHP) que, apesar de ter uma boa *performance*, apenas aceita 7 critérios e 3 alternativas (Velasquez & Hester, 2013), pelo que não se enquadra na aplicação deste Trabalho Final de Mestrado (TFM). Outro dos *softwares* regularmente abordado é o PROMETHEE, muito similar ao ELECTRE (J.-P. Brans & Mareschal, 2005), pelo que não será igualmente focado.

MACBETH (*Measuring Attractiveness by a Category Based Evaluation Technique*) é um método que apoia processo de decisão de participação de grupo, apresentado pela primeira vez em 1994 (Bana, Corte, & Vansnick, 2004). O *MACBETH* apresenta uma metodologia que permite a avaliação de opções, comparando-as qualitativamente em termos de atratividade. Os criadores defendem que o envolvimento dos *stakeholders* acarreta reais benefícios, pois os grupos fazem melhores avaliações que os indivíduos. A ideia desta abordagem é que os *stakeholders* realizem uma reunião, desenvolvam um modelo comum através de um processo iterativo, guiados por um facilitador e apoiados em ferramentas de análise multicritério. (Mateus et al., 2017).

Desde 1965 que o *software* ELECTRE (*ELimination Et Choix Traduisant la REalité*) foi desenvolvido por uma consultora europeia denominada SEMA com o objetivo de resolver

um problema real e concreto lidando com o desenvolvimento de novas atividades na empresa (Figueira, Mousseau, & Roy, 2005). Bernard Roy pensou e desenvolveu o método ELECTRE, que se apresenta como uma ferramenta que facilita a resolução de problemas de ordenação, baseado em critérios verdadeiros, construindo relações de sobreclassificação forte e fraca (Arcanjo, Amaral, & Sá, 2015).

Ambos os métodos prestam atenção à Preferência, Indiferença e Incomparabilidade (Bana et al., 2004). A Preferência está associada aos argumentos positivos de um critério, que se reflete no grau de credibilidade ao pressuposto de que "*a* é melhor do que *b*" (Majdi, 2013). A Indiferença acontece quando a avaliação de "*a* é tal e qual igual à avaliação de *b*" (J. P. Brans, Vincke, & Mareschal, 1986). A Incomparabilidade (*incomparability*) surge quando não é possível concluir uma avaliação, sem avaliação adicional ou quando as avaliações em diferentes critérios são impossíveis de agregar (J.-P. Brans & Mareschal, 2005). Para completar esta questão e considerando que:

- *a* e *b* como ações, ou seja, alternativas possíveis de avaliar;
- *S* como o conjunto de avaliações dos critérios, ou seja, é a compilação das avaliações que os atores do processo realizam em cada critério ou ponto de vista fundamental.

Assim, podem ocorrer quatro situações:

- *aSb* e não *bSa*, isto significa que *a* é totalmente preferível do que *b*;
- *bSa* e não *aSb*, isto significa que *b* é totalmente preferível do que *a*;
- *aSb* e *bSa*, isto significa que *a* é indiferente de *b* e vice-versa;
- não acontece *aSb* nem *bSa*, logo *a* é incomparável em relação *b* e vice-versa; (Figueira, Mousseau, et al., 2005) (Bana et al., 2004).

Apresenta-se uma tabela 1 o resumo dos dois métodos a serem utilizados, como uma forma de comparar e compreender as suas características.

Tabela Comparativa das Metodologias/ <i>Software</i> : <i>Electre/MCDA ULaval</i> e <i>MacBeth/Wisedon</i>		
	<i>ELECTRE</i>	<i>MacBeth</i>
<i>Input</i>	Há dois parâmetros a introduzir: os coeficientes de importância e os limites de veto, que são distintos e definem o papel relativo dos coeficientes. (Figueira, Mousseau, et al., 2005). No modelo, o decisor inclui pelo menos 3 critérios sendo que o procedimento de agregação	Para estruturação e fundamentação do modelo é necessário designar opções, ou seja, os pontos de vista com interesse para a avaliação (Bana e Costa, Corte, & Vansnick, 2015). Cada critério introduzido denomina-se por Ponto de Vista Fundamental (PVF). A avaliação é realizada através da construção de descrição dos níveis de

Tabela Comparativa das Metodologias/ <i>Software</i> : <i>Electre/MCDA ULaval</i> e <i>MacBeth/Wisedon</i>		
	<i>ELECTRE</i>	<i>MacBeth</i>
	<p>é mais adaptável em situações em que se inclua mais do que 5 critérios até 12 ou 13. Estes critérios estão relacionados com uma natureza com forte heterogenia a nível de medida, o que dificulta a agregação (Figueira, Mousseau, et al., 2005).</p> <p>Outro tipo de introduções são: definição de minimização ou maximização do critério, classificação da ação através da avaliação dos critérios (J. P. Brans et al., 1986).</p> <p>Uma das características a ser considerada nesta fase inicial do método é o tamanho do problema (isto é o número de ações vs. número de critérios)(J. P. Brans et al., 1986).</p>	<p>impacto de cada PVF (Bana E Costa, Ensslin, Corrêa, & Vansnick, 1999). Para completar a introdução dos critérios é necessário classificar e associar uma forma de os avaliar: qualitativa, quantitativa ou com base em comparações de referência (Bana e Costa et al., 2015).</p> <p>É também necessário introduzir as alternativas a avaliar (neste caso, os projetos), para depois iniciar o processo de avaliação (Bana e Costa et al., 2015).</p> <p>A construção do modelo é um processo recursivo, isto é, vai-se construindo e ajustando através de contributos de resultados e intuições (Bana E Costa et al., 1999).</p>
Coefficientes do Input	<p>Os coeficientes de importância referem-se a “pesos” intrínsecos, refletindo o poder da contribuição para a maioria a favor de uma superação, não dependendo nem dos intervalos nem da codificação das escalas. Estes parâmetros não podem ser interpretados como taxas de substituição como nos procedimentos de agregação compensatória AHP ou <i>MacBeth</i> (Figueira, Mousseau, et al., 2005).</p> <p>Um dos métodos utilizados para determinação dos pesos dos critérios para os métodos <i>ELECTRE</i> é o método das cartas. Este procedimento visa comunicar ao analista a informação que ele precisa para atribuir um valor numérico aos pesos de cada critério. A principal inovação consiste em associar uma carta a cada critério. De seguida, classifica as cartas, inserindo cartas brancas que representam o espaçamento entre cada uma. Depois deve parametrizar-se os critérios e funções para se obterem os coeficientes finais (Figueira & Roy, 2002).</p>	<p>O processo de definição dos coeficientes de cada PVF consiste em questionar atores do processo. Em primeiro lugar, deve comparar-se duas referências em termos de atratividade. De seguida, deve julgar-se semanticamente a diferença de atratividade entre duas referências (Bana E Costa et al., 1999).</p>
Abordagem	<p><i>Binary Outranking Method</i> (Figueira, Mousseau, et al., 2005), baseada na análise de concordância (Velasquez & Hester, 2013).</p> <p>Há discriminação por limiares de indiferença e de preferência, dando conta da natureza imperfeita da avaliação (Figueira, Mousseau, et al., 2005).</p> <p>Os limiares de veto expressam o poder atribuído a um dado critério de estar contra, quando a diferença da avaliação entre as alternativas avaliadas é maior que o limite (Figueira, Mousseau, et al., 2005).</p> <p>Este método não é compensatório o que significa que uma má pontuação num critério não é compensada por uma boa pontuação noutra critério (Figueira, Mousseau, et al., 2005) (Buchanan et al., 1999).</p>	<p><i>Multi-attribute utility theory</i> (MAUT) (Marques et al., 2010) baseado num modelo de <i>scoring</i> ponderado (Cooper et al., 2001) e analisando a diferença de atratividade (Chaves, Ramos, Barros, & Mello, 2010). É uma metodologia de apoio à decisão com um processo iterativo de multicritério (Bana E Costa et al., 1999)</p> <p>A metodologia <i>MacBeth</i> é um método de julgamento semântico. Estes julgamentos são efetuados com a comparação, entre duas linhas de ação, da diferença de atratividade, originando as funções de valor. Este procedimento facilita o julgamento, pois não é preciso avaliar simultaneamente todo o conjunto de ações. É um modelo compensatório agregador, que facilita a compreensão do problema (Carlos & Mello, 2010).</p>

Tabela Comparativa das Metodologias/ <i>Software</i> : <i>Electre/MCDA ULaval</i> e <i>MacBeth/Wisedon</i>		
	<i>ELECTRE</i>	<i>MacBeth</i>
	<p>A construção da relação de <i>outranking</i> tem por base:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Concordância: para uma relação A ser pelo menos tão boa (validada) quanto B, a maioria dos critérios deve favorecer a afirmação; 2) Não – Discordância: para uma relação A ser pelo menos tão boa (validada) quanto B, nenhum dos critérios da minoria se deve opor demasiadamente à afirmação (Figueira, Mousseau, et al., 2005). 	<p>Este método também analisa a coerência e avisa daquelas que encontrar, entrando numa lógica de reanálises dos julgamentos, tendo como meta a criação de uma escala cardinal (Bana et al., 2004).</p> <p>Considerando que S é o conjunto de critérios avaliados, nesta abordagem é contemplado:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Consistência onde os critérios são avaliados e portanto há preferência e indiferenças ($S \neq \emptyset$) 2) Inconsistência em que não há elementos no conjunto de critérios avaliados como preferência e/ou indiferença ($S = \emptyset$) <p>O <i>MacBeth</i> preocupa-se e tem várias formas de ultrapassar problemas de inconsistência (Bana et al., 2004).</p>
Fases de Trabalho	<p>Tem dois procedimentos principais: construção de uma ou mais relações de <i>outranking</i> seguida de um procedimento de exploração. A construção apoia a comparação de uma maneira compreensiva para cada par de ações. O procedimento de exploração é usado para elaborar recomendações a partir dos resultados obtidos na primeira fase (Figueira, Mousseau, et al., 2005). Estes procedimentos são esclarecidos por (Roy & Vincke, 1981).</p>	<p>O processo está dividido em quatro fases:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Análise do contexto e da estrutura do processo de intervenção; 2) Estruturação do problema; 3) Construção e de utilização do modelo de avaliação multicritério; 4) Análise de robustez e sensibilidade com a elaboração de recomendações (Mateus et al., 2017).
Método de Avaliação	<p>As ações são avaliadas (pelo menos num critério) numa escala ordinal ou numa escala de intervalos fraca, não sendo adequadas para comparação das diferenças (Figueira, Mousseau, et al., 2005).</p> <p>Foi desenvolvido para incorporar a natureza da tomada de decisão <i>fuzzy</i> (imprecisa e incerta) pelo uso dos limiares. (Buchanan et al., 1999).</p> <p>Não há conceito de fluxos mas uma forma similar de avaliar as alternativas dos índices de concordância (Majdi, 2013).</p> <p>Para implementar ELECTRE é necessário determinar valores ou intervalos para os parâmetros de preferência, distinguindo técnicas de licitação. Os métodos ELECTRE implementam frequentemente procedimentos indiretos que não precisam que o decisor forneça respostas a questões relacionadas com os parâmetros de preferência (Figueira, Mousseau, et al., 2005).</p>	<p>Considerando <i>a</i> e <i>b</i>, possíveis alternativas a avaliar no processo, os passos que devem ser seguidos para uma escala consistente são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Numa primeira fase, usa-se um simples questionário que apenas envolve duas opções em cada pergunta e que assuma um número real $v(x)$ para cada opção, com base em regras de medição diretas para quantificar a informação. O decisor deve começar por responder a interrogações julgando a atratividade de <i>a</i> em relação <i>b</i> e depois quantificar a diferença relativa de atratividade, respondendo a perguntas mais complexas. O resultado destas perguntas é agregado numa matriz de juízos de valor (Mateus et al., 2017). Nestas comparações é necessário estabelecer alternativas de referência dentro dos níveis de impacto Bom e Neutro (Bana e Costa et al., 2015). • Numa segunda fase, existe uma discussão com os avaliadores sobre a cardinalidade (valorização) da escala <i>v</i> construída na primeira fase. O procedimento do questionário consiste em perguntar aos avaliadores, para verbalizarem o julgamento feito entre as duas opções para escolher uma de 6 categorias: muito fraca, fraca, moderado, forte, muito forte e extremos que representa intervalos de números reais sem sobreposição. <p>O <i>MacBeth</i> tem uma natureza compensatória, de modo, a que uma avaliação alta num critério compensará um valor baixo noutro critério. É definida uma função cardinal para cada PVF (Bana E Costa et al., 1999).</p>

Tabela Comparativa das Metodologias/ <i>Software</i> : <i>Electre/MCDA ULaval</i> e <i>MacBeth/Wisedon</i>		
	<i>ELECTRE</i>	<i>MacBeth</i>
		Todas as fases têm os seus atores e são uma presença fundamental para o decorrer de todo o processo (Bana E Costa et al., 1999)
Output	<i>ELECTRE</i> classifica as alternativas de acordo com um processo de destilação, ou seja, gradual, pois são feitas pré-ordens e só depois agrupadas num conjunto considerada a ordem final (Majdi, 2013).	Para além de todas as possibilidades de listas de <i>scoring</i> é também possível efetuar análise de sensibilidade e de robustez. Todos estes <i>outputs</i> são válidos para tomar decisões de <i>Go/Kill</i> (Bana et al., 2004; Mateus et al., 2017)
Versões e Adaptações	Há três grupos de métodos de <i>ELECTRE</i> : <ul style="list-style-type: none"> • <i>Choice Problematic</i> – ajudar o decisor na seleção de ações. Pode ser desenvolvido por <i>ELECTRE I</i>, <i>ELECTRE Iv</i> e <i>ELECTRE IS</i>. • <i>Ranking Problematic</i> – concentra-se em realizar um ranking com todas as ações pertencentes para fornecer uma lista de ações ordenadas do melhor para o pior. Pode ser desenvolvido por <i>ELECTRE II</i>, <i>ELECTRE III</i> e <i>ELECTRE IV</i>. • <i>Sorting Problematic</i> – considera cada ação independente das outras, determinando categorias a que possam pertencer através de comparações, normas ou referências. (Figueira, Mousseau, et al., 2005)	A investigação teórica foi apresentada pela primeira vez na 11ª Conferência Internacional de <i>Multiple Criteria Decision Making</i> (MCDM) em 1994. O primeiro <i>software MacBeth</i> a ser desenvolvido usava a função objetivo <i>General Algebraic Modeling System</i> (GAMS) para determinar as escalas de valor. Havia algumas limitações neste primeiro, tendo sido desenvolvidas algumas investigações para conseguir chegar a uma solução que resolvesse problemas de inconsistência e eis que surge o <i>M-MacBeth</i> (Bana et al., 2004).

Tabela 1 – Realizada com recurso a vários autores citados

3. METODOLOGIA

Ao longo deste capítulo, descreve-se a abordagem metodológica adotada. Esta tese de mestrado propõe uma forma de selecionar e priorizar projetos sociais, de acordo com critérios baseados no desenvolvimento sustentável proposto pela ONU. A metodologia baseia-se no esquema de camadas de investigação, apresentada na figura 1, apresentada por Mark Saunders, Philip Lewis e Adrian Thornhill (2008):

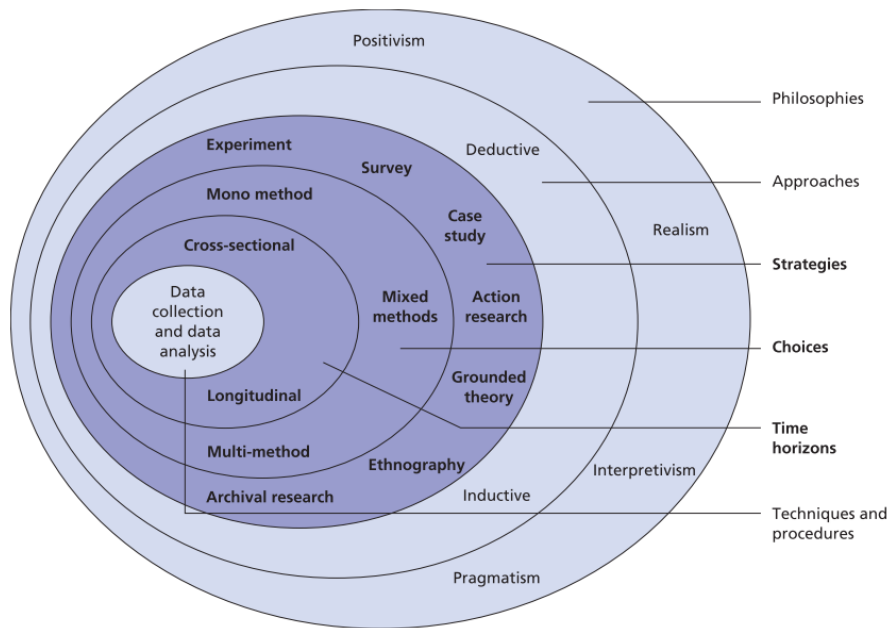


Figura 1 – “Research Onion” de - Mark Saunders, Philip Lewis and Adrian Thornhill 2008 – retirada em Saunders et.al, 2017.

No decorrer de toda a investigação está presente o cuidado em conciliar processos que permitam a obtenção de informações relevantes para os objetivos delineados previamente para a investigação, sendo sempre validados por especialistas.

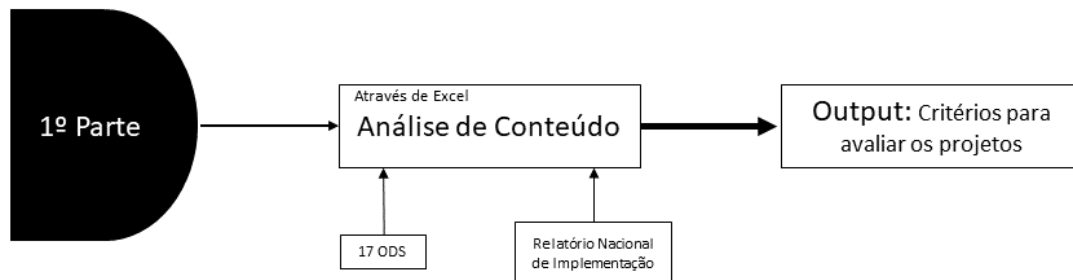


Figura 2- Esquema da 1ª Parte da Investigação.

Tal como espelhado na Figura 2, depois de concluída a revisão de literatura, o passo seguinte foi a análise qualitativa de dois documentos. Como suporte ao trabalho são analisados dois documentos: Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 (lançada em 2015) (ONU, 2016) e o Relatório de Implementação Nacional dos ODS (acerca do ano 2017) (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017). Este estudo procura fundamentar uma proposta de critérios de avaliação dos projetos. Várias razões levaram a optar por analisar qualitativamente os documentos para concluir os critérios a avaliar. A primeira prende-se com o facto de todos os projetos a incluir na amostra darem resposta a pelo menos um ODS. Tendo em conta alguns dos conteúdos já abordados na revisão de literatura, acerca do número limite de critérios a usar nos métodos de análise multicritério, que são apenas 12/13, sendo, por isso, bastante inferiores aos 17 ODS, não se torna plausível a sua aplicação. Outra razão, e sendo aquela que mais pesou na decisão de

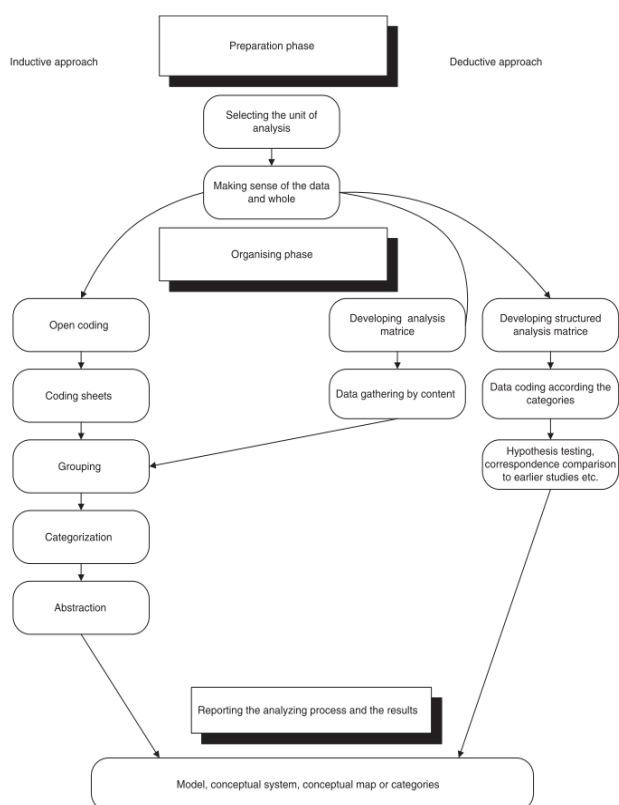


Figura 3- Esquema da Análise de Conteúdo (Elo & Kyngäs, 2008).

avançar com esta primeira parte, diz respeito ao facto de existirem metas que já não se enquadram no atual contexto português, uma vez que são metas definidas mundialmente (para outras realidades), e que foram já completamente atingidas no plano nacional (INE, 2017). Assim, usou-se um método de análise de dados qualitativo que permite analisar a informação e retirar os critérios que possibilitem classificar os projetos e aferir aqueles que mais satisfazem os objetivos de desenvolvimento sustentável. Apoiada na Figura 3, a abordagem desta investigação é de natureza indutiva. A abordagem indutiva visa chegar

avançar com esta primeira parte, diz respeito ao facto de existirem metas que já não se enquadram no atual contexto português, uma vez que são metas definidas mundialmente (para outras realidades), e que foram já completamente atingidas no plano nacional (INE, 2017). Assim, usou-se um método de análise de dados qualitativo que permite analisar a informação e

a uma teoria (origem no particular com fim na generalização), pois o objetivo final é a compreensão dos assuntos. A abordagem indutiva é menos rígida e está associada a amostras mais pequenas e simples, colocando sempre o indivíduo como algo importante (Saunders, Lewis, & Thornhill, 2017). A estratégia usada foi a investigação documental através da elaboração de Análise de Conteúdo. Esta técnica permite testar teoricamente assuntos de compreensão de dados, dentro de vários conceitos ou categorias, validando e agrupando várias citações. As categorias vão emergindo ao longo do processo qualitativo, fazendo uso da codificação (Moraes, 1999).

A análise é feita em três etapas: pré-análise, exploração do material e o posterior tratamento dos dados. A pré-análise decompõe-se na escolha dos documentos, na formulação dos objetivos e na elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Na exploração do material é elaborado trabalho de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação, assim como para o registo dos dados. Neste caso de exploração é necessário codificar, ou seja, dos dados brutos do texto executar uma transformação por recorte, agregação e enumeração, atingindo uma representação do conteúdo, ou da sua expressão. Os documentos escolhidos são recortados em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis (Bardin, 2009), sendo que este nível de recorte dependeu da análise. O posterior tratamento dos dados tem como meta a definição dos critérios para seleção dos projetos (Bardin, 2009). É uma abordagem que não é estandardizada e muito flexível, pelo que é mais difícil (a nível de âmbito e tempo) mas que acaba por ser muito rica em *outputs* (Elo & Kyngäs, 2008). Todo este processo de definição de critérios com base nestes dois documentos é validado por especialistas da área, o que permite ter uma verificação e a apresentação de algo com mais significância. Os especialistas consultados fazem parte de organizações relevantes a nível do desenvolvimento e, portanto, têm conhecimento e experiência para fazer um julgamento

acerca dos critérios escolhidos. Não é âmbito deste trabalho de investigação verificar a aplicabilidade destes critérios no terreno, sendo apenas uma proposta de possibilidades para avaliação de projetos.

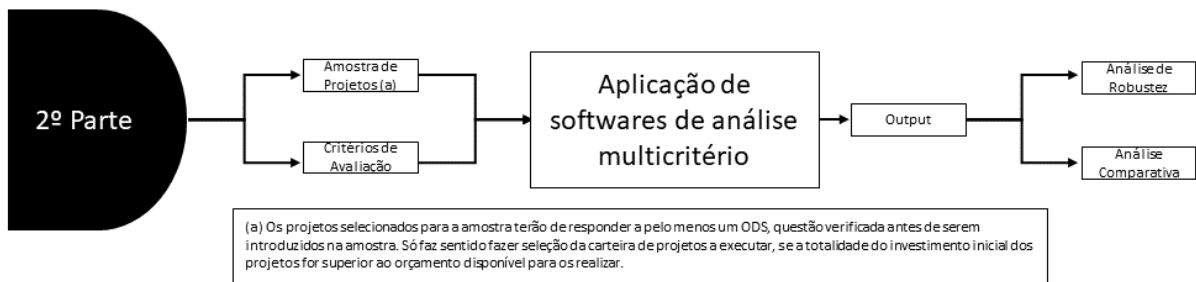


Figura 4 - Esquema da 2ª Parte da Investigação.

Assim depois de completa esta primeira parte e como identificado na Figura 4, escolheu-se um conjunto de projetos da área da economia social, tal como, projetos de apoio a populações vulneráveis, projetos de apoio à educação e à família, projetos de desenvolvimento local, projetos na área ambiental entre outros. Com o recurso a esta amostra e aos critérios definidos na primeira fase, optou-se por elaborar uma estratégia de Estudo de Caso, aplicando *softwares* que implementam os métodos *Electre* e *MacBeth*. A metodologia AHP não vai ser incorporada porque é uma metodologia muito usada e estudada e que, para estes projetos e, de acordo com a natureza das decisões, seria muito complicado de construir a matriz, pois há muitos critérios a ter em conta, o que se tornaria moroso (Verga Matos, Cardadeiro, Amado da Silva, & Muylder, 2018). O objetivo deste TFM é usar métodos isolados, sendo que o *Analytic Hierarchy Process* (AHP) raramente é usado assim, pois frequentemente é um método complementar a outros (Forman & Gass, 2003), e ficando, portanto excluído deste TFM. O *Promethee* é um método também plausível de ser usado nesta investigação (J.-P. Brans & Mareschal, 2005), mas será excluído por ser muito similar ao *Electre*, que por razões temporais será impossível contemplar.

Destes *softwares* são extraídos vários *outputs* para analisar entre eles, gráficos de análise e uma priorização de projetos segundo a classificação realizada.

A etapa que se segue é uma análise comparativa dos resultados da seleção e priorização. Esta análise fez um estudo dos resultados no todo, tendo uma visão holística, permitindo tirar conclusões sobre a sensibilidade (com o intuito de analisar como é que variam os parâmetros e a forma como influenciam os resultados) e a significância dos resultados. Também é possível realizar uma análise de robustez, de modo a perceber a veracidade e aplicabilidade do modelo. A maioria destas análises é apoiada pelos *softwares*, sendo estas funcionalidades já programadas. Nesta 2ª parte, é também essencial a consulta de especialistas. Os especialistas são gestores de projeto incluídos na amostra, professores, técnicos de gestão e que têm o conhecimento técnico para apoiar a decisão de seleção e priorização.

Esta investigação usa *multi-method qualitative* que combina técnicas de recolha de dados qualitativos com procedimentos de análise de várias vertentes, e também o uso de outras abordagens qualitativas noutras fases da investigação (Saunders et al., 2017).

Como resultado final, é possível concluir:

- Uma seleção de uma carteira de projetos a executar com um orçamento limitado. Dentro desta seleção são analisados o tipo de projetos que mais se alinham com os ODS, tornando possível compreender formas de atingir os ODS.
- Análise de comportamento dos diversos *softwares* utilizados e a compreensão do contexto e das vantagens de utilização destes.

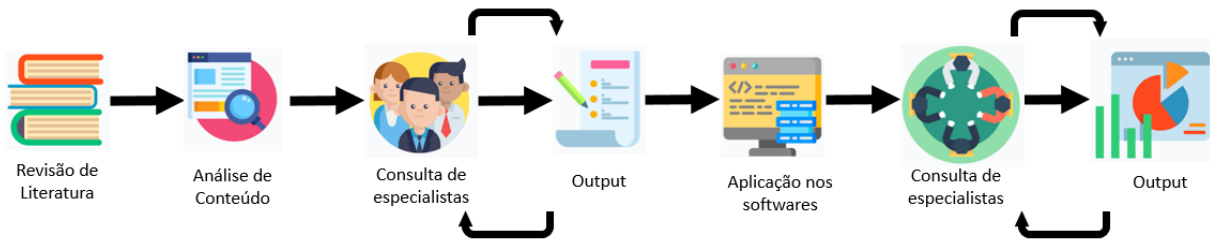


Figura 5 – Processo de Investigação.

Resumindo a metodologia:

Assim, e apoiando a figura 5, o processo de investigação divide-se em várias fases agregadas neste processo. A parte inicial – Revisão de Literatura fornece conteúdos teóricos essenciais. Outra fase importante é a Análise de Conteúdo dos documentos, em que é sempre validada e melhorada por especialistas convidados para o efeito. Desta fase resultam os critérios considerados o *output* da mesma. Concluindo todo este processo, aplica-se *softwares* com critérios definidos a uma amostra de projetos. Para este processo são também consultados especialistas, no sentido de dar uma decisão mais real e ajustada às necessidades da sociedade. Concluindo todo este processo, há um *ranking* de classificação dos projetos, bem como várias análises que suportam os resultados e conclusões.

4. ESTUDO DE CASO

Neste estudo de caso vamos testar os *softwares* que aplicam os métodos de *MacBeth* e *Electre*, cumprindo os passos propostos pelo *MAUT* e *Outranking*, respetivamente.

A utilização destes métodos de análise multicritério faz sentido em diversas situações, mas é quase de uso obrigatório em situações em que não existam recursos suficientes para executar todos os projetos. Neste caso, os recursos são limitados a nível financeiro dispondo-se apenas de 450.000 € para financiar os projetos.

4.1. Definição da Amostra

A amostra deste estudo de caso é constituída por 5 projetos de diversas áreas da economia social – apoio a pessoas com deficiência, a pessoas com doenças mentais, a idosos, a jovens vulneráveis e ao público em geral. Estes projetos respondem todos a pelo menos um ODS, previamente estudado antes de inserido na amostra. No anexo I consta uma tabela que apresenta todos os detalhes necessários para a caracterização dos projetos.

Todos os projetos serão executados com o orçamento destinado, sendo que se houver redução da verba para o investimento inicial, o âmbito do projeto terá de ser reduzido. A amostra é apenas ilustrativa não sendo significativa para comprovar teorias ou hipóteses.

4.2. Critérios de Avaliação

Depois de realizada a análise qualitativa, cuja metodologia já foi descrita, apresentam-se os resultados, que são os critérios a utilizar no processo de análise multicritério. Esta análise foi realizada em Excel, e consta no Apêndice. Os critérios a utilizar neste processo de avaliação são: Parcerias, Economia Circular, Ação Local, Capacitação, Acesso a bens e serviços, Investigação/Conhecimento, Inovação/Produtividade, Melhoramentos

estruturais, Igualdade e dignidade e Legal. Os critérios foram agrupados em 3 áreas fundamentais: social, economia e ambiente, esquematizado na Figura 6.

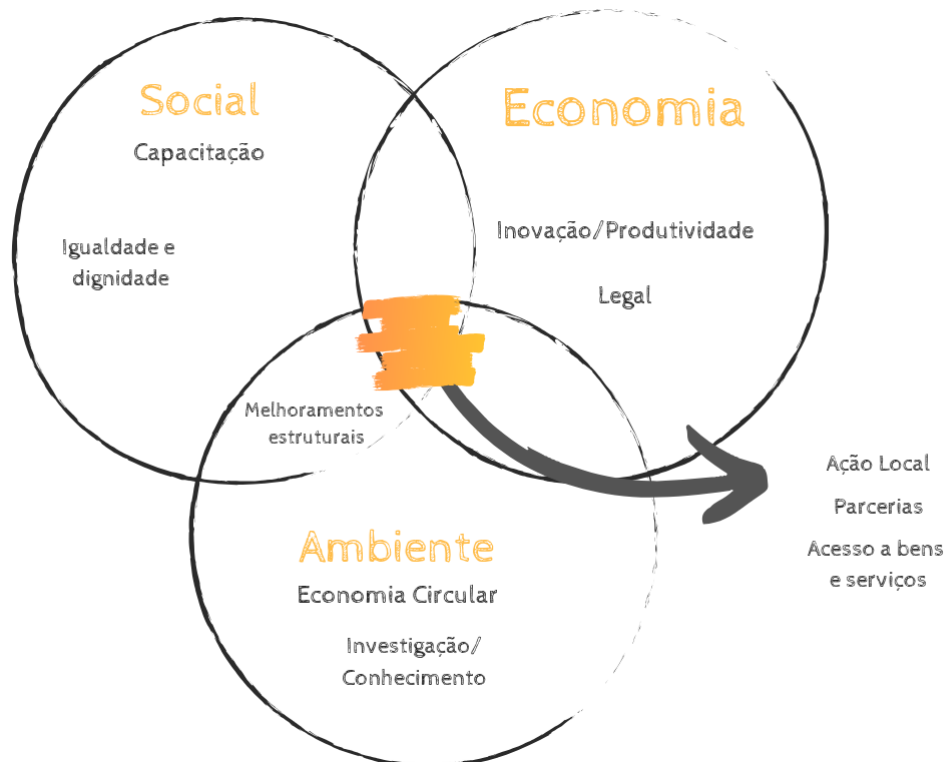


Figura 6 - Diagrama de critérios agrupados em 3 áreas, com base em (Roussat, Dujet, & Méhu, 2009).

No relatório de implementação (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017), o Governo refere e agrupa os ODS em 5 áreas: Pessoas, Prosperidade, Planeta, Paz e Parcerias. Estas não são usadas como critérios de avaliação, porque agrupam muitas vertentes, tornando-se critérios muito difíceis de julgar.

No seguimento da análise de conteúdo, os critérios foram validados por pessoas experientes na área social, pelo que, no Anexo II, constam algumas opiniões dos especialistas consultados. Tal como apontado por um dos especialistas, é necessário existir uma ligação entre os critérios finais e os ODS, pelo que na tabela seguinte apresenta-se esta conexão, percebendo, assim, que trabalhando um destes critérios, influenciam-se várias vertentes dos ODS. A tabela seguinte foi obtida através da compilação de informação das folhas Excel que apoiaram a Análise de Conteúdo que originou estes critérios finais.

Correspondência entre os critérios e os ODS

	ODS
PARCERIAS	6,7,8,10,13,16,17
ECONOMIA CIRCULAR	7,12
AÇÃO LOCAL	6,8,11,12,15
CAPACITAÇÃO	1,3, 4, 5, 6, 8, 10,12,13,14,15,16
ACESSO A BENS E SERVIÇOS	1,2,3,5,8,9,11,14
INVESTIGAÇÃO/CONHECIMENTO	3,7,9,17
INOVAÇÃO/PRODUTIVIDADE	2,8,9,17
MELHORAMENTOS ESTRUTURAIS	2,3,4,9,11,14,15
IGUALDADE E DIGNIDADE	5,8,10,15,16
LEGAL	1,2,10,11,12,13,14,15,16,17

Tabela 2 – Elaboração própria com apoio no template da análise qualitativa

Na consulta de especialistas foi abordado um ponto bastante importante, pois é necessário averiguar e verificar a “adequação ao contexto/cultura” do projeto em questão, pois faz com que muitas vezes os projetos não tenham o impacto esperado uma vez que não havia essa necessidade ou o público-alvo não os via como favoráveis nem conhecidos. Esta é uma averiguação realizada no início do planeamento.

Tal como apontado por vários autores e por ambos os métodos é necessário existirem definições dos conceitos, claras e objetivas, para diminuir o enviesamento e subjetividade da avaliação dos projetos. Assim na tabela 3, para os critérios identificados, apresenta-se uma proposta de definição:

Definições dos critérios a usar	
	DEFINIÇÃO
Parcerias	As parcerias são relações estratégicas entre organizações independentes que partilham objetivos compatíveis e que se esforçam por um benefício comum e reconhecem um alto nível de interdependência. Normalmente, a formação destas parcerias está associada ao facto de que a ação das empresas isoladas não permita atingir os objetivos propostos nem seria plausível a vantagem competitiva. As parcerias facilitam o acesso a novas tecnologias ou capacidades, economias de escala de pesquisa e produção, partilha de risco e acesso a competências complementares. (Mohr & Spekman, 1994)
Economia Circular	A economia circular transforma materiais em bens e serviços, dando-lhe utilidade, contruindo e mantendo capital. Deve ser dinâmica, mas adaptável e, se duradoura, deve ser eficaz, enfatizando a eficiência (fragilidade) ou resistindo demais à mudança (estagnação). A Economia Circular celebra a diversidade - de escala, cultura, lugar, conexão e tempo. Para prosperar em tal ambiente requer uma fonte de adaptação criativa, um meio de resiliência e uma fonte de redundância. (Webster, 2013)
Ação Local	A ação local é planeada e/ou executada por agentes envolvidos no âmbito principal, ou seja, indivíduos e organizações governamentais e não-governamentais. Esta ação local facilita a coordenação e cooperação, geograficamente e institucionalmente. (Mills et al., 2014)

Capacitação	A capacitação tem duas vertentes: uma individual e uma comunitária/societal. Na primeira, os indivíduos são responsáveis pessoalmente, havendo um esforço de comportamento e de apoio à tomada de decisão. A vertente mais grupal e relacional tem como objetivos o aumento do sentido de autoestima, autonomia e crescimento (Pastor, 1996).
Acesso a bens e serviços	Tornar possível e disponível bens e serviços de necessidade para o contínuo desenvolvimento individual e/ou comunitário (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017).
Investigação/Conhecimento	São áreas de pesquisa com objetivos claros de compreensão e/ou de descoberta do comportamento, estado e desenvolvimento de alguma coisa, acontecimento ou pessoa (Saunders et al., 2017).
Inovação/Produtividade	A inovação é um processo de criação e combinação entre produto, mercado, tecnologia e organização conjugando novidade e envolvendo os recursos e as pessoas da entidade (Boer & During, 2001). A produtividade está ligada à eficiência com que ocorre a conversão e normalmente está associada ao rácio entre <i>inputs</i> e <i>outputs</i> . O aumento de produtividade está relacionado com o progresso/incremento de serviço/produtos e consequentemente com a economia. (Syverson, 2011)
Melhoramentos estruturais	Um melhoramento estrutural traz sempre benefícios à comunidade envolvente e aos beneficiários diretos. Os melhoramentos estruturais resolvem deficiências atuais relacionados com a falta de segurança e o desenrolar de todo o processo, contribuindo para o equilíbrio (Lawrence et al., 2015).
Igualdade e dignidade	A igualdade e dignidade têm como centro as pessoas. E independentemente da raça, género, orientação sexual ou estado social, as pessoas têm capacidades para agir e para fazer. É essencial lutar contra a discriminação, oferecendo oportunidades a todos, mesmo aqueles menos representados ou mais vulneráveis (Walby, 2004).
Legal	As regras legais definem, protegem e regulam indústrias, organizações, setores e profissões. A lei ganha força e substância com a aplicação resolvendo muitas vezes decisões complexas e problemas exigentes (Edelman & Suchman, 2002).

Tabela 3 – Elaborada com recursos a vários autores já citados

4.3. Aplicação dos *Softwares* e Resultados

Para a utilização dos métodos foram seguidos, na totalidade, os passos estudados e abordados na revisão de literatura. As plataformas usadas como *software* são o *Wisdon* e o *MCDA UValal*, correspondendo ao *MacBeth* e ao *Electre*, respetivamente. A primeira fase dos dois processos é a preparação do conjunto de critérios. Os critérios foram inseridos em ambos os *softwares*.

Por sugestão de um dos especialistas e pela opinião favorável de outros, os critérios do *MacBeth* foram agrupados em 3 áreas independentes (figura 7), tendo apresentado uma divisão diferente dos critérios no capítulo 4.2. Esta decisão de divisão por áreas independentes (ambiente, social e economia) prende-se com o facto das posteriores análises terem possibilidade de serem mais versáteis e com mais estrutura a nível académico.

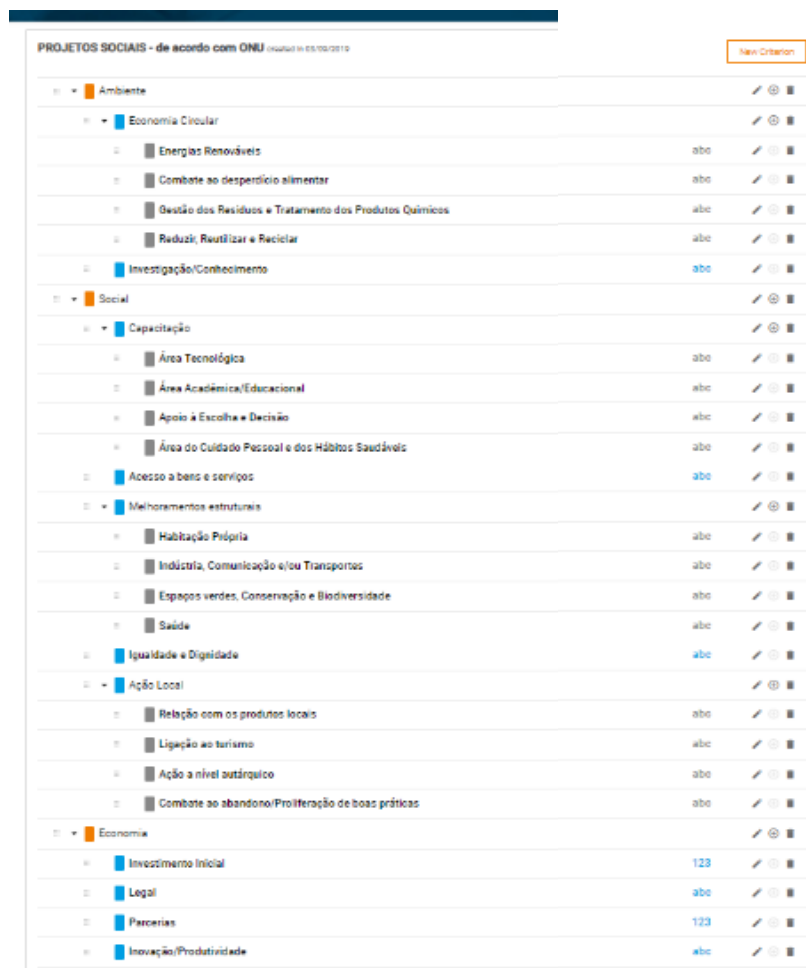


Figura 7 - Árvore de Decisão de Critérios (Wisedon)

A próxima fase de apuramento de coeficientes dos *inputs* dos dois métodos, como abordada na revisão de literatura, é resultado da conferência de decisão proposta pelo *MacBeth*. A conferência de decisão ocorre num auditório da universidade com 6 participantes, constituído por um facilitador e cinco avaliadores. Estes avaliadores constituem uma seleção de gestores, professores e técnicos relacionados com a área social, constituindo assim um conjunto independente e passível de avaliar mais objetivamente os critérios e consequentemente uma melhor seleção.

Ainda como fase de estruturação, e depois de introduzidos todos os critérios e definições, fornece-se a cada avaliador os descritores, que informam aquilo que significa cada análise qualitativa (estes descritores são essenciais para a atribuição dos níveis de uma forma objetiva, e estão apresentados no Anexo III). Nesta fase inicial e, no *Wisedon*

especificamente, escolhe-se o nível que distingue o Bom e o Neutro, respetivamente representados pelo verde e azul e indicado na figura 8.

Investigação/Conhecimento Close

1. Define and order reference levels 2. Compare reference levels 3. Get scale

Use this screen to insert /edit the reference levels for the selected criterion. You can drag & drop any reference to change its order. Place the most important at the top and the least important at the bottom of the list

☰	O estado da arte é exaustivamente descrito e fiável, sendo claramente perceptível o avanço científico e tecnológico previsto face ao conhecimento e tecnologias existentes e em desenvolvimento. O promotor demonstra um conhecimento significativo sobre os atuais e potenciais concorrentes nas tecnologias alvo.	n4	✎ 🗑️ 📄
☰	O estado de arte é detalhado sendo perceptíveis e encontrando-se devidamente enquadrados e justificados os avanços científicos e tecnológicos propostos alcançar.	n3	✎ 🗑️ 📄
☰	O estado de arte é suficientemente detalhado evidenciando um conhecimento razoável das tecnologias relevantes e novas tendências, sendo que o avanço científico e tecnológico proposto alcançar é defendido de forma satisfatória.	n2	✎ 🗑️ 📄
☰	O estado de arte é abordado de uma forma superficial não sendo demonstradas nem justificadas as limitações atuais que evidenciam a relevância e pertinência dos desenvolvimentos propostos.	n1	✎ 🗑️ 📄
☰	O estado de arte é insuficientemente explicado, não havendo evidência de conhecimento das tecnologias relevantes existentes no mercado ou não existe informação que permita avaliar este critério.	n0	✎ 🗑️ 📄

Add Reference

Start Scoring

Figura 8- Exemplo de descritores de um dos critérios (Wisedon)

Após conclusão da fase de estruturação, inicia-se a de avaliação. O processo de avaliação, já descrito na revisão de literatura, começa por apresentar apenas duas opções tal como apresentado na figura 9.

Investigação/Conhecimento Close

1. Define and order reference levels 2. Compare reference levels 3. Get scale

Question 2 of 9
The difference in preference between the two references below is:

O estado da arte é exaustivamente descrito e fiável, sendo claramente perceptível o avanço científico e tecnológico previsto face ao conhecimento e tecnologias existentes e em desenvolvimento. O promotor demonstra um conhecimento significativo sobre os atuais e potenciais concorrentes nas tecnologias alvo.	n4
O estado de arte é detalhado sendo perceptíveis e encontrando-se devidamente enquadrados e justificados os avanços científicos e tecnológicos propostos alcançar.	n3
O estado de arte é suficientemente detalhado evidenciando um conhecimento razoável das tecnologias relevantes e novas tendências, sendo que o avanço científico e tecnológico proposto alcançar é defendido de forma satisfatória.	n2
O estado de arte é abordado de uma forma superficial não sendo demonstradas nem justificadas as limitações atuais que evidenciam a relevância e pertinência dos desenvolvimentos propostos.	n1
O estado de arte é insuficientemente explicado, não havendo evidência de conhecimento das tecnologias relevantes existentes no mercado ou não existe informação que permita avaliar este critério.	n0

indifferent very weak weak moderate strong very strong extreme Don't know

○ ————— ○

Adicionar variante

Previous Question
Next Question

Show Matrix Table
Get Scale

Figura 9- Exemplo de questão da primeira fase de avaliação (Wisedon)

Os avaliadores respondem a cada questão, comparando a diferença de atratividade/preferência entre dois níveis de referência. A acumulação dos julgamentos é refletida na matriz de julgamentos, tal como o exemplo abaixo apresentado na figura 10:

	n3	n2	n1	n0
n4	very weak	moderate	strong	extreme
	n3	weak	strong	very strong
		n2	moderate	strong
			n1	strong

Figura 10 - Exemplo de matriz de julgamentos (Wisedon)

A matriz de julgamentos dá origem a uma escala que significa e demonstra o comportamento do critério na avaliação. Nesta fase, o *software* já apresenta alguns avisos de julgamentos inconsistentes, sendo necessário ajustá-los para prosseguir.

Ao longo desta fase fomos avaliando os coeficientes de acordo com a hierarquia, ou seja, começando pelos critérios com menos agregação terminando naqueles mais agregadores.

Assim sendo, atingimos a seguinte ponderação dos critérios:

- | | |
|----------------------------------|-----------------------------|
| Economia Circular – 31% | Igualdade e Dignidade – 5 % |
| Capacitação – 18 % | Investimento Inicial – 5 % |
| Investigação/Conhecimento – 12% | Ação Local – 2 % |
| Melhoramentos estruturais – 10 % | Legal – 2 % |
| Acesso a bens e serviços – 8 % | Inovação/Produtividade – 1% |
| Parcerias – 6 % | |

Para finalizar, os projetos são avaliados em cada critério e é atribuído um *score*, conseguindo-se atingir o *ranking* final, apresentado na figura 11:

PROJETOS SOCIAIS - de acordo com ONU <small>create 12hours ago</small>					
ALTERNATIVE HEALTH TECHNOLOGIES					
CRITERIA	P1 - Ação Qualidade e Vida	P2 - ETAR Alcanema	P3 - MovÓtica	P4 - Banco de Bolsas	P5 - LETITBE
RANK	#3	#5	#2	#4	#1

Figura 11- Ranking final (Wisedon)

Num separador diferente do *software*, podemos aceder a várias análises e são fornecidos gráficos que podem ser ferramentas úteis para a decisão, exemplificando na figura 12:

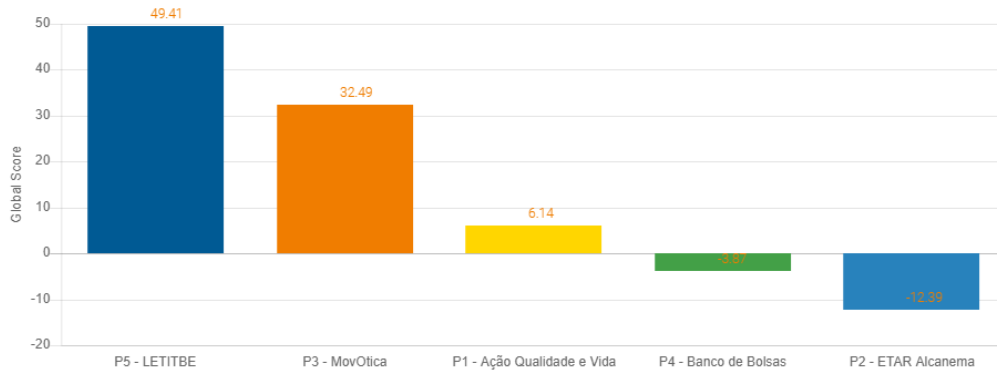


Figura 12 - Gráfico de Pontuações de todas as alternativas (Wisedon)

Ilustrada na figura 13, conseguimos ter a pontuação repartida nas três áreas, podendo depois analisar e perceber qual a área que precisa de melhorias, ou perceber o valor acrescentado numa determinada área.

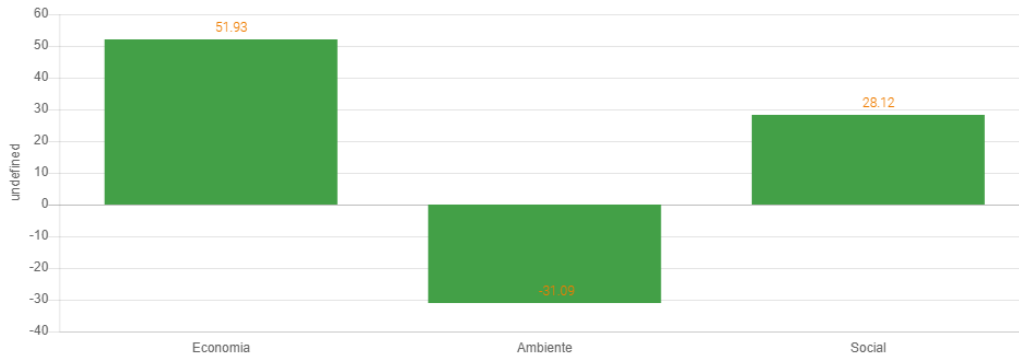


Figura 13- Exemplo de pontuação parcial por área no Projeto - Ação Qualidade e Vida (Wisedon)

Este *software* também ajuda na obtenção de análises de sensibilidade dos critérios, tal como apresentado na figura 14, percebendo a influência das alterações. Neste caso específico da variável Investigação/Conhecimento, observa-se que há projetos que o aumento influencia positivamente – P5, P3, P1 e projetos que influencia negativamente – P4 e P2.

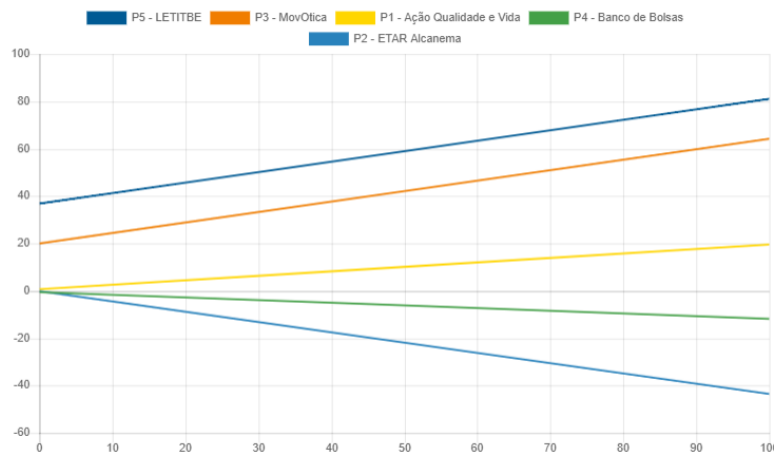


Figura 14 - Exemplo de Análise de Sensibilidade de um critério (Wisedon)

O *MCDA ULaval* é apoiado por outra forma, com o objetivo de calcular os coeficientes, usando o método das cartas, no *software DecSpace*. Depois de introduzidas todas as informações, obtemos a ponderação apresentada na figura 15:

Criterion	Normalized Weight
Economia Circular	15.63
Capacitação	12.5
Investigação / Conhecimento	10.42
Acesso a bens e serviços	8.33
Melhoramentos estruturais	10.42
Igualdade / Dignidade	8.33
Ação Local	6.25
Parcerias	8.33
Investimento Inicial	8.33
Legal	5.21
Inovação / Produtividade	6.25

Figura 15 - Coeficientes de Ponderação (DecSpace)

A nível de configuração do *MCDA ULaval*, completa-se o quadro de performance, ilustrado na figura 16, com apoio nos descritores de nível, introduzindo o nível do critério a que cada projeto responde:

[Alternati...	Parcerias	Economia Circular	Ação Local	Capacitação	Acesso a bens e serviços	Investigação/Conhecimento	Inovação/Produtividade	Melhoramentos estruturais	Igualdade e dignidade	Legal	Investimento Inicial
Extent	27,00	3	2	4	2	2	2	2	2	0	307530,00
P1	6,00	n0	n0	n2	n3	n1	n1	n2	n1	Não	162327,00
P2	5,00	n3	n3	n0	n2	n0	n1	n2	n0	Não	350000,00
P3	32,00	n0	n1	n0	n4	n2	n3	n2	n0	Não	53981,00
P4	11,00	n0	n0	n3	n3	n0	n1	n0	n1	Não	42470,00
P5	13,00	n0	n0	n5	n3	n2	n3	n2	n2	Não	83250,00

Figura 16- Quadro de Performance Projetos vs Critérios (MCDA ULaval)

De seguida, parametrizam-se os critérios, com os limiares de preferência e indiferença e limiares de veto. Como as Parcerias é um critério que é de perfeito conhecimento, pelo que não existe imperfeição, não precisando de limiares nem posicionamentos de veto. O critério Legal também não faz sentido ter limiares nem veto, porque é uma informação clara e objetiva. Todos os limiares são constantes e todos os critérios são cardinais à exceção do investimento inicial e das parcerias que são critérios ordinais.

Apresenta-se na figura 17, o quadro resumo das parametrizações:

[Paramet...	Parcerias	Economi...	Ação Local	Capacita...	Acesso a...	Investiga...	Inovação...	Melhora...	Igualdad...	Legal	Investim...
k	8.33	15.63	6.25	12.5	8.33	10.42	6.25	10.42	8.33	5.21	8.33
q^a	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅
q^b	∅	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	∅	1500.0
p^a	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅
p^b	∅	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	∅	5000.0
v^a	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅
v^b	∅	5.0	4.0	5.0	6.0	5.0	4.0	5.0	4.0	∅	15000.0
Direction	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Minimize
Thresh...	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant

Figura 17- Parametrização dos Coeficientes, Limiares de: preferência, indiferença e veto (MCDA ULaval)

De seguida, validam-se as *performances* e as parametrizações. Depois de executado o *software*, resultam as classificações finais apresentadas na figura 18.

```

Project : Autos - Result : <configuration_2, autos.csv_2, *, ∅>
.....
RESULT <configuration_2, autos.csv_2, *, ∅>
.....
Ascending distillation
1 : [P3, P4]
2 : P5
3 : P2
4 : P1

Descending distillation
1 : P3
2 : P5
3 : P4
4 : P1
5 : P2

Final ranking
1 : P3
2 : [P4, P5]
3 : [P1, P2]

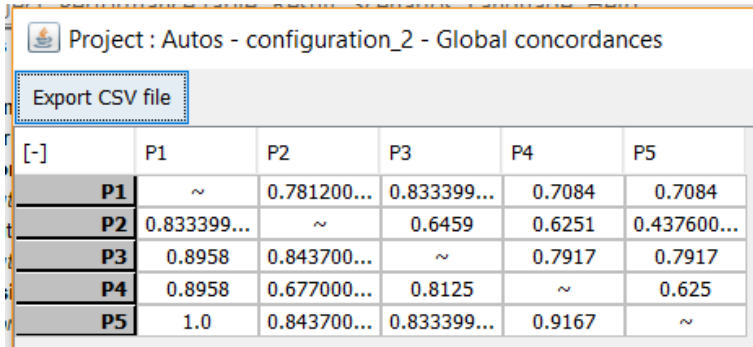
Median ranking
1 : P3
2 : [P4, P5]
3 : [P1, P2]
    
```

Figura 18 - Ranking Final (MCDA ULaval)

Este *software* fornece análises bastante interessantes em matrizes que nos providenciam informação complementar, tal como a apresentada nas figuras 19 e 20.

[-]	P1	P2	P3	P4	P5
P1	~	R	P-	P-	P-
P2	R	~	P-	P-	P-
P3	P+	P+	~	P+	P+
P4	P+	P+	P-	~	P+
P5	P+	P+	P-	P-	~

Figura 19 - Matriz de Outranking (R- incomparabilidade; P+ totalmente preferível; P- preferível) (MCDA ULaval)



[-]	P1	P2	P3	P4	P5
P1	~	0.781200...	0.833399...	0.7084	0.7084
P2	0.833399...	~	0.6459	0.6251	0.437600...
P3	0.8958	0.843700...	~	0.7917	0.7917
P4	0.8958	0.677000...	0.8125	~	0.625
P5	1.0	0.843700...	0.833399...	0.9167	~

Figura 20 - Matriz de Concordância (MCDA ULaval)

Assim, conclui-se que com coeficientes diferentes temos também *rankings* diferentes. Esta questão prende-se com o facto de estarmos com métodos diferentes e com sensibilidades diferentes. A diferença do *ranking* não é significativa, mas as análises que extraímos de cada *software* podem ajudar a realizar:

- Análise do desenvolvimento de cada projeto por área (*Wisedon*)
- Análise de sensibilidade da alteração dos critérios em cada projeto (*Wisedon*)
- Análise da Concordância (*MCDA ULaval*)
- Análise das Relações (*MCDA ULaval*)

Do mesmo modo, percebe-se que quanto maior o número de critérios e o número de alternativas, mais difícil se torna nos dois métodos ter uma classificação com maior significância.

Em relação às ordenações finais o *Wisedon* apresenta uma avaliação compensatória e portanto favorece aqueles que incluem boas pontuações em vários critérios e pontuações razoáveis noutros. Assim a ordenação favorece o projeto P5 que responde a mais ODS (justificado no Anexo I) e que depois apresenta melhor classificação nos critérios com mais ponderação. No caso do *MCDA ULaval*, a ordenação final já tem em conta as avaliações e a matriz das preferências. Deste modo o projeto P3 é o que aparece como primeiro classificado pois tem preferência total quando comparado com os outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Conclusões

Quando as organizações que desenvolvem projetos sociais não têm um processo formal e objetivo de seleção de projeto, é essencial que adotem uma ferramenta que auxilie este processo. Existem poucas contribuições da utilização destas ferramentas, pelo que o uso destas em organizações sociais ainda se torna mais difícil. As informações recolhidas sobre a importância desta tarefa, os diferentes métodos e critérios disponíveis e a própria metodologia proposta podem constituir uma ajuda valiosa para as organizações que desenvolvem projetos sociais construírem os próprios processos de seleção de projetos.

Este trabalho de investigação explora a análise multicritério como uma das formas possíveis de selecionar e priorizar projetos na área social. No desenvolvimento deste trabalho seguiu-se uma pesquisa sobre a gestão de projetos, o contexto social e o desenvolvimento sustentável. Centrou-se a atenção, também, na gestão de portfólio, mais concretamente na fase de seleção e priorização dos projetos, especificamente nos critérios e métodos a utilizar. Além disso, para realizar uma demonstração num cenário simulado, foi apresentado um exemplo de aplicação em dois *softwares* *Wisedon* e *MCDA ULaval* que aplicam os métodos de *MacBeth* e *Electre*, respetivamente.

A pesquisa bibliográfica permitiu fundamentar a prática de gestão de projetos e as suas vertentes mais fulcrais. De seguida, verificou-se os desafios do contexto social e da efetivação do desenvolvimento sustentável. Além disso, constatou-se que, algumas organizações não possuem métodos formais de seleção e priorização, e que a maioria das vezes, a seleção é feita por interesse ou por dependência de alguma ferramenta.

Q1) De que forma é possível avaliar, selecionar e priorizar projetos com critérios baseados no desenvolvimento sustentável?

Foi possível concluir, através da análise de conteúdo realizada em *Excel*, que para avaliar, selecionar e priorizar projetos com interesse na maximização do desenvolvimento sustentável, é possível usar alguns critérios: Parcerias, Economia Circular, Ação Local, Capacitação, Acesso a bens e serviços, Investigação/Conhecimento, Inovação/Produtividade, Melhoramentos estruturais, Igualdade e dignidade e Legal. Estes critérios são simultaneamente completos e simples de entender, aplicam-se e adaptam-se às necessidades, pois são baseados num guia aprovado e de carácter mundial, permitindo assim responder à primeira questão de investigação.

Para lidar com todas as questões encontradas foram estudadas alternativas para auxiliar as organizações sociais na seleção e priorização de projetos. Estas alternativas são procedimentos objetivos e com o claro enfoque na transparência da seleção e priorização dos projetos, facilitando este processo referenciado na primeira questão de investigação.

Q2) Como se aplicam métodos de análise multicritério à seleção e priorização de projetos na área social?

Em relação ao uso dos dois *softwares*, foram detetadas algumas diferenças. Estas experiências realizadas e as conclusões elencadas fundamentam a resposta à segunda questão de investigação. Há funcionalidades de introdução de dados que só são possíveis no *Wisedon* tal como a árvore de decisão. Outra grande diferença é que o *Wisedon* trabalha com informação certa sendo que o *MCDA ULaval* trabalha com informação incerta e imprecisa, por isso a necessidade de parametrizar os limiares. Outra grande diferença prende-se com o facto de o *Wisedon* tem todas as ferramentas para o processo completo de apoio à decisão, sendo que o *MCDA ULaval* suporta-se em ferramentas externas, como é o caso da utilização do *DecSpace*. Na fase final de análise das classificações, o *MCDA ULaval* possui matrizes de *outranking* que têm uma compreensão menos intuitiva e mais complexa que os gráficos que são apresentados no *Wisedon*.

Esta tese contribui para o conhecimento teórico dos conceitos de gestão de projeto, desenvolvimento sustentável e análise multicritério, agregando vários autores. Por outro lado, apresenta contribuições práticas no sentido da proposta de critérios a utilizar em avaliação de projetos sociais e na proposta de uma metodologia completa, transparente e objetiva de seleção de projetos. Com esta metodologia as organizações que desenvolvem projetos sociais ganham mais transparência e objetividade nos processos de decisão, sendo mais fácil conseguir atingir as metas estratégicas. Esta facilidade em atingir a estratégia não advém dos recursos, mas da utilização certa dos recursos. Esta utilização certa pressupõe um método de alocação claro e explícito, com critérios definidos *a priori*, ou seja, um método de análise multicritério.

5.2. Limitações

Os principais desafios enfrentados durante a realização da pesquisa dizem respeito à diversidade de tipos e variações de modelos, o que tornou impraticável mencionar, explicar e discutir todos eles. Por esse motivo, apenas modelos dentro do âmbito do TFM foram apresentados, omitindo a explicação de alguns mais complexos.

Devido a uma série de constrangimentos foi impossível cumprir o âmbito planeado inicialmente, existindo alguns ajustes na dimensão da amostra e na diversidade de *softwares* a utilizar. Esta questão temporal, também teve influência na confirmação dos critérios, pelo que para validação dos critérios finais como algo plausível, optou-se pela entrevista não estruturada a especialistas.

Por questões de regulamento geral de proteção de dados existiram dificuldades na recolha de informações para caracterizar os projetos incluídos na amostra de teste, pelo que houve uma diminuição do número de projetos a incluir, para mitigar estas lacunas fora do controlo da investigação.

5.3. Pesquisas Futuras

Com base nos desafios identificados anteriormente, recomenda-se a validação dos critérios por um método quantitativo (mais fiável e objetivo), como por exemplo: um questionário agregando um estudo estatístico sobre a validade da utilização destes critérios.

No decorrer do projeto percebeu-se que não existe conhecimento acerca do ponto/grau de utilização de técnicas de gestão de projetos, mais especificamente na gestão de *portfólio*, no setor social em Portugal, pelo que também é recomendado para um trabalho adicional futuro.

Adicionalmente poderá ser realizado um estudo com base na comparação de conferências de decisão com *stakeholders* diretos e conferências de decisão incluindo decisores externos e independentes para compreender e qualificar o possível desvio subjetivo que poderá existir de um lado ou de outro.

Além de tudo isto, seria interessante a realização de uma investigação sobre a eficácia da análise multicritério em detrimento de outras técnicas de seleção e priorização de projetos, permitindo averiguar o nível prático das abordagens.

Referências Bibliográficas

- Ahmed, Viqar; Bamberger, M. (1989). *Monitoring and Evaluating Projects and Development*. (E. D. I. of the W. Bank, Ed.). Economic Development Institute of the World Bank, Washington.
ISBN: 0821313401
- Alvarez, R. M., Hall, T. E., & Trechsel, A. H. (2009). Internet voting in comparative perspective: The case of estonia. *PS - Political Science and Politics*, 42(3), 497–505.
<https://doi.org/10.1017/S1049096509090787>
- Arcanjo, C. F. D., Amaral, T. M., & Sá, G. L. P. de. (2015). Aplicação e comparação dos métodos ELECTRE II e PROMETHEE II como ferramentas de auxílio à tomada de decisões hospitalares. *Revistas Científicas de América Latina y El Caribe*, 13(2), 177–186.
<https://doi.org/10.5585/exactaep.v13n2.5536>
- Bana, C. A., Corte, J. De, & Vansnick, J. (2004). *On the mathematical foundations of MACBETH*. Great Britain- Department of Operational Research London School of Economics and Political Science.
<https://doi.org/10.1007/s10964-012-9813-4>
- Bana e Costa, C. A., Corte, J.-M., & Vansnick, J.-C. (2015). *M-MACBETH Guia do utilizador.pdf*.
- Bana E Costa, C. A., Ensslin, L., Corrêa, É. C., & Vansnick, J. C. (1999). Decision Support Systems in action: Integrated application in a multicriteria decision aid process. *European Journal of Operational Research*, 113(2), 315–335.
[https://doi.org/10.1016/S0377-2217\(98\)00219-7](https://doi.org/10.1016/S0377-2217(98)00219-7)

Bardin, L. (2009). *Análises de Conteúdo*, Edições 70, Lisboa

<https://doi.org/10.17851/1983-3652.9.2.148-160>

Boer, H., & Duing, W. E. (2001). Innovation, what innovation? A comparison between product, process and organisational innovation. *International Journal of Technology Management*, 22(1/2/3), 83.

<https://doi.org/10.1504/ijtm.2001.002956>

Bogacz-wojtanowska, E., & Jałocha, B. (2016). The bright side of the social economy sector ' s projectification : a study of successful social enterprises. *UTS EPress*, 1, 1–20.

<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5130/pmrp.v3i0.5043>

Brans, J.-P., & Mareschal, B. (2005). Promethee methods. In *Multiple Criteria Decision Analysis: State of the Art Surveys*. (pp. 163–186).

https://doi.org/10.1007/0-387-23081-5_5

Brans, J. P., Vincke, P., & Mareschal, B. (1986). How to select and how to rank projects: The Promethee method. *European Journal of Operational Research*, 24(2), 228–238.

[https://doi.org/10.1016/0377-2217\(86\)90044-5](https://doi.org/10.1016/0377-2217(86)90044-5)

Buchanan, J., Sheppard, P., & Vanderpooten, D. (1999). Project ranking using ELECTRE III, 1–21.

Consultado em:

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.493.6585&rep=rep1&type=pdf>

Chaves, M., Ramos, T., Barros, T., & Mello, J. (2010). USO INTEGRADO DE DOIS MÉTODOS DE APOIO À DECISÃO MULTICRITÉRIO : VIP ANALYSIS E MACBETH Maria Cecília de Carvalho Chaves UFF. *Pesquisa Operacional Para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro*, (June 2015), 89–99.

Consultado em: <https://www.researchgate.net/publication/256446803%0AUse>

Coelho, M. (2004). Indicadores de Performance para Projetos Sociais. *Alcance - UNIVALI*, 11(3), 423–444.

Cooper, R., Edgett, S., & Kleinschmidt, E. (2001). Portfolio management for new product development: results of an industry practices study. *R&D Management*, 31(4), 361–380.

<https://doi.org/10.1111/1467-9310.00225>

Cotta, T. C. (1998). Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. *Revista Do Serviço Público*, 49(2), 103–124.

<https://doi.org/10.21874/RSP.V49I2.368>

Defourny, J., & Develtere, P. (1999). *THE SOCIAL ECONOMY: THE WORLDWIDE MAKING OF A THIRD SECTOR*, HIVA KULeuven.

Consultado em:

https://www.researchgate.net/publication/240335888_The_Social_Economy_The_Worldwide_Making_of_a_Third_Sector

Dietrich, P., & Lehtonen, P. (2005). Successful management of strategic intentions through multiple projects – Reflections from empirical study. *International Journal of Project Management*, 23, 386–391.

<https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2005.03.002>

Edelman, L. B., & Suchman, M. C. (2002). The Legal Environments of Organizations.

Annual Review of Sociology, 23(1), 479–515.

<https://doi.org/10.1146/annurev.soc.23.1.479>

Ehrgott, M. (2005). *Multicriteria Optimization*, Springer.

ISBN 978-3-540-27659-3

Elo, S., & Kyngäs, H. (2008). The qualitative content analysis process. *Journal of*

Advanced Nursing, 62(1), 107–115.

<https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x>

Esteves, A. M. (2008). Mining and social development: Refocusing community

investment using multi-criteria decision analysis. *Resources Policy*, 33(1), 39–47.

<https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2008.01.002>

Faucheux, S., & Froger, G. (1995). Decision-making under environmental uncertainty,.

Ecological Economics, 15, 29–42.

<https://doi.org/10.1038/ijo.2011.158>; [10.1038/ijo.2011.158](https://doi.org/10.1038/ijo.2011.158)

Figueira, J., Greco, S., & Ehrgott, M. (2005). *Multiple Criteria Decision Analysis -*

State of the Art Surveys, Springer, United States of America.

ISBN: 9783540773405

Figueira, J., Mousseau, V., & Roy, B. (2005). Electre Methods. In *Multiple Criteria*

Decision Analysis: State of the Art Surveys. (pp. 133–153).

https://doi.org/10.1007/0-387-23081-5_4

Figueira, J., & Roy, B. (2002). Determining the weights of criteria in the ELECTRE

type methods with a revised Simos' procedure. *European Journal of Operational Research*, 139(2), 317–326.

[https://doi.org/10.1016/S0377-2217\(01\)00370-8](https://doi.org/10.1016/S0377-2217(01)00370-8)

Forman, E. H., & Gass, S. I. (2003). The Analytic Hierarchy Process—An Exposition.

Institute for Operations Research and the Management Sciences, 49(4), 469–486.

<https://doi.org/10.1287/opre.49.4.469.11231>

Gamboa, G. (2006). Social multi-criteria evaluation of different development scenarios of the Aysén region, Chile. *Ecological Economics*, 59(1), 157–170.

<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2005.10.014>

Garmendia, E., Gamboa, G., Franco, J., Garmendia, J. M., Liria, P., & Olazabal, M.

(2010). Social multi-criteria evaluation as a decision support tool for integrated coastal zone management. *Ocean and Coastal Management*, 53(7), 385–403.

<https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2010.05.001>

Golini, R., Kalchschmidt, M., & Landoni, P. (2015). Adoption of project management practices : The impact on international development projects of non-governmental organizations. *International Journal of Project Management*, 33, 650–663.

<https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2014.09.006>

HYVÄRI, I. (2006). Success of Projects in different organizational conditions. *Project Management Journal*, 37(4), 31–42.

ISSN: 8756-9728/03

INE, I. N. de E. (2017). *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030*.

Consultado a 10 de Abril de 2019 em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUE

[Sdest_boui=292037042&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUE)

Kester, L., Griffin, A., Hultink, E. J., & Lauche, K. (2011). Exploring portfolio

decision-making processes. *Journal of Product Innovation Management*, 28(5), 641–661.

<https://doi.org/10.1111/j.1540-5885.2011.00832.x>

Lawrence, D. M., Oleson, K. W., Flanner, M. G., Thornton, P. E., Swenson, S. C.,

Lawrence, P. J., ... Slater, A. G. (2015). Parameterization improvements and functional and structural advances in Version 4 of the Community Land Model.

Journal of Advances in Modeling Earth Systems, 3, 1–27.

<https://doi.org/10.1029/2011ms00045>

Majdi, I. (2013). *Comparative evaluation of PROMETHEE and ELECTRE with*

application to sustainability assessment. Concordia Institute for Information

Systems Engineering (CIISE), Canada.

Marques, G., Gourc, D., & Lauras, M. (2010). Multi-criteria performance analysis for

decision making in project management. *International Journal of Project*

Management, 29, 1057–1069.

<https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2010.10.002>

Martinsuo, M. (2013). Project portfolio management in practice and in context.

International Journal of Project Management, 31, 794–803.

<https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2012.10.013>

Matei, A., & Dorobantu, A. D. (2015). Social Economy – Added Value for Local

Development and Social Cohesion. *Procedia Economics and Finance*, 26, 490–

494.

[https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)00878-3](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)00878-3)

Mateus, R. J. G., Matos, P. V., & Bana, J. C. (2017). Supporting Multicriteria Group

Decisions with MACBETH Tools : Selection of Sustainable Brownfield

Redevelopment Actions. *Group Decision and Negotiation*, 26, 495–521.

<https://doi.org/10.1007/s10726-016-9501-y>

- Mills, M., Álvarez-Romero, J. G., Vance-Borland, K., Cohen, P., Pressey, R. L., Guerrero, A. M., & Ernstson, H. (2014). Linking regional planning and local action: Towards using social network analysis in systematic conservation planning. *Biological Conservation*, *169*, 6–13.
<https://doi.org/10.1016/j.biocon.2013.10.015>
- Mohr, J., & Spekman, R. (1994). Characteristics of partnership success: partnership attributes, communication behavior, and conflict resolution techniques. *Strategic Management Journal*, *15*, 135–152.
<https://doi.org/10.1002/smj.4250150205>
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação, Porto Alegre*, *22*(37), 7–32.
<https://doi.org/10.1007/978-3-319-47925-5>
- Morss, E. R. (1984). Institutional destruction resulting from donor and project proliferation in Sub-Saharan African countries. *World Development*, *12*(4), 465–470.
[https://doi.org/10.1016/0305-750X\(84\)90024-X](https://doi.org/10.1016/0305-750X(84)90024-X)
- Munda, G. (2004). Social multi-criteria evaluation: Methodological foundations and operational consequences. *European Journal of Operational Research*, *158*(3), 662–677.
[https://doi.org/10.1016/S0377-2217\(03\)00369-2](https://doi.org/10.1016/S0377-2217(03)00369-2)
- Munda, G. (2005). Multiple Criteria Decision Analysis and Sustainable Development. In *Multiple Criteria Decision Analysis: State of the Art Surveys* (Vol. 78, pp. 953–986).
<https://doi.org/10.1007/b100605>

Negócios Estrangeiros, Ministério. (2017). *Relatório Nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - PORTUGAL. Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas.*

Oliveira, B., Ross, E. S., & Altimeyer, H. Y. (2005). Proposta de um modelo de planeamento estratégico para instituições sem fins lucrativos A strategic planning model for not-for-profit organizations. *Revista Da FAE*, 8(1), 69–80.

Consultado a 9 de Dezembro de 2018 em:

<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/376>

ONU. (2016). *17 Objetivos para Transformar o Nosso Mundo. Guia sobre Desenvolvimento Sustentável.*

Consultado a 3 de Novembro de 2018 em:

https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf

Pastor, J. (1996). Empowerment: what it is and what it is not. *Empowerment in Organizations*, 4(2), 5–7.

<https://doi.org/10.1108/09684899610118028>

PMBOK. (2017). *PMBOK Guide - 6th Edition. Project Management Institute* (Vol. 40), 6ª Edição, PMI, United States of America.

<https://doi.org/10.1002/pmj.20125>

Project Management Institute. (2008). *The Standard for Portfolio Management – 2nd Edition. Book.*

Consultado a 17 de Março de 2019 em: http://www.nioec.com/Training/مدیریت/PMI/PMI_Standard/The_Standard_Portfolio_Mgmt_Second_Ed.pdf

http://www.nioec.com/Training/مدیریت/PMI/PMI_Standard/The_Standard_Portfolio_Mgmt_Second_Ed.pdf

- Roussat, N., Dujet, C., & Méhu, J. (2009). Choosing a sustainable demolition waste management strategy using multicriteria decision analysis. *Waste Management*, 29(1), 12–20.
<https://doi.org/10.1016/j.wasman.2008.04.010>
- Roy, B., & Vincke, P. (1981). Multicriteria analysis: survey and new directions. *European Journal of Operational Research*, 8, 207–218.
<https://doi.org/10.1063/1.1718932>
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2017). *Research Methods for business students, 5th Edition, Pearson Education, England*.
ISBN: 9780273716860
- Syverson, C. (2011). What Determines Productivity? *Journal of Economic Literature*, 49(2), 326–365.
<https://doi.org/10.1257/jel.49.2.326>
- Velasquez, M., & Hester, P. (2013). An Analysis of Multi-Criteria Decision Making Methods. *International Journal of Operations Research Vol.*, 10(2), 56–66.
<https://doi.org/10.1007/978-3-319-12586-2>
- Verga Matos, P., Cardadeiro, E., Amado da Silva, J., & Muylder, C. F. De. (2018). The use of multi-criteria analysis in the recovery of abandoned mines: a study of intervention in Portugal. *RAUSP Management Journal*, 53(2), 214–224.
<https://doi.org/10.1016/j.rauspm.2017.06.005>
- Vijayasathy, L. R., & Butler, C. W. (2016). Choice of Software Development Methodologies: Do Organizational, Project, and Team Characteristics Matter? *IEEE Software*, 33(5), 86–94.
<https://doi.org/10.1109/MS.2015.26>

Walby, S. (2004). The European Union and gender equality: Emergent varieties of gender regime. *Social Politics*, 11(1), 4–29.

<https://doi.org/10.1093/sp/jxh024>

Webster, K. (2013). What might we say about a circular economy? Some temptations to avoid if possible. *World Futures: Journal of General Evolution*, 69(7–8), 542–554.

<https://doi.org/10.1080/02604027.2013.835977>

Yin, R. K. (2003). *Case Study Research - Design and Methods*. SAGE Publications (Vol. 5), 3ª Edição, United States of America.

<https://doi.org/10.3917/rsi.103.0020>

ANEXOS

ANEXO I - Tabela Resumo dos Projetos da Amostra

ID	Projetos	Investimento Inicial	Existência de Parcerias	Ações de sustentabilidade	Nº de beneficiários	Atividades Realizadas	Impacto	ODS a que dam resposta
1	Muitas pessoas com deficiência motora não possuem os recursos financeiros necessários que lhes permitam ter uma vida com qualidade. Estas pessoas têm projetos de vida, objetivos e ambições que querem alcançar, mas vêem-se limitadas pela falta de meios. A Associação recebe anualmente inúmeros pedidos de ajuda de pessoas com deficiência motora e procura conhecer cada caso segundo critérios e requisitos previamente definidos para ajudar aqueles que mais precisam, pois os recursos são finitos. Para ser possível dar uma resposta mais justa, e de acordo com a variedade de pedidos recebidos, a Associação criou, em 2008, a Ação Qualidade de Vida – processo de candidatura anual criado para atribuir apoios diretos e pontuais a pessoas com deficiência motora e comprovada falta de recursos financeiros.	162 327,00 €	Brisa, Delta, Fundação Calouste Gulbenkian, Novo Banco, Semapa	Angariações de Fundos, Apoios de Fundos Europeus...	43 pessoas	Há uma diversidade de atividades agrupadas em: Obras em Casa, Criação do Próprio Negócio, Formação e Emprego, Apoios Extraordinários	A Ação Qualidade de Vida visa assim apoiar casos que não encontraram resposta dentro dos programas de apoio promovidos pela Segurança Social e /ou Instituto de Emprego e Formação Profissional, ou outros. "Cabe-nos a nós enquanto associação criar as ferramentas para que possa intervir." Um projeto que tem impacto na integração de todos aqueles que nele participam.	3,8,10
2	A ETAR de Alcanema encontra-se em leito de cheia da ribeira do Carvalho, afluente do rio Alviela. Por este motivo a ETAR é, por vezes, inundada, com elevados prejuízos directos e causando contaminação do meio receptor. Assim, este projeto incidou na criação de uma defesa contra as cheias da ETAR em Alcanema.	350 000,00 €	ARH Tejo, Camara Municipal, QREN, Empreiteiro, Fiscalizador	Candidatura aprovada na POR Centro - Ações de valorização e qualificação ambiental.	13686 habitantes em Alcanema	Remoção e substituição da ponte de acesso à ETAR e regularização da ribeira. Foram também fornecidas algumas sessões de esclarecimento sobre o problema da poluição e da contaminação e o impacto positivo desta mudança.	Minimização de risco e de impactos negativos nos terrenos e meios, tais como: evacuação, danificação de material. Foram também mitigadas as interrupções de fornecimento de serviços e/ou bens essenciais.	6,7,11,13,14,15
3	A MovÓtica consiste numa ótica móvel - um veículo que funciona tal e qual como uma ótica, totalmente equipado, com um gabinete com todos os utensílios necessários para a prática de consultas de saúde visual e venda de óculos refrativos, lentes de contacto, lentes oftálmicas e óculos de sol. É um serviço que garante uma vida mais facilitada para idosos, pessoas com mobilidade reduzida e população em geral através da prestação de um serviço de proximidade com pessoas que vivem num povoamento muito disperso e em que se assiste a uma quase total concentração de serviços na sede do concelho. O cliente não terá que perder um dia para ir fazer a sua consulta ou para arranjar os seus óculos, através de marcação ou no dia estipulado poderá recorrer aos serviços da MovÓtica no conforto da sua aldeia, onde terá uma pessoa qualificada para lhe resolver o problema e atender as suas necessidades. Não é apenas um serviço de rastreio, é uma autêntica ótica que tem intenção de fazer face a todas as necessidades dos utentes, fazendo consultas, vendendo/ reparando óculos (inclusive óculos de sol) e lentes de contacto.	53 981,00 €	Juntas de Freguesias do Concelho	O <i>PayBack</i> estimado é de aproximadamente de 4 anos, pelo que, não vai ser difícil sustentar este negócio social. Apresenta um VAL positivo e adequável.	480 beneficiários	Consultas em lares e freguesias do concelho do Sabugal. Realiz também rastreios seniores promovidos por diversas entidades, entre elas "Há saúde" numa aldeia cada vez com menos pessoas.	Há maior regularidade de consultas o que permite uma melhoria da saúde e bem-estar. Há uma diminuição das assimetrias, as pessoas sentem que são importantes e que há sempre alguém que cuida e se interessa.	3,10,8
4	Banco de Bolsas é um projeto que facilita o acesso à educação de alunos carenciados. Este Banco é responsável por garantir o financiamento dos seus estudo, dando continuidade a um projeto "Capacitando Futuro". Desta forma, será possível garantir a igualdade de oportunidades e dar esse pequeno impulso na carreira dos jovens estudantes, proporcionando-lhes um futuro melhor.	42 470,00 €	Universidades, Escolas, Embaixadas	Angariações de Fundos. Outra das vertentes poderá ser, fruto da educação criar-se um ciclo de ajuda, de quem foi ajudado, ajudar	124 beneficiários	Atribuição de bolsas para os estudantes. A primeira ação é análise da candidatura e depois a manutenção do acompanhamento.	Formação de jovens quadros em áreas prioritárias no quadro das estratégias de desenvolvimento do país de origem; Privilegia-se candidaturas para cursos inexistentes nos estabelecimentos de ensino local.	4,5,8,10

ID	Projetos	Investimento Inicial	Existência de Parcerias	Ações de sustentabilidade	Nº de beneficiários	Atividades Realizadas	Impacto	ODS a que dam resposta
5	O projeto apoiará o crescimento pessoal e profissional de adultos com deficiências num ambiente de aprendizagem digital. O LeTITBE aproveita também o potencial dos equipamentos e estruturas modernos (particularmente smartphones e tablets) para facilitar e acelerar o processo de aprendizagem de adultos com deficiência. O projeto irá desenvolver 9 programas de e-learning relacionados com a empregabilidade, socialização e competências de <i>self advocacy</i> .	83 250,00 €	Protocolo para profissionais, Financiamento através do ERASMUS+, Fundação Juan Ciudad, Hospitality Europe, Ordens de São João de Deus (de diversos países), Fundação Vodafone (Espanha)	O LeTITBE dá continuidade ao projeto DESKTOP da Parceria Estratégica (2015-2017), com uma excelente avaliação. Uma série de parcerias que assegurarão o financiamento e por sua vez, a gestão e comunicação dos resultados.	Aproximadamente 15 utentes + 5 colaboradores. (há um projeto conjunto internacional com mais beneficiários). Os colaboradores terão como responsabilidade a defesa dos direitos dos utentes e a capacitação para a inclusão.	A aquisição de novas competências digitais e de aprendizagem abordará a prioridade setorial escolhida na educação de adultos. A primeira fase será a seleção dos participantes e profissionais. Já foram selecionadas e a aquisição de competências digitais em língua mãe e inglesa. Já foram iniciados os trabalhos de conceptualização de requisitos. Posteriormente haverá um meeting com todos os stakeholders envolvidos.	A principal prioridade e impacto será a inclusão social. As atividades aumentarão o envolvimento com tecnologias digitais, a participação cívica e os desempenhos de aprendizagem de adultos com deficiências, aumentando a sua participação social. Além disso, a aquisição de competências digitais e outras competências, para a empregabilidade, socialização e <i>self-advocacy</i> (tem por base os 12 direitos da Convenção das Nações Unidas) criarão oportunidades de emprego. Isso contribuirá para a redução das disparidades nos resultados de aprendizagem e para a implementação da "Estratégia Europeia para a Deficiência 201-20". Outro dos objetivos deste projeto é o combate ao estigma associado a doentes mentais.	3,4,5,8,10

ANEXO II - Especialistas

A) Especialistas

Organização	Função
ISEG - UL	Professor Doutor que utiliza MacBeth e participante da conferência de decisão
ISEG - UL	Professor Doutor que participou na conferência de decisão
IST - UL	Professora que utiliza Electre
IST - UL	Professor Doutor especialista em Electre
Wisedon	Engenheiro especialista em MacBeth e facilitador da conferência
Consultoria de P2020	Técnico de Gestão de Projetos que partilhou conhecimento e opinião
Oikos – Cooperação e desenvolvimento	Técnico de Gestão de Projetos que partilhou conhecimento e opinião
Associação Tempos Brilhantes	Consultor da área social que partilhou conhecimento e opinião
FEC – Fé e Cooperação	Gestora de Projetos que partilhou conhecimento e opinião
Diversas organizações: Força Aérea Portuguesa, Instituição Particular de Segurança Social, ONG's	Participantes na conferência de decisão

B) Opinião dos Especialistas

Consultor na área social da Associação Tempos Brilhantes

“Parece-me importante incluir (provavelmente já está previsto nalgum dos tópicos) a capacidade de implementação!

Sinto que ficamos muitas vezes pela teoria e descrição do projeto e não olhamos à real capacidade e experiência das pessoas que estão à frente dos projetos para os levar avante e implementar no terreno.

E depois, claro, a sustentabilidade! O que fica depois do projeto acabar? Quais as necessidades que vai criar? Qual a capacidade de ser replicado? Quais as soluções que o projeto oferece para a realidade local?”

Gestora de Projeto da FEC em Moçambique

1| A questão da sustentabilidade dos próprios projetos acenta em vários dos critérios (economia, ação local, capacitação, etc...) mas faria sentido ter um único critério que permitisse perceber de forma mais direta se os projetos visam ou não ser sustentáveis? (Talvez seja tolo porque esse parece ser o objetivo final...)

2|Poderia fazer sentido medir a "adequação ao contexto" (mais na ideia de respeito pelo contexto/cultura). Algo que permitisse perceber se visão/diagnóstico do próprio projeto foi criado a partir dos contributos/necessidades definidas pelas comunidades ou só pela visão da entidade/organização promotora - porque esta questão faz com que muitas vezes os projetos não tenham o impacto ou futuro esperado uma vez que o público-alvo ou nunca os viu como necessidade ou nunca se apropriou.

Técnica de Projeto na OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento

Estive a analisar o excel que já tinhas partilhado e acho que o importante será, para cada um dos critérios, teres um enquadramento e explicares qual o tipo de resposta que se enquadra em cada critério.

Não vou comentar os critérios que escolheste ou a forma como foram escolhidos, vou antes, tentar ajudar-te a fazer o enquadramento para cada um deles tendo por base os Ods, isto é no fundo uma espécie de resumo resumo do teu excel. Acho que não faz sentido seres tu a explicar porque é que os critérios se enquadram num estratégia para o desenvolvimento sustentável, se os teus critérios estão alinhados com os Ods então não ha dúvida nenhuma que o facto de os projectos responderem a estes critérios estão alinhados com o desenvolvimento sustentável.

Exemplo:

Critério	ODS e tipos de problemas a que os projetos que se enquadram neste critério devem responder
Parcerias	ods6 -parcerias com países em desenvolvimento para o correcto uso da água
Capacitar	ods1 -reforçar o sistema educativo ods3 -reforçar a prevenção e tratamento de dependências, prevenção de acidentes rodoviários ods3 -formação do pessoal de saúde ods4 -educação, formação e qualificação ao longo da vida. -capacitar para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo -direito à educação

	<ul style="list-style-type: none">-mais professores qualificados- acesso bolsas de estudo ods5 <ul style="list-style-type: none">-competências digitais
--	--

Outras notas:

Acho que o mais importante é mostrar que os teus critérios têm por base os ODS e que os tipo de projeto com um critério A ou B está alinhado portanto alinhado com os ODS x e y.

Acho que o teu ponto legal devia ser políticas públicas.

ANEXO II - Descritores de Desempenho

Parcerias

Quantas parcerias tem?
0
1
3
5
10

Economia Circular

com base no referencial de análise de mérito das candidaturas - fundo ambiental - apoiar a transição para uma economia circular

Vertente/Pontuação	0	1	2	3	5
Energias Renováveis	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta esta vertente melhorada, no sentido de um novo investimento, mas não introduz nenhuma novidade a nível técnico, nem de eficiência energética.	O projeto apresenta esta vertente melhorada, no sentido de um novo investimento, mas a novidade não é totalmente percecionada pelos beneficiários.	O projeto apresenta esta vertente significativamente melhorada, no sentido de um novo investimento, com novidade a nível técnico, notando-se na eficiência energética.	O projeto apresenta esta vertente significativamente melhorada e apresenta uma novidade radical a nível técnico, tornando-se clara uma eficiência energética e uma melhoria de condições ambientais.
Combate ao desperdício alimentar	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta uma mudança relevante mas que não resolve o problema na totalidade.	O projeto apresenta uma mudança para um problema, na ótica regional.	O projeto apresenta uma solução que resolve o problema na totalidade, mas que tem sérios riscos de sustentabilidade no futuro. (curto prazo)	O projeto apresenta uma solução que resolve o problema na totalidade e que assegura sustentabilidade no futuro.
Gestão dos Resíduos e Tratamento dos Produtos Químicos	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta uma solução de encaminhamento externo dos resíduos para posterior gestão e tratamento externo.	O projeto apresenta uma solução de encaminhamento interno dos resíduos para posterior gestão e tratamento.	O projeto apresenta uma atenção para a gestão de resíduos interno e posterior tratamento químico a nível externo.	O projeto apresenta uma solução de gestão e tratamento de resíduos e produtos químicos interna.
Reduzir, Reutilizar e Reciclar	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta-se consciente com a prática dos 3R's mas apenas implementa um deles.	O projeto apresenta-se consciente com a prática dos 3R's mas apenas implementa um deles e apresenta um plano para outro dos R.	O projeto apresenta-se consciente com a prática dos 3R's mas apenas implementa dois deles.	O projeto apresenta-se consciente com a prática dos 3R's e todos são implementados.

Ação Local

Vertente/Pontuação	0	1	3	5	
Relação com os produtos locais	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto contribui para incentivar o consumo dos produtos abrangidos pelo território geográfico específico, diferenciando e posicionando estrategicamente os produtos no mercado.	O projeto contribui para a produção de produtos locais e incentiva o consumo dos produtos abrangidos pelo território geográfico específico noutras áreas e contextos.	O projeto contribui para o desenvolvimento e afirmação dos produtos locais, a nível internacional. Continua a incrementar a produção e o incentivo ao consumo destes produtos.	Anúncio 10215_2019 - PDR
Ligação ao turismo	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta uma vertente de conexão aos organismos locais de turismo	O projeto apresenta uma clara ligação aos órgãos locais de turismo, apoiando a promoção do território.	O projeto é líder de promoção do território.	com base no TurismoCentro
Ação a nível autárquico	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta uma ação partilhada entre município e organismo privado.	O projeto apresenta uma ação partilhada entre diversos parceiros, sendo que o município delega funções de autonomia numa organização responsável, assegurando a sustentabilidade.	O projeto apresenta uma ação partilhada entre parceiros, sendo possível replicar a iniciativa a nível nacional.	Aviso 002_RHISTORICA_10213_10219
Combate ao abandono/Proliferação de boas práticas	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta consciência dos problemas que o rodeiam e apresenta um plano de combate ao abandono e de implementação de boas práticas.	O projeto apresenta evidências físicas onde combateram o abandono e a degradação e da implementação e comunicação de boas práticas.	O projeto apresenta uma certificação que comprova as boas práticas e apresenta resultados no combate ao abandono.	Aviso 002_RHISTORICA_10213_10219

Capacitação

com base no referencial de análise de mérito das candidaturas -ALT20-71-2019-22

Vertente/Pontuação	0	1	2	3	5
Área Tecnológica	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta 40 horas de formação, numa vertente melhorada face às necessidades regionais e pessoais, sendo possível uma melhor e mais fácil integração no mercado de trabalho.	O projeto apresenta 80 horas de formação, numa vertente melhorada face às necessidades regionais e pessoais, sendo possível uma melhor e mais fácil integração no mercado de trabalho.	O projeto apresenta 80 horas de formação, com a existência de atividades (por exemplo estágio) e outros mecanismos para aquisição de competências no domínio das novas tecnologias, tendo relevância no emprego e empreendedorismo.	O projeto apresenta formação numa área com pouca especialização nacional e que é considerado de interesse geral e prioritário.
Área Académica/Educacional	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta soluções adaptadas à realidade regional, colmatando falhas existentes, não sendo sustentável nem no tempo nem financeiramente.	O projeto apresenta soluções adaptadas à realidade regional, colmatando falhas existentes, sendo sustentável a curto prazo.	O projeto apresenta soluções adaptadas à realidade regional, dando resposta a situações de maior vulnerabilidade. É um projeto que adicionalmente tem ferramentas de auxílio.	O projeto apresenta diversas ofertas formativas, dando resposta a todos os públicos-alvo. Tem parcerias com várias entidades, incluindo potenciais empregadoras.
Apoio à Escolha e Decisão	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto envolve os beneficiários no desenvolvimento das atividades.	O projeto envolve os beneficiários em algumas reuniões.	O projeto envolve os beneficiários em cargos de coordenação e liderança.	O projeto foi criado e desenvolvido pelos próprios beneficiários.
Área do Cuidado Pessoal e dos Hábitos Saudáveis	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta técnicos responsáveis pela capacitação dos beneficiários para os cuidados básicos.	O projeto apresenta um manual de boas práticas que é distribuído.	O projeto apresenta técnicos responsáveis pela capacitação dos beneficiários para os cuidados básicos. É também contemplada formação para cuidadores e pessoas responsáveis pelos beneficiários para promover uma capacitação em cadeia.	O projeto contempla ferramentas que tornam os beneficiários totalmente autónomos, sendo possível replicar o projeto em várias situações.

Acesso a bens e serviços

Com base no referencial de mérito do projeto - aviso nº 04/SI/2019

0	1	2	3	4	5
Não existe informação para avaliar este critério	Recursos atribuídos são desproporcionados e têm necessidade de grandes correções	Recursos atribuídos são razoáveis, mas há necessidade de melhor balanceamento de estrutura de custos e serviços (fornecedores e fornecimentos) do que existe atualmente.	Recursos atribuídos são razoáveis, com necessidade de melhor balanceamento de custos, pois os serviços são analisados e distribuídos proporcionalmente.	Recursos sustentados, mas com necessidade de pequenos ajustes de estrutura de custos e serviços para efetivamente haver segurança e sustentabilidade. (ponto em que receitas = despesas)	Recursos equilibrados e devidamente sustentados. (ponto em que receitas > despesas)

Investigação/Conhecimento

Com base no referencial de mérito do projeto - aviso nº 04/SI/2019

0	1	2	3	4
O estado de arte é insuficientemente explicado, não havendo evidência de conhecimento das tecnologias relevantes existentes no mercado ou não existe informação que permita avaliar este critério.	O estado de arte é abordado de uma forma superficial não sendo demonstradas nem justificadas as limitações atuais que evidenciam a relevância e pertinência dos desenvolvimentos propostos.	O estado de arte é suficientemente detalhado evidenciando um conhecimento razoável das tecnologias relevantes e novas tendências, sendo que o avanço científico e tecnológico proposto alcançar é defendido de forma satisfatória.	O estado de arte é detalhado sendo perceptíveis e encontrando-se devidamente enquadrados e justificados os avanços científicos e tecnológicos propostos alcançar.	O estado da arte é exaustivamente descrito e fiável, sendo claramente perceptível o avanço científico e tecnológico previsto face ao conhecimento e tecnologias existentes e em desenvolvimento. O promotor demonstra um conhecimento significativo sobre os atuais e potenciais concorrentes nas tecnologias alvo.

Inovação/Produtividade

Pressuposto: sempre que há inovação, há melhoria na produtividade.

Com base no referencial de mérito do projeto - aviso nº 04/SI/2019

	Inovação Incremental
Combinação de conhecimentos científicos e tecnológicos correntes, sem evidência de integração inovadora desses conhecimentos e tecnologias	1
Nova combinação de conhecimentos científicos e tecnológicos correntes incorporando desenvolvimentos técnicos e tecnológicos significativos	2
Recurso a conhecimentos científicos ou tecnologias recentes (desenvolvimento de novas tecnologias)	3
Criação de novo conhecimento científico	4

Melhoramentos estruturais

Vertente/Pontuação	0	1	2	3	5
Habituação Própria	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta uma solução para a resolução de problemas de emergência.	O projeto apresenta uma solução para a resolução para um grupo localizado de pessoas.	O projeto apresenta uma solução para a construção e para a capacitação das famílias.	O projeto apresenta uma vertente de financiamento para as famílias reestruturarem e construir a sua casa de habitação, com retorno de trabalho.
Indústria, Comunicação e/ou transportes	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta coerência da estratégia e dos objetivos definidos, dando resposta a necessidades dos cidadãos, existindo um efeito de demonstração e disseminação.	O projeto apresenta provas da ligação entre a estratégia e dos objetivos definidos. Dando resposta, a necessidades dos cidadãos, existindo um efeito de demonstração e disseminação num grupo de pessoas.	O projeto apresenta uma abordagem operacional adequada ao contexto da realidade intervencionada, bem como no processo de acompanhamento, monitorização e avaliação. É importante a sustentabilidade e os efeitos da eficiência coletiva dos cidadãos envolvidos.	O projeto apresenta uma resposta a projetos com fatores críticos, colmatando falhas existentes. O contributo do projeto reflete-se na competitividade e na consecução dos objetivos e prioridades das estratégias e políticas regionais e setoriais.
Espaços Verdes, Conservação e Biodiversidade	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta consciência do cuidado dos espaços, em especial, na proteção das espécies da fauna e da flora.	O projeto apresenta evidências do cuidado dos espaços, em especial, na proteção das espécies da fauna e da flora.	O projeto apresenta uma solução de aproveitamento de espaço ou de conservação, bem como, presta especial atenção à biodiversidade.	O projeto apresenta um projeto replicado e inovador para espaços verdes, conservação e biodiversidade, sendo possível replicá-lo em diversas situações.
Saúde	O parâmetro em análise não é abordado	O projeto apresenta uma resposta eficaz e com impacto nos utentes que necessitam dos serviços.	O projeto apresenta uma resposta eficaz e eficiente com impacto num determinado local geográfico.	O projeto apresenta uma resposta eficaz, eficiente que impacte as necessidades dos utentes, de forma sustentável.	O projeto apresenta uma resposta com uma abordagem integrada, eficaz, eficiente que impacte as necessidades dos utentes, de forma sustentável.

<https://www.iustachange.pt/programas>

Anexo A - Referencial de Mérito da Operação

fundo ambiental

Lisboa-42-2019_02_Ccont

Igualdade e dignidade

com base no referencial de mérito - 9.6 Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FSE)

	0	1	2	3
Existência de mecanismos que possibilitem a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades e igualdade de género, nomeadamente quanto à prioridade ao sexo sub-representado na respetiva área profissional. Luta contra a discriminação e igualdade entre homens e mulheres.	Não refere sequer a possibilidade de políticas de igualdade de oportunidades e de género. Não existem informações nem parcerias nem condições para a igualdade de oportunidades e de género na luta contra a discriminação.	Refere a consciência para políticas de igualdade de oportunidades e de género. Existe um planeamento acerca das parcerias e condições para a igualdade de oportunidades e de género na luta contra a discriminação.	Refere as políticas para a igualdade de oportunidades e de género. Existem informações, parcerias e condições para a igualdade de oportunidades e de género na luta contra a discriminação.	Refere as políticas para a igualdade de oportunidades e de género e dá prioridade ao sexo sub-representado na contratação profissional. Existem e há evidências de informações, parcerias e condições para a igualdade de oportunidades e de género na luta contra a discriminação.

Legal

Tem carácter legal?
Sim=0
Não=1

Anexo IV – Figuras com melhor resolução

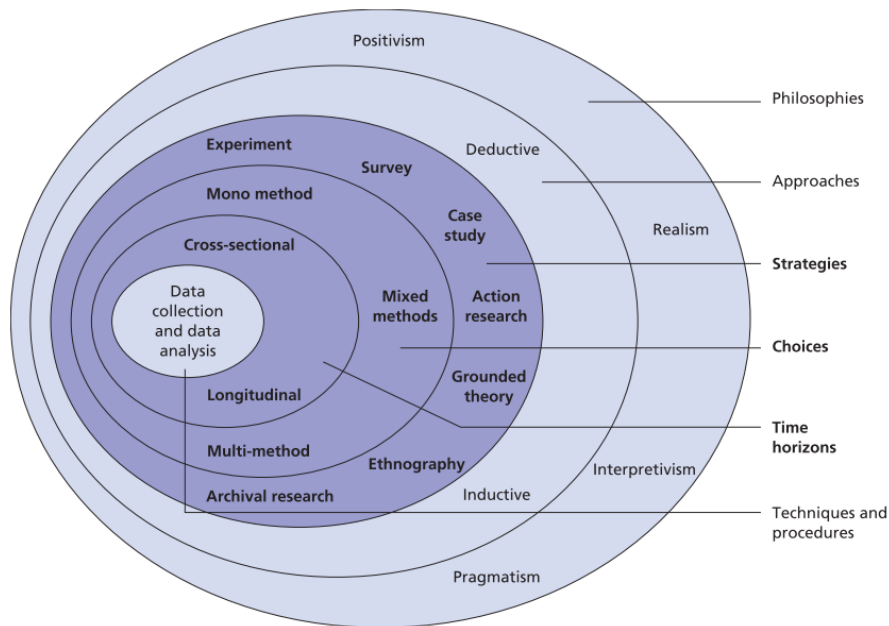


Figura 1 – “Research Onion” de - Mark Saunders, Philip Lewis and Adrian Thornhill 2008 – retirada em Saunders et.al, 2017.

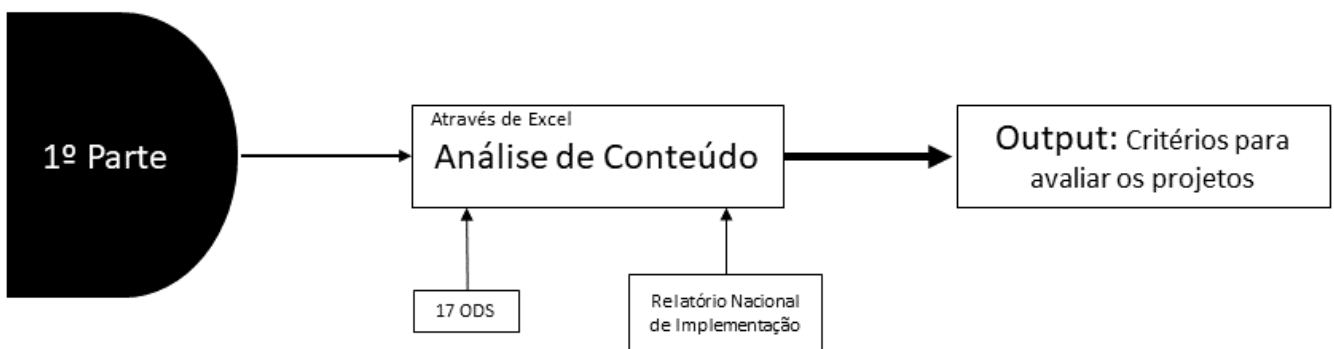


Figura 2- Esquema da 1ª Parte da Investigação.

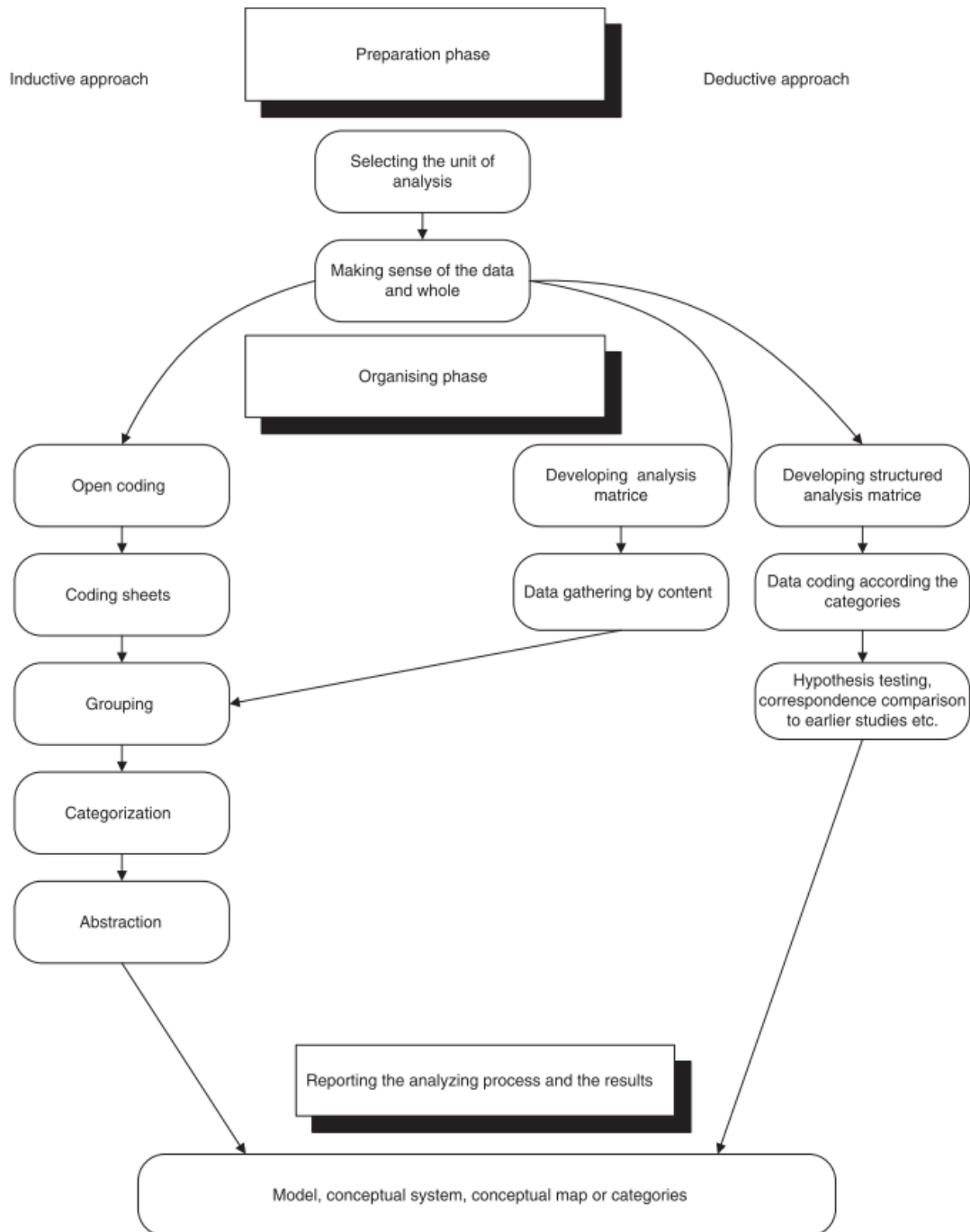


Figura 3- Esquema da Análise de Conteúdo (Elo & Kyngäs, 2008).

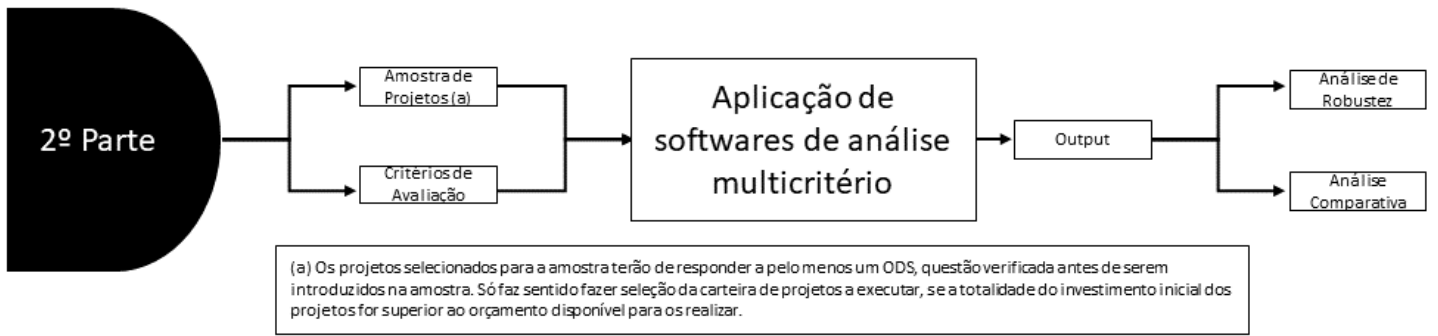


Figura 4 - Esquema da 2ª Parte da Investigação.

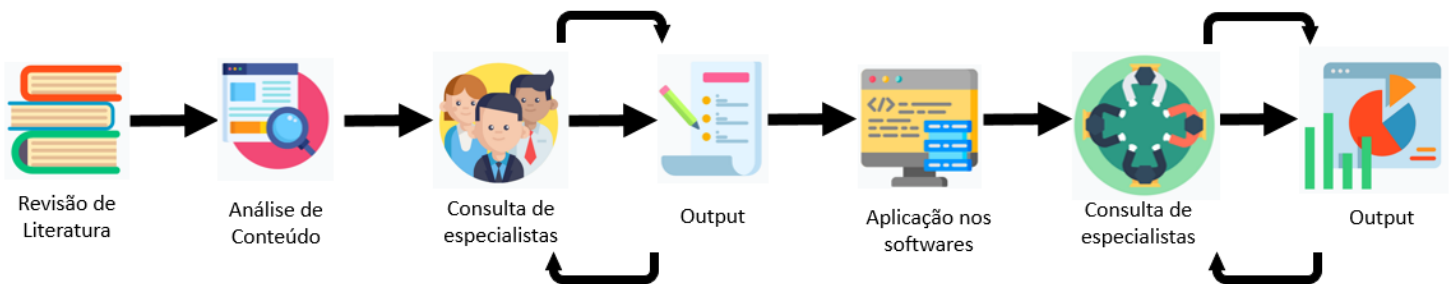


Figura 5 – Processo de Investigação.

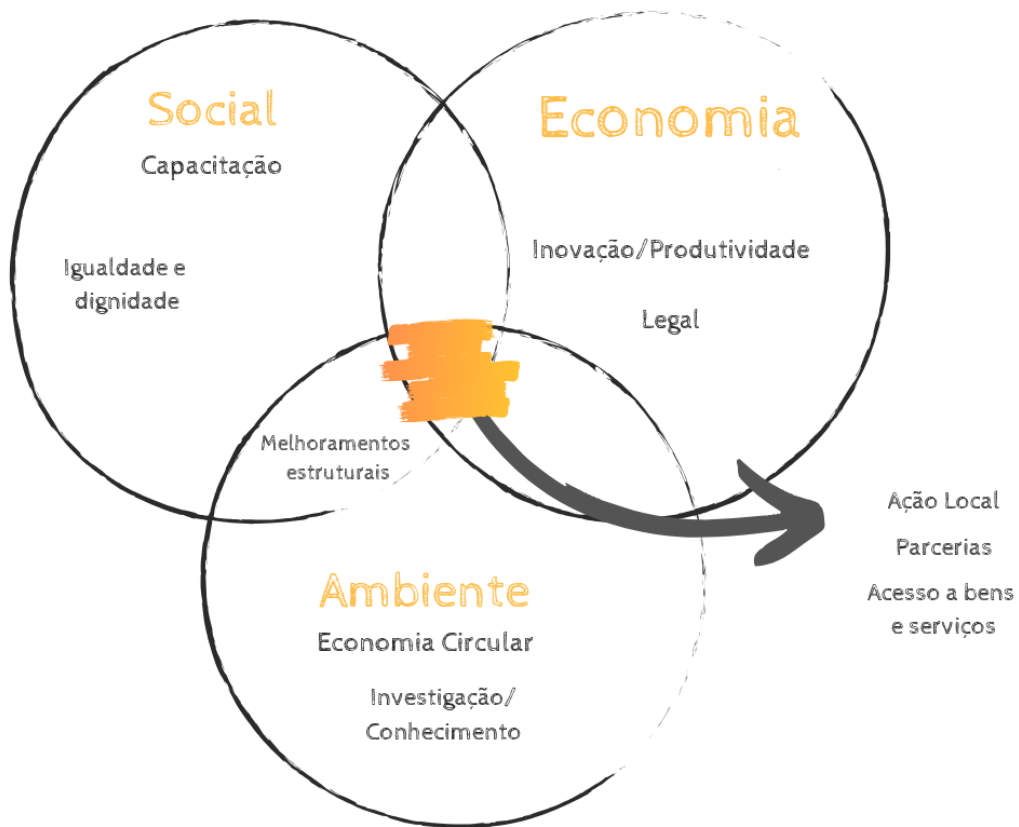


Figura 6 - Diagrama de critérios agrupados em 3 áreas, com base em (Roussat, Dujet, & Méhu, 2009)

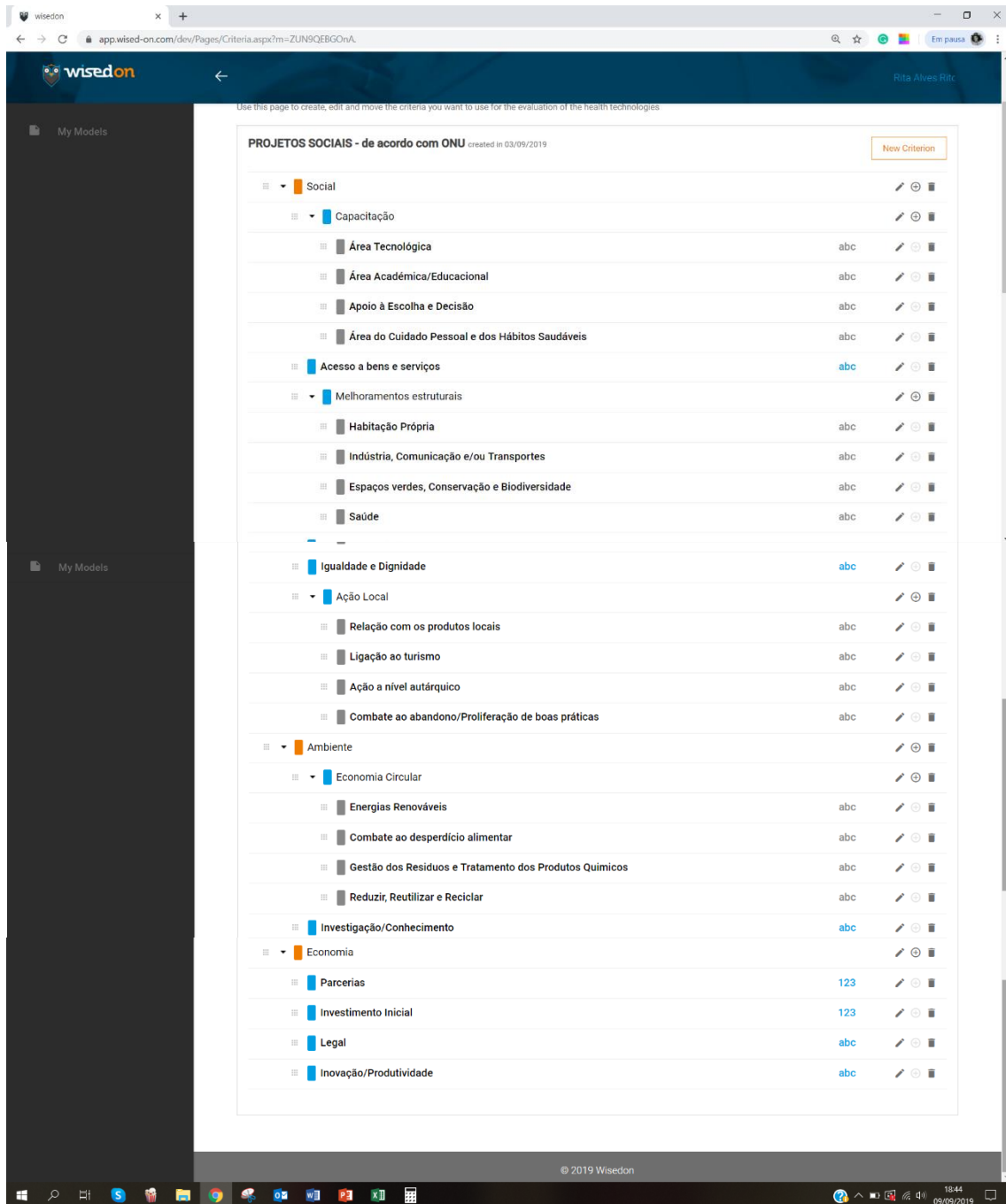






















Figura 7 - Árvore de Decisão de Critérios (Wisedon)

Investigação/Conhecimento Close

1. Define and order reference levels 2. Compare reference levels 3. Get scale

Use this screen to insert /edit the reference levels for the selected criterion. You can drag & drop any reference to change its order. Place the most important at the top and the least important at the bottom of the list

☰	O estado da arte é exaustivamente descrito e fiável, sendo claramente perceptível o avanço científico e tecnológico previsto face ao conhecimento e tecnologias existentes e em desenvolvimento. O promotor demonstra um conhecimento significativo sobre os atuais e potenciais concorrentes nas tecnologias alvo.	n4	   
☰	O estado de arte é detalhado sendo perceptíveis e encontrando-se devidamente enquadrados e justificados os avanços científicos e tecnológicos propostos alcançar.	n3	   
☰	O estado de arte é suficientemente detalhado evidenciando um conhecimento razoável das tecnologias relevantes e novas tendências, sendo que o avanço científico e tecnológico proposto alcançar é defendido de forma satisfatória.	n2	   
☰	O estado de arte é abordado de uma forma superficial não sendo demonstradas nem justificadas as limitações atuais que evidenciam a relevância e pertinência dos desenvolvimentos propostos.	n1	   
☰	O estado de arte é insuficientemente explicado, não havendo evidência de conhecimento das tecnologias relevantes existentes no mercado ou não existe informação que permita avaliar este critério.	n0	   

Add Reference

Start Scoring

Figura 8- Exemplo de descritores de um dos critérios (Wisedon)

Investigação/Conhecimento Close


1. Define and order reference levels 2. Compare reference levels 3. Get scale

Question 2 of 9

The difference in preference between the two references below is:

O estado da arte é exaustivamente descrito e fiável, sendo claramente perceptível o avanço científico e tecnológico previsto face ao conhecimento e tecnologias existentes e em desenvolvimento. O promotor demonstra um conhecimento significativo sobre os atuais e potenciais concorrentes nas tecnologias alvo.	n4
O estado de arte é detalhado sendo perceptíveis e encontrando-se devidamente enquadrados e justificados os avanços científicos e tecnológicos propostos alcançar.	n3
O estado de arte é suficientemente detalhado evidenciando um conhecimento razoável das tecnologias relevantes e novas tendências, sendo que o avanço científico e tecnológico proposto alcançar é defendido de forma satisfatória.	n2
O estado de arte é abordado de uma forma superficial não sendo demonstradas nem justificadas as limitações atuais que evidenciam a relevância e pertinência dos desenvolvimentos propostos.	n1
O estado de arte é insuficientemente explicado, não havendo evidência de conhecimento das tecnologias relevantes existentes no mercado ou não existe informação que permita avaliar este critério.	n0

indifferent very weak weak moderate strong very strong extreme Don't know



Adicionar variante

Previous Question
Next Question

Show Matrix Table
Get Scale

Figura 9- Exemplo de questão da primeira fase de avaliação (Wisedon)

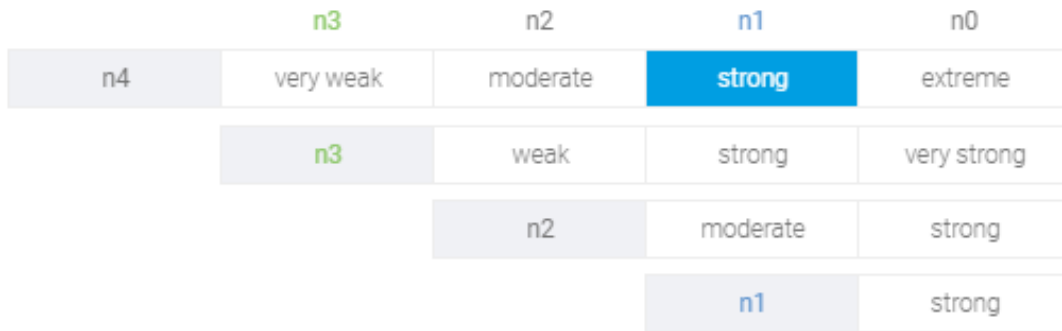


Figura 10 - Exemplo de matriz de julgamentos (Wisedon)

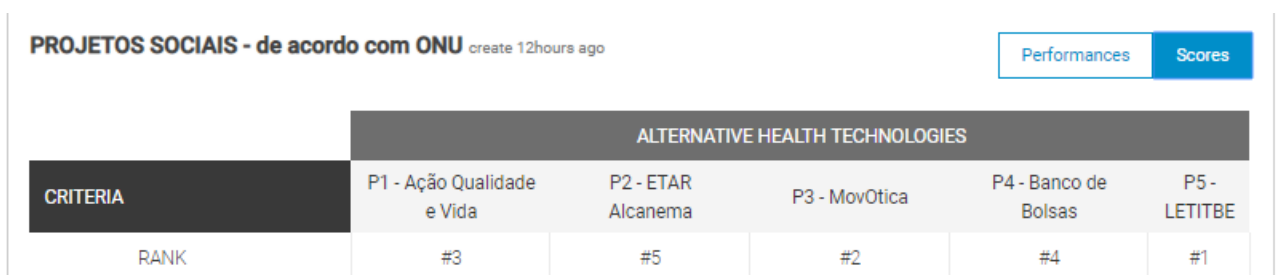


Figura 11- Ranking final (Wisedon)

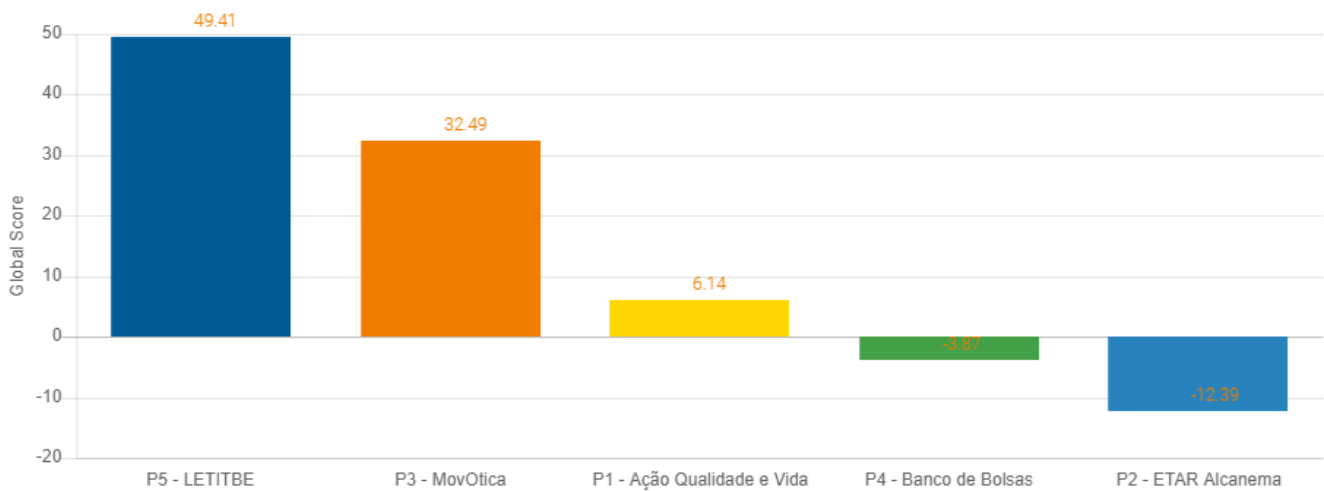


Figura 12 - Gráfico de Pontuações de todas as alternativas (Wisedon)

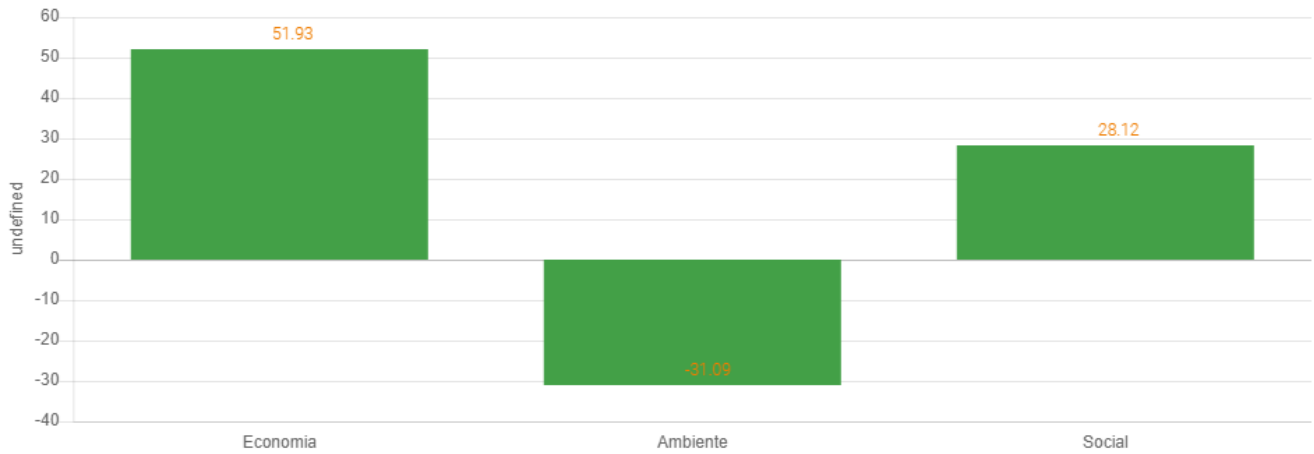


Figura 13- Exemplo de pontuação parcial por área no Projeto - Ação Qualidade e Vida (Wisedon)

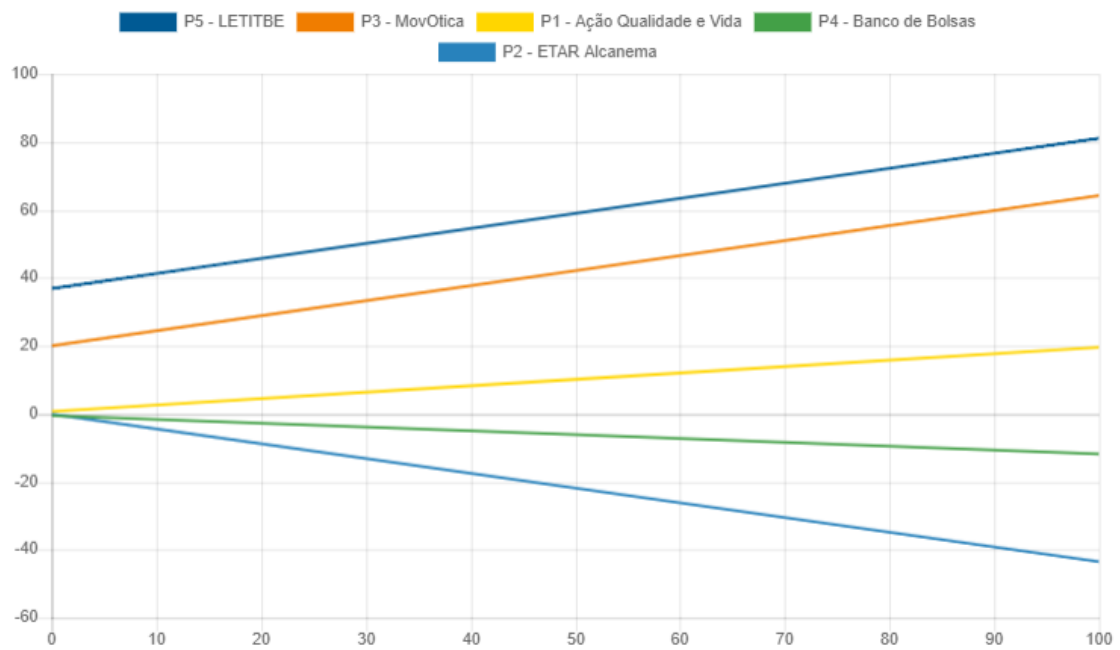


Figura 14 - Exemplo de Análise de Sensibilidade de um critério (Wisedon)

Criterion	Normalized Weight
Economia Circular	15.63
Capacitação	12.5
Investigação / Conhecimento	10.42
Acesso a bens e serviços	8.33
Melhoramentos estruturais	10.42
Igualdade / Dignidade	8.33
Ação Local	6.25
Parcerias	8.33
Investimento Inicial	8.33
Legal	5.21
Inovação / Produtividade	6.25

Figura 15 - Coeficientes de Ponderação (DecSpace)

[Alternati...	Parcerias	Economia Circular	Ação Local	Capacitação	Acesso a bens e serviços	Investigação/Conhecimento	Inovação/Produtividade	Melhoramentos estruturais	Igualdade e dignidade	Legal	Investimento Inicial
Extent	27,00	3	2	4	2	2	2	2	2	0	307530,00
P1	6,00	n0	n0	n2	n3	n1	n1	n2	n1	Não	162327,00
P2	5,00	n3	n3	n0	n2	n0	n1	n2	n0	Não	350000,00
P3	32,00	n0	n1	n0	n4	n2	n3	n2	n0	Não	53981,00
P4	11,00	n0	n0	n3	n3	n0	n1	n0	n1	Não	42470,00
P5	13,00	n0	n0	n5	n3	n2	n3	n2	n2	Não	83250,00

Figura 16- Quadro de Performance Projetos vs Critérios (MCDA ULaval)

Project : Autos - Decision configuration : configuration_2											
Criterion parameters											
[Paramet...	Parcerias	Economi...	Ação Local	Capacita...	Acesso a...	Investiga...	Inovação...	Melhora...	Igualdad...	Legal	Investim...
k	8.33	15.63	6.25	12.5	8.33	10.42	6.25	10.42	8.33	5.21	8.33
q^α	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅
q^β	∅	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	∅	1500.0
p^α	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅
p^β	∅	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	∅	5000.0
v^α	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅
v^β	∅	5.0	4.0	5.0	6.0	5.0	4.0	5.0	4.0	∅	15000.0
Direction	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Maximize	Minimize
Thresh...	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant	Constant

Figura 17- Parametrização dos Coeficientes, Limiares de: preferência, indiferença e veto (MCDA ULaval)

```

Project : Autos - Result : <configuration_2, autos.csv_2, *, Ø>
.....
                RESULT <configuration_2, autos.csv_2, *, Ø>
.....
Ascending distillation
  1 : [P3, P4]
  2 : P5
  3 : P2
  4 : P1

Descending distillation
  1 : P3
  2 : P5
  3 : P4
  4 : P1
  5 : P2

Final ranking
  1 : P3
  2 : [P4, P5]
  3 : [P1, P2]

Median ranking
  1 : P3
  2 : [P4, P5]
  3 : [P1, P2]
    
```

Figura 18 - Ranking Final (MCDA ULaval)

Project : Autos - configuration_2 - Outranking

Export CSV file P+ : outranks P- : is outranked by R : incomparable I : indifferent

[-]	P1	P2	P3	P4	P5
P1	~	R	P-	P-	P-
P2	R	~	P-	P-	P-
P3	P+	P+	~	P+	P+
P4	P+	P+	P-	~	P+
P5	P+	P+	P-	P-	~

Figura 19 - Matriz de Outranking (R- incomparabilidade; P+ totalmente preferível; P- preferível) (MCDA ULaval)

Project : Autos - configuration_2 - Global concordances

Export CSV file

[-]	P1	P2	P3	P4	P5
P1	~	0.781200...	0.833399...	0.7084	0.7084
P2	0.833399...	~	0.6459	0.6251	0.437600...
P3	0.8958	0.843700...	~	0.7917	0.7917
P4	0.8958	0.677000...	0.8125	~	0.625
P5	1.0	0.843700...	0.833399...	0.9167	~

Figura 20 - Matriz de Concordância (MCDA ULaval)

APÊNDICE - ANÁLISE DE CONTEÚDO

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
1	erradicar a pobreza extrema em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia	Pessoas – traduzindo a determinação em erradicar a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos possam realizar o seu potencial no respeito da dignidade e igualdade, num ambiente saudável. A Estratégia Europa 2020 postula a redução do risco de pobreza e exclusão social como essencial para a promoção da coesão socioeconómica da região e para a prossecução de um crescimento inclusivo.	Erradicar a pobreza económica e a exclusão social, para um crescimento e desenvolvimento inclusivo. Este tipo de pobreza em Portugal não é aplicável, pois quase que se pode arriscar que não existem pessoas a viver neste limite.	NA
1	garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias e serviços financeiros, incluindo microfinanciamento	Prosperidade – impondo-se a garantia de que todos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, assegurando que o desenvolvimento económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza. No âmbito do Programa Nacional de Reformas, salientam-se as medidas referentes à coesão e igualdade social, entre as quais o combate à pobreza das crianças e jovens, passando pelo apoio às famílias com crianças mais jovens. São exemplos de medidas: a abordagem integrada no combate à pobreza e a aposta em medidas de proximidade e na reformulação de classes de rendimento de acesso ao abono de família. Prevê-se ainda um sistema de indicadores de alerta de situações de precariedade social, contrariando abandono e insucesso escolar, garantindo a todas as crianças o direito à educação pré-escolar.	Aumentar o acesso a serviços e bens, combatendo assim a desigualdade e precariedade social. Este combate já é realizado parcialmente na área da educação mas necessita de contínua atenção	Acesso a bens e serviços
1	medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos	A cooperação para o desenvolvimento com países terceiros, vetor chave da política externa portuguesa, assenta num consenso alargado entre as forças políticas e a sociedade civil, tendo como objetivo a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável dos países parceiros, no respeito pelos Direitos Humanos, pela democracia e pelo Estado de direito. Portugal estrutura o seu apoio tendo como base o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, dirigido à cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, assim como no contexto da sua integração na CPLP. Portugal depara-se com desafios relacionados com as dimensões onde a situação de pobreza é ainda problemática, incidindo sobretudo: i) nos trabalhadores de baixos níveis de remuneração ou com relações de trabalho frágeis/instáveis; ii) nos desempregados de muito longa duração que experimentam dificuldades no regresso ao mercado de trabalho (especialmente a partir dos 50 anos); iii) nas pessoas idosas; e iv) nos grupos sociais marginalizados e alvos de discriminação no acesso à educação e ao trabalho, como, entre outros, as minorias étnicas. A estratégia de Governo assenta em medidas extraordinárias de proteção dos desempregados de longa duração; na sustentabilidade da segurança social; e na reposição dos apoios que garantem os mínimos sociais aos cidadãos em condições de maior vulnerabilidade, como o Rendimento Social de Inserção (RSI) e o Complemento Solidário para Idosos (CSI), bem como na reposição das regras de atualização das pensões e outras prestações.	Portugal necessita de projetos que auxiliem na resolução de problemáticas tais como: baixos níveis de remuneração e instabilidade da relação do trabalho (ou seja lutar pelos direitos dos trabalhadores); reinserção de desempregados, principalmente na faixa etária superior aos 50 anos; proteção social dos idosos; proteção e direito ao acesso à educação e trabalho de pessoas pertencentes às minorias.	Acesso a bens e serviços
1	reduzir a exposição e a vulnerabilidade destes aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais	a pobreza e exclusão social exigem uma intervenção, a vários níveis, de médio e longo prazo: um sistema educativo mais abrangente, que favoreça a diminuição das desigualdades nos rendimentos primários e interventivo na quebra da transmissão da pobreza intergeracional; uma repartição dos rendimentos mais equilibrada, por via das transferências sociais e impostos; um mercado de trabalho mais inclusivo e sustentável; um sistema de proteção social mais eficaz, eficiente e capaz de se ajustar às mutações da realidade social. Neste contexto, a integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social continuam a ser um objetivo fundamental para qualquer economia que se queira competitiva e sustentável.	Capacitar e empoderar as pessoas para enfrentarem um mundo com oportunidades e desafios	Capacitar e empoderar
1	proporcionar meios adequados e previsíveis para que (...) se possa implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões	integrada, respeitando uma visão global de promoção do desenvolvimento sustentável e evitando a compartimentação de políticas por silos	Erradicar a pobreza económica e a exclusão social, para um crescimento e desenvolvimento inclusivo.	Legal
2	acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano	Contribuindo para uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente, a Estratégia Nacional do Regime de Fruta e Leite Escolar tem como principal objetivo a promoção de hábitos alimentares saudáveis, prosseguido através da introdução ou reforço de hábitos alimentares nas crianças de modo a disseminar comportamentos saudáveis na população. uma preocupação de equilíbrio nutricional os ajustamentos produzidos ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas	Erradicar a fome principalmente através da educação/promoção de hábitos saudáveis.	Acesso a bens e serviços

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
2	acabar com todas as formas de malnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos	Contribuindo para uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente, a Estratégia Nacional do Regime de Fruta e Leite Escolar tem como principal objetivo a promoção de hábitos alimentares saudáveis, prosseguido através da introdução ou reforço de hábitos alimentares nas crianças de modo a disseminar comportamentos saudáveis na população. uma preocupação de equilíbrio nutricional os ajustamentos produzidos ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas	Erradicar a fome principalmente através da educação/promoção de hábitos saudáveis. Esta medida de malnutrição não preocupa o contexto português.	NA
2	atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas	Rendimento Social de Inserção, enquanto medida para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social. No domínio da saúde, contribuindo para acabar com todas as formas de malnutrição	Erradicar a fome principalmente através da educação/promoção de hábitos saudáveis	Acesso a bens e serviços
2	duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores de subsistência, pastores e pescadores	i) aumentar a produção e a produtividade agrícola, reforçar a competitividade e assegurar a qualidade dos produtos, a sua eficaz comercialização, o melhor abastecimento do País e o incremento da exportação; ii) criar as condições necessárias para atingir a igualdade efetiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores e evitar que o setor agrícola seja desfavorecido nas relações de troca com os outros setores; e iii) assegurar o uso e a gestão racionais dos solos e dos restantes recursos naturais, bem como a manutenção da sua capacidade de regeneração.	A principal prioridade devia ser o aumento da produtividade agrícola que proporciona o aumento do rendimento e consequentemente melhora as condições	Inovação/Produtividade
2	garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo	importa destacar a importância que o desenvolvimento de condições de infraestruturas e de contexto tem, quer no desenvolvimento dessa atividade, quer na garantia de um desenvolvimento rural mais harmonioso e sustentável. Em particular, procura-se assegurar que os investimentos na expansão e requalificação da rede de regadio nacional são continuados, para desenvolver uma atividade agrícola competitiva e sustentável, bem como para a sustentabilidade e preservação dos territórios rurais. preocupações expressas nos ODS adotados, designadamente segurança e qualidade no abastecimento de produtos alimentares, a viabilidade do mundo rural, em simultâneo com uma preocupação de gestão sustentável dos recursos naturais no respeito pelas gerações futuras, que contribua para a mitigação dos riscos associados às alterações climáticas. Algumas medidas: regime de pequena agricultura, permitindo melhor adequação das pequenas explorações aos requisitos das políticas; v) regimes de apoios associados, nos setores ou regiões em situações especiais, por motivos económicos, ambientais e/ou sociais; e vi) pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente (greening), contribuindo para a melhoria do desempenho ambiental da atividade agrícola.	Investimentos na expansão e requalificação da atividade agrícola, tornando-a a competitiva e sustentável. É também importante melhorar a segurança e qualidade no abastecimento de produtos alimentares, a viabilidade no mundo rural com respeito pelas gerações futuras. Há uma série de apoios que auxilia estes regimes de pequenos agricultores e regiões rurais mas que necessitam de continuar a fazer um caminho de melhoria do desempenho.	Inovação/Produtividade
2	manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respetivas espécies selvagens	No plano da diversidade genética, enaltece-se a promoção da conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais e animais no referido PDR2020, apoiando a preservação de variedades autóctones em risco de extinção e a conservação e melhoramento de recursos genéticos animais e vegetais	Manutenção e promoção da diversidade	Melhoramentos estruturais
2	Aumentar o investimento, inclusive através do reforço da cooperação internacional, nas infraestruturas rurais, investigação e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais	Procura-se fomentar o investimento nas explorações agrícolas, com o objetivo de aumentar a capacidade de gerar valor acrescentado, de aumentar a produtividade, de promover uma utilização mais eficiente dos recursos (água, solo e energia) e viabilizar o tecido produtivo e social nas zonas rurais. sendo atribuídos apoios específicos para os pequenos agricultores, a pequenos investimentos nas explorações agrícolas, e na transformação e comercialização de produtos agrícolas. Impõe-se a necessidade de apoiar a diversificação de atividades nas explorações, como por exemplo, para o turismo, associadas a medidas de renovação das aldeias, e o fomento dos produtos de qualidade e desenvolvimento de cadeias curtas e mercados locais, como forma de facilitar o acesso ao mercado de pequenos produtores.	É prioridade que os próximos projetos possam ter como meta o apoio à diversificação de atividades nas explorações, como por exemplo, para o turismo, associadas a medidas de renovação das aldeias, e o fomento dos produtos de qualidade e desenvolvimento de cadeias curtas e mercados locais, como forma de facilitar o acesso ao mercado de pequenos produtores.	Inovação/Produtividade
2	Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais	Grandes opções do plano para 2016-19 dirigem-se à melhoria da qualidade dos produtos, à garantia da segurança alimentar e ao incremento da produtividade dos fatores de produção, tendo em vista a internacionalização das fileiras agroalimentares e agroflorestais e a substituição de importações no mercado nacional, por forma a obter o equilíbrio na balança comercial agrícola no longo-prazo. Igualmente relevantes são o reforço do apoio à pequena agricultura, ao rejuvenescimento do tecido social das zonas rurais, com destaque para o empresariado agrícola e rural, e à promoção e reforço das estratégias e parcerias locais.	Continua a ser relevante a internacionalização e o equilíbrio da balança mas ainda mais o apoio à pequena agricultura, o rejuvenescimento do tecido empresarial e o reforço das parcerias locais e das estratégias dos empresários para o mundo agrícola e rural.	Legal

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
2	Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de matérias-primas agrícolas e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação sobre o mercado	integrada, respeitando uma visão global de promoção do desenvolvimento sustentável e evitando a compartimentação de políticas por silos. relevância da plataforma GlobalAgriMar, disponibilizando informação sobre produtos e mercados, estimulando a exportação, o investimento e a internacionalização das empresas nacionais.	Facilitar o acesso e adequado dos mercados	Acesso a bens e serviços
3	reduzir a taxa de mortalidade materna global	compete ao Programa Nacional de Vigilância de Gravidez de Baixo Risco prosseguir na sua atuação, desde o início do ciclo de vida, através de cuidados abrangentes, antecipatórios e individualizados. Este manter-se-á inserido no processo assistencial contínuo de vigilância pré-natal e neonatal, prestado à grávida e ao recém-nascido, enquadrando-se na Rede de Referência Materno-Infantil e na articulação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares.	Esta meta manter-se-á sob a alçada das redes de prevenção e vigilância da saúde materno-infantil.	NA
3	reduzir a mortalidade neonatal e mortalidade de crianças	Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil reforça o investimento nas questões relacionadas com o desenvolvimento infantil, as perturbações emocionais e do comportamento e os maus tratos. Neste âmbito, manter-se-á o incremento em estratégias de deteção e apoio às crianças que apresentam necessidades especiais, estão em situação de risco ou são especialmente vulneráveis	Esta meta manter-se-á sob a alçada das redes de prevenção e vigilância da saúde materno-infantil.	NA
3	acabar com as epidemias de Sida, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis	no âmbito do Plano Nacional de Saúde, determina-se o desenvolvimento de programas de saúde prioritários em 11 áreas, incluindo hepatites virais, infeção VIH/SIDA e tuberculose	Esta meta manter-se-á sob a alçada das redes de prevenção e vigilância da saúde materno-infantil. Observamos pouca prevalência destas doenças em Portugal.	NA
3	reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento	grandes metas a redução para menos de 20% da taxa de mortalidade prematura (abaixo dos 70 anos), o aumento em 30% da esperança de vida saudável aos 65 anos de idade, e ainda a redução dos fatores de risco relacionados com as doenças não transmissíveis, nomeadamente o consumo e exposição ao fumo do tabaco e a obesidade infantil.	Redução da mortalidade prematura e aumento da esperança de vida saudável através da prática de hábitos saudáveis.	NA
3	promover a saúde mental e o bem-estar	No âmbito da promoção do acesso aos serviços de saúde, expandir a Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados responde aos desafios decorrentes do envelhecimento da população, como seja a disponibilização de serviços e cuidados continuados ao domicílio ou em ambulatório, que garantam o apoio aos cidadãos idosos ou em estado de dependência. Prevê-se também o aprofundamento dos Cuidados Continuados de Saúde Mental, bem como de outras áreas que requerem uma intervenção mais específica, como é o caso da demência. A promoção da saúde mental é uma prioridade pois ela é a dimensão da saúde que permite lidar de forma mais eficaz com as emoções, os sentimentos, as frustrações e usufruir do seu contributo para a capacidade de pensar e de tomar decisões. As perturbações emocionais e comportamentais, detetadas na escola, devem ser articuladas com o Programa Nacional de Saúde Mental. Muitos dos problemas comportamentais das crianças têm início na idade escolar e podem resultar de dificuldades na adaptação que podem ser prevenidos ou transformar-se em problemáticas do foro ansioso e depressivo podendo mesmo, na adolescência, assumir comportamentos de risco.	Expansão da Rede de Cuidados Continuados Integrados é um desafio que garante o apoio e a proteção dos idosos principalmente. É também importante o alargamento da Rede de Cuidados de Saúde Mental, bem como casos de outras áreas específicas e que estão a aumentar a taxa de casos em Portugal como é o caso da demência e depressão. Há alguns comportamentos de risco de crianças e jovens que podem mais tarde transformarem-se em problemas mais graves.	Melhoramentos estruturais
3	Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool	O Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, estruturando-se em função de três eixos nucleares: i) prevenir a iniciação do consumo nos jovens; ii) proteger da exposição ao fumo ambiental; e iii) promover a cessação tabágica.	Combate a substâncias nocivas que viciam e proliferação de hábitos saudáveis.	Capacitar e empoderar
3	Reduzir o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários	Programa Nacional de Prevenção de Acidentes promover a segurança e prevenir os acidentes não intencionais, melhorar a intervenção de emergência, garantir respostas de qualidade e serviços integrados para as vítimas de lesões e traumatismos. Destaca-se, neste âmbito, a elaboração do Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária 2020, tendo como desígnio transversal tornar a segurança rodoviária uma prioridade para todos os Portugueses.	Prevenção Rodoviária para diminuir os acidentes, melhorar as intervenções de emergência e garantir serviços de qualidade às vítimas.	Capacitar e empoderar
3	assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais	Programa Cuida-te, que compreende diversas metodologias de intervenção, permitindo atuar em áreas como a alimentação saudável e obesidade, a prevenção de consumos nocivos, e a saúde sexual e reprodutiva. Destaca-se, por exemplo, um serviço telefónico de informação, gratuito, anónimo e confidencial, para esclarecimento, orientação e encaminhamento na área da saúde sexual e reprodutiva, denominado Sexualidade em Linha. compete ao Programa Nacional de Saúde Reprodutiva manter e incrementar as atividades de planeamento familiar. O acesso a esta consulta deverá manter-se gratuito e em tempo adequado, assim como a distribuição de contraceptivos	Acesso a bens de primeira necessidade - a saúde é um deles	Acesso a bens e serviços

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
3	atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis	existência de serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito, ao qual é garantido o acesso livre de qualquer discriminação, designadamente em razão da origem racial, étnica e nacional, sexo e deficiência. Tem-se efetuado um alargamento da oferta de serviços sociais e de saúde, adequando-os a necessidades emergentes e potenciando a transição de cuidados institucionais para cuidados de proximidade. O Plano para a Integração dos Imigrantes, na parte respeitante à saúde e de forma articulada entre diferentes entidades, para além dos aspetos já mencionados de acesso ao SNS, assegura: i) implementação de medidas visando a promoção do acesso dos imigrantes ao SNS; ii) implementação de um plano de formação para a interculturalidade dos profissionais do SNS; iii) desenvolvimento de parcerias para a promoção do acesso dos migrantes à saúde em Portugal; iv) institucionalização de procedimentos com vista a uma melhor gestão dos acordos de saúde e agilização do acesso dos imigrantes e seus acompanhantes aos serviços de saúde e promoção da saúde mental dos migrantes. No âmbito do acolhimento a refugiados, para além do rastreio de estado de saúde à chegada, há que prestar atenção às vulnerabilidades e aos riscos associados à saúde individual dos migrantes de e para Portugal.	Acesso a bens de primeira necessidade - a saúde é um deles mesmo sendo estrangeiros ou migrantes	Acesso a bens e serviços
3	reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo	o controlo da qualidade da água para consumo humano e o controlo da qualidade do ar. Por outro lado, na perspetiva de que as alterações climáticas veem aumentar a possibilidade de importação natural de algumas doenças atualmente existentes noutras áreas geoclimáticas, o conhecimento histórico nacional da realidade lusófona, associado à capacidade científica em matéria de alterações climáticas (ondas de calor, e.g.), afigura-se um fator decisivo na capacitação neste domínio.	Combate às alterações climáticas e contaminações/poluções	Capacitar e empoderar
3	Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco em todos os países	promoção da redução do consumo de substâncias psicoativas, na prevenção dos comportamentos aditivos e na diminuição das dependências, destacando-se objetivos concretos quanto ao retardar do início dos consumos, à diminuição das prevalências de consumo de risco e à morbilidade relacionada com o consumo de substâncias psicoativas	Combate a substâncias nocivas que viciam e proliferação de hábitos saudáveis.	Capacitar e empoderar
3	Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis		Apoio ao Desenvolvimento e Investigação Científica, sempre muito abordado porque acredita-se que quanto mais se sabe, melhor se pode agir.	Investigação/Conhecimento
3	proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis	Importa ainda realçar a importância do Programa Nacional de Vacinação, criado em 1965, universal e gratuito, destinado a vacinar a população, especialmente as crianças. Iniciou-se com vacinas contra 6 doenças, protegendo hoje contra 13. Procura ainda recomendar estratégias apropriadas baseadas na melhor evidência científica disponível sobre o impacto da doença e da vacinação, por forma a obter, com eficiência, ganhos em saúde.	Acesso a bens de primeira necessidade - já há redes organizadas que apoiam nestas situações	Acesso a bens e serviços
3	Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, formação, e retenção do pessoal de saúde	No âmbito da cooperação internacional, a lei prevê ainda que cidadãos oriundos dos PALOP se desloquem para tratamento médico em Portugal ao abrigo de acordos de cooperação no domínio da saúde. Por outro lado, a constante atualização da capacidade instalada, a articulação com parceiros internacionais e a mobilização de peritos nacionais para responder a emergências internacionais permitem reforçar a capacidade nacional dos PALOP.	Capacitar e empoderar as pessoas para enfrentarem um mundo com oportunidades e desafios	Capacitar e empoderar
3	alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos	A inauguração do Centro de Emergências em Saúde Pública (outubro de 2016) reforçou as capacidades dedicadas à gestão de informação no contexto das emergências em saúde pública em termos de estruturas, equipamentos e ferramentas de apoio à gestão. Este faz parte da rede europeia e internacional dos centros de emergência em saúde pública sistemas de alerta e Regulamento Sanitário Internacional (RSI).	Alertar, reduzir e prevenir	Capacitar e empoderar
4	garantir que todos completam o ensino primário e secundário em todos os géneros	Portugal atribui uma importância central à educação, formação e qualificação, ao longo da vida, procurando inverter atrasos e exclusões históricos, com impactos diretos no bem-estar das pessoas, no desempenho económico, no combate à pobreza, na promoção da igualdade e coesão social, da cidadania e do ambiente.	Capacitar e empoderar as pessoas para enfrentarem um mundo com oportunidades e desafios	Capacitar e empoderar
4	acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira fase da infância em todos os géneros	concretização da universalização da oferta pré-escolar para os 4 e 5 anos de idade e o esforço de alargamento para os 3 anos até 2019; a produção das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, garantia da articulação entre especialistas e referenciais das organizações nacionais e internacionais setoriais (aferidas no âmbito da participação na Rede Starting Strong da OCDE); e a realização de um plano de formação para educadores de infância, com o intuito de promover a qualidade e equidade da rede de ensino.	Capacitar e empoderar as pessoas para enfrentarem um mundo com oportunidades e desafios	Capacitar e empoderar

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
4	acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo à universidade	Portugal atribui uma importância central à educação, formação e qualificação, ao longo da vida, procurando inverter atrasos e exclusões históricos, com impactos diretos no bem-estar das pessoas, no desempenho económico, no combate à pobreza, na promoção da igualdade e coesão social, da cidadania e do ambiente. Estes desígnios encontram-se especialmente patentes nas Grandes Opções do Plano para 2016-19, alinhadas com o Portugal 2020 e o Programa Nacional de Reformas que assume como linhas prioritárias a redução do insucesso e abandono escolar precoce, o acesso à educação, a qualificação de adultos e a modernização e inovação no sistema educativo. Portugal encontra-se envolvido no cumprimento da Estratégia Europa 2020, nomeadamente no que respeita aos objetivos de promoção de um crescimento inclusivo e inteligente. Estão ainda em curso medidas que garantem o alargamento, a qualidade e a flexibilidade dos cursos profissionais, no nível de ensino secundário, de acordo com padrões europeus. Este conjunto articulado de políticas permitirá reduzir o abandono escolar para 10% até 2020 e garantir que 55% dos estudantes no ensino secundário frequentam uma via profissionalizante. Para melhorar a diversidade e qualidade na oferta formativa no ensino superior, foram criados os cursos técnicos superiores profissionais.	Capacitar e empoderar as pessoas para enfrentarem um mundo com oportunidades e desafios	Capacitar e empoderar
4	aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo em todos os géneros	Portugal atribui uma importância central à educação, formação e qualificação, ao longo da vida, procurando inverter atrasos e exclusões históricos, com impactos diretos no bem-estar das pessoas, no desempenho económico, no combate à pobreza, na promoção da igualdade e coesão social, da cidadania e do ambiente. Reconhecendo as necessidades de aprendizagem ao longo da vida e as baixas qualificações da população adulta portuguesa, a educação e formação de adultos tem constituído igualmente uma área prioritária, nomeadamente, com o lançamento do Programa Qualifica que visa o acolhimento, orientação, formação e certificação de cerca de um milhão de adultos pouco qualificados, até 2020, baseando-se numa articulação estreita entre os setores da educação e do trabalho.	Capacitar e empoderar as pessoas para enfrentarem um mundo com oportunidades e desafios	Capacitar e empoderar
4	garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade	persistem alguns desafios na universalização do direito à educação aos quais se procura atualmente dar resposta. O programa Escolhas, que suporta projetos destinados à integração de crianças e jovens provenientes de comunidades vulneráveis e que tem como eixos prioritários a formação profissional, a inclusão digital e o empoderamento dos jovens.	Capacitar e empoderar as pessoas para enfrentarem um mundo com oportunidades e desafios	Capacitar e empoderar
4	garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável	O direito à educação encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa, sendo reconhecido como estruturante na garantia da igualdade de oportunidades, da superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, do desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, bem como da solidariedade e responsabilidade sociais e da participação democrática na vida coletiva. Há vários projetos que se destacam, tal como: o Projeto 80, que promove a cidadania, empreendedorismo, associativismo, sustentabilidade, preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, através de iniciativas propostas e desenvolvidas por alunos; o Eco-Escolas, programa internacional que pretende encorajar ações no âmbito da educação ambiental, através do fornecimento de metodologia, formação e materiais pedagógicos; o Parlamento dos Jovens, iniciativa da Assembleia da República dirigida aos jovens, que pretende estimular a participação cívica e dar a conhecer as instituições democráticas; o Selo Escola Intercultural, que visa distinguir as escolas que se destaquem no desenvolvimento de projetos de valorização da diversidade como oportunidade e fonte de aprendizagem para todos; e o Orçamento Participativo das Escolas, permitindo aos estudantes participar democraticamente na gestão da sua escola e, desta forma, reforçar a sua formação para a cidadania.	Capacitar e empoderar as pessoas para enfrentarem um mundo com oportunidades e desafios	Capacitar e empoderar

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
4	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e à igualdade de género	Na promoção da igualdade entre mulheres e homens, destacam-se o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017 e a Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas, que combatem, de forma estrutural e transversal, as desigualdades e a discriminação em razão do sexo, contrariando o maior risco de pobreza a que as mulheres se encontram sujeitas ao longo da vida. Em particular, realçam-se o combate às disparidades salariais; a promoção da partilha equilibrada do trabalho doméstico e de cuidar; a promoção de mecanismos de representação equilibrada nos cargos de decisão; a monitorização das prestações sociais do subsistema da solidariedade na perspetiva do género; a monitorização das situações das famílias monoparentais que beneficiem do sistema do abono de família, em especial as constituídas por mulheres; e as ações de sensibilização e formação que integrem a dimensão de género dirigidas a profissionais que trabalham com populações vulneráveis. Portugal é uma referência na Educação Inclusiva, tendo transitado de um modelo segregador de escolas especiais para o atual modelo, no qual 98% das crianças e jovens com necessidades especiais frequentam o sistema regular. Para tal, existem medidas de suporte diversas, tais como centros de recursos técnico-pedagógicos e ajustamentos pedagógicos. Será necessário consolidar a monitorização dos percursos e aprendizagens destes alunos.	Continuar a melhorar as estruturas para uma educação mais inclusiva, consolidando a monitorização dos percursos e aprendizagens dos alunos.	Melhoramentos estruturais
4	ampliar substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo	Inúmeras medidas têm sido também promovidas pelo Estado, sociedade civil e fundações para enquadrar a atribuição de bolsas de estudos a esses estudantes. O Programa de Atribuição de Bolsas a Estudantes de Etnia Cigana no Ensino Superior, incentivando a permanência no sistema educativo. (...) o peso que as condições socioeconómicas continuam a ter nos resultados e retenção escolares sugere que este trabalho terá de ser consolidado	Capacitar e empoderar as pessoas para enfrentarem um mundo com oportunidades e desafios.	Capacitar e empoderar
4	aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional	Portugal tem sido motor para o desenvolvimento de ações no seio da CPLP, tendo apoiado outros países no desenvolvimento dos seus sistemas educativos. Destas, destacam-se: o alargamento das escolas portuguesas em Macau, Timor-Leste, Angola e Moçambique; a abertura de uma escola em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, bem como o projeto de abertura de uma escola no Brasil; a colocação de vários docentes para formar e cooperar diretamente com docentes timorenses, no contexto do projeto Centros de Aprendizagem e Formação Escolar; e, ainda, a colaboração na assessoria técnica aos serviços educativos, em colaboração com o Camões, I.P. Acresce que Portugal dispõe de protocolos de cooperação para o acolhimento de estudantes estrangeiros (nomeadamente dos PALOP), sobretudo a nível do Ensino Superior. importa destacar os projetos com vista a estruturar os sistemas de ensino básico, secundário e profissional dos países parceiros, assim como do ensino superior em parceria com organizações da sociedade civil, fundações ou com instituições de ensino superior em Portugal.	Capacitar e empoderar as pessoas para enfrentarem um mundo com oportunidades e desafios.	Capacitar e empoderar
5	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas	É tarefa fundamental do Estado promover a igualdade entre mulheres e homens, sendo princípio fundamental da Constituição da República Portuguesa e estruturante do Estado de direito democrático a não discriminação em função do sexo ou da orientação sexual. A prossecução de políticas ativas de igualdade entre mulheres e homens é um dever inequívoco de qualquer governo, assente numa obrigação que se estende à sociedade em geral. A dimensão da igualdade de género deve, por isso, ser tida em consideração na conceção e execução de qualquer política pública. A igualdade entre mulheres e homens é um imperativo e um objetivo social em si mesmo, essencial a uma vivência plena da cidadania, constituindo um pré-requisito para se alcançar uma sociedade mais moderna, justa e equitativa, e um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, no respeito pleno da dignidade humana.	Defesa da dignidade da pessoa através do combate à discriminação e à desigualdade entre géneros	Igualdade e dignidade
5	Eliminar todas as formas de violência incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos	Paz – salientando a determinação de se promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, e recordando que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento sustentável. combate a todas as formas de violência de género, no V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género. Portugal tem assumido firmemente nas políticas de combate à violência contra as mulheres. Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género 2010, que visa o combate a todas as formas de violência sobre as mulheres e meninas e a promoção da integração sistemática da igualdade de género no sistema da cooperação portuguesa. A nova Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género que reflete o objetivo de territorialização de políticas, visando a cobertura nacional e reforçando a rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica. Está em curso a celebração de protocolos que garantem a definição de requisitos e a articulação de competências entre os vários atores públicos e privados envolvidos, bem como a criação de estruturas que respondem a necessidades de grupos específicos (LGBTI, vítimas de violência sexual, inter alia), envolvendo sempre a sociedade civil.	Defesa da dignidade da pessoa através do combate à violência. (há muito poucos casos de tráfico aqui em Portugal)	Igualdade e dignidade

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
5	Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas	a Estratégia Nacional Para a Integração das Comunidades Ciganas reconhece a particular vulnerabilidade das mulheres e raparigas ciganas à discriminação múltipla, estabelecendo ações específicas que visam, nomeadamente, o respetivo empoderamento através da mediação e do associativismo femininos. Também assim, o Plano para as Migrações atenta aos desafios da igualdade de género, definindo medidas que visam a integração pessoal, profissional e cívica das mulheres migrantes na sociedade portuguesa. Para o combate ao tráfico, a cooperação interinstitucional e internacional ganha relevância por se entender que este fenómeno é transnacional e desenvolvido por redes de criminalidade organizadas. Devem ser aqui destacados i) a Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico, mecanismo de cooperação e de partilha de informação, visando a prevenção, a proteção e a reintegração das vítimas de tráfico de seres humanos; e ii) o Observatório do Tráfico de Seres Humanos, que monitoriza este fenómeno criminal no plano nacional.	Defesa da dignidade da pessoa através da eliminação de práticas nocivas.	Capacitar e empoderar
5	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família	assegurar a coesão social apresenta-se como um dos objetivos das iniciativas desenvolvidas no âmbito da referida estratégia e é entendido que a promoção da igualdade de género e de novas formas de conciliação da vida profissional e familiar é peça-chave para o desenvolvimento económico-social do espaço europeu.	Tema bastante atual e emergente: o papel dos cuidadores informais como essenciais à sociedade e a atribuição de condições para poderem viver. Porque pessoa que cuida tem que ser cuidada.	Igualdade e dignidade
5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública	Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas, que, no contexto da concertação social e do diálogo tripartido (Governo, patronato, sindicatos), adota uma abordagem estrutural de combate às desigualdades entre mulheres e homens, incidindo estrategicamente sobre as disparidades salariais; a segregação ocupacional; a parentalidade; a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional; e a paridade nos cargos de decisão. O Governo tem em curso alterações legislativas e ações que intervêm de forma decisiva nestas áreas, promovendo, inter alia, a imposição de limiares mínimos de representação em cargos de decisão nas empresas públicas e cotadas, a disseminação online de instrumentos de conciliação, a coresponsabilização e a articulação com as empresas nesta matéria, tendo-se comprometido a adotar medidas específicas de combate estrutural ao fosso salarial e de promoção da partilha equilibrada do trabalho de cuidar entre mulheres e homens.	Participação ativa na sociedade política, económica e pública com igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	Capacitar e empoderar
5	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos	Ainda no plano do acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e direitos reprodutivos, devem destacar-se o acesso à educação sexual nos estabelecimentos de ensino públicos e privados e ao planeamento familiar, que inclui o livre acesso a consultas, tratamentos de infertilidade, a despenalização da interrupção da gravidez (incluindo a voluntária) e a técnicas de procriação medicamente assistida, estas recentemente alargadas a todas as mulheres, independentemente de diagnóstico de infertilidade, do estado marital, e da orientação sexual. Por extensão, refiram-se os Guiões de Educação Género e Cidadania (pré-escolar e 1.º a 3.º ciclos) que integram a temática da igualdade entre mulheres e homens na prática educativa, formal e não formal.	Acesso a bens de primeira necessidade - a saúde é um deles.	Acesso a bens e serviços
5	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres	nada é elencado no Relatório. A Iniciativa Nacional para as Competências Digitais e 2030 tem como objetivo posicionar Portugal no grupo de topo dos países europeus em competências digitais, até 2030, ao mesmo tempo que responde à carência de recursos humanos capacitados em tecnologias da informação e comunicação, focando em: i) garantir a inclusão digital para exercício pleno da cidadania; ii) a promoção das condições de empregabilidade num contexto de crescente procura de competências digitais, através da Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital 2015-2020; iii) o estímulo à especialização em tecnologias e aplicações digitais para a qualificação do emprego e a criação de maior valor acrescentado na economia; e iv) a produção de novos conhecimentos na fronteira da ciência e tecnologias digitais em interação internacional. (aparece referenciado no objetivo 8 do Relatório)	Este é um tema urgente e necessário. Capacitar e empoderar as pessoas para o mundo através da formação para o uso de tecnologia.	Capacitar e empoderar
6	alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos	Incumbência prioritária do Estado, no âmbito económico e social, a adoção de uma política nacional da água, com aproveitamento, planeamento e gestão racional dos recursos hídricos tem lugar de destaque na Constituição da República Portuguesa. Há também o objetivo de assegurar a acessibilidade e sustentabilidade do ciclo urbano da água e dos recursos hídricos (valorização do território) e de garantir a acessibilidade a água e energia (reforço da igualdade e da coesão social).	A maioria das pessoas em Portugal tem acesso a este bem, pelo que não é um campo de intervenção tão necessário.	NA
6	alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto	Portugal tem no setor da água e do saneamento uma política pública clara, traduzida em legislação consistente e coerente, bem como em planos estratégicos integrados.	A maioria das pessoas em Portugal tem acesso a este bem, pelo que não é um campo de intervenção tão necessário.	NA
6	melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a proporção de águas residuais não-tratadas	A cobertura e a qualidade dos serviços registaram nas últimas quatro décadas uma evolução assinalável, consequência da ação dos municípios, e de iniciativas de âmbito nacional, combinando instrumentos de política ambiental, com importante contributo de financiamentos comunitários. Portugal está a desenvolver estudos para melhorar a avaliação do estado das massas de água, recorrendo a financiamentos comunitários, para um melhor conhecimento dos poluentes que apresentam maior relevância a nível nacional.	A maioria das pessoas em Portugal tem acesso a este bem, pelo que não é um campo de intervenção tão necessário.	NA

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
6	aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização	nada é elencado pelo que será um tema que ainda não está abordado e que é estritamente necessário para a sociedade de hoje	Este é um tema urgente e necessário. Capacitar e empoderar as pessoas para o mundo através da relativização do mundo do descarte e pelo aumento da consciência para a ecologia e a sustentabilidade das gerações futuras.	Capacitar e empoderar
6	aumentar substancialmente a eficiência no uso da água	centrado na redução das perdas de água e na otimização do uso da água, constituindo um instrumento de gestão imprescindível para a proteção dos recursos hídricos, principalmente num país onde a variabilidade climática gera frequentemente stress hídrico.	Esta eficiência no uso dos recursos vem inevitavelmente da educação para hábitos sustentáveis	Capacitar e empoderar
6	implementar a gestão integrada dos recursos hídricos	Nesta matéria, registre-se a atuação crucial das autarquias locais que, no quadro das suas atribuições, contribuem para a promoção e a salvaguarda dos interesses das populações no que respeita à garantia da continuidade, da universalidade e da qualidade do abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Atualmente, em Portugal, 96% dos alojamentos são servidos com sistema público de abastecimento de água. Para as restantes situações, por se referirem a zonas muitas vezes isoladas, não é técnica ou economicamente viável construir sistemas públicos de abastecimento, pelo que se encontram servidas normalmente por soluções individuais, com recurso a captações próprias. Em Portugal, a qualidade da água para consumo humano é excelente, tendo-se registado uma trajetória notável neste domínio em 20 anos, passando de 50% de água segura em 1993, para 99% em 2015. Em matéria de saneamento, cumpre referir que 99% das habitações estão equipadas com instalações de água e 98% com duche ou banheira. Acresce ainda que 83% dos alojamentos estão servidos com sistema público de saneamento de águas residuais, sendo as restantes situações resolvidas com soluções individuais como a fossa séptica. Entre os principais desafios, destacam-se a prossecução do princípio do utilizador pagador, a sustentabilidade e acessibilidade destes serviços essenciais, e a especialização da sua exploração e gestão, como por exemplo garantindo o abastecimento de água à população em casos de seca.	Nesta área de gestão de recursos hídricos, os órgãos locais têm um papel importante sendo que necessitam da prossecução do princípio do utilizador pagador, a sustentabilidade e acessibilidade destes serviços essenciais, e a especialização da sua exploração e gestão. É importante combater os problemas locais com instituições locais.	Ação Local
6	proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água	a gestão das águas deverá prosseguir três objetivos fundamentais: a proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água; a promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis; e o aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.	Para esta proteção e restauração é importante que exista uma conjugação de educação e de ação local.	Ação Local
6	ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados com a água e o saneamento, incluindo extração de água, dessalinização, eficiência no uso da água, tratamento de efluentes, reciclagem e tecnologias de reutilização	Em termos de compromissos internacionais, destacar-se-ia, a Convenção de Albufeira (1998), um instrumento verdadeiramente inovador, não apenas por ampliar o alcance das relações luso-espanholas em matéria de água, mas também por alargar o âmbito geográfico para incluir todas as áreas incluídas nas bacias hidrográficas suprarreferidas. Desta forma, as cinco bacias hidrográficas que Portugal partilha com Espanha – Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana – estão cobertas por esta Convenção que garante a cooperação luso-espanhola neste domínio. As bacias internacionais representam, respetivamente, 64% e 42% da parte continental de Portugal e Espanha. Com exceção do último trecho do Guadiana, o território espanhol ocupa a parte superior destas cinco bacias partilhadas, o que significa que Portugal está a jusante. Importa destacar que esta colaboração entre os dois países se estende aos exercícios de planeamento previstos pela Diretiva Quadro da Água. Para o atual ciclo de planeamento (2016-2021), os dois países acordaram elaborar de forma conjunta a nova geração de Planos de Gestão de Região Hidrográfica para as bacias partilhadas.	Cooperação e parcerias internacionais são sempre valorizadas como algo em que se deve apostar	Parcerias
6	Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento	representa um desafio para Portugal a melhoria da abordagem de acesso a serviços e instalações de saneamento por grupos vulneráveis ou marginalizados, como as comunidades ciganas, os sem-abrigo, as populações sem residência fixa, as pessoas com algum tipo de incapacidade física ou as pessoas que vivem em áreas habitacionais sem infraestruturas adequadas.	É importante combater os problemas locais com instituições locais.	Ação Local
7	assegurar o acesso universal, de confiança, moderno e a preços acessíveis aos serviços de energia	Portugal dispõe de um território com elevadas potencialidades, pelo que importa promover um desenvolvimento económico equilibrado e ambientalmente sustentável, mediante a utilização racional dos seus recursos.	A maioria das pessoas em Portugal tem acesso a este bem, pelo que não é um campo de intervenção tão necessário.	NA

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
7	aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global	Portugal encontra-se particularmente dependente de países terceiros no que se refere ao fornecimento de energia (78,3%, em 2015), sendo necessário fazer face a este obstáculo à competitividade económica e à sustentabilidade da balança externa. Neste contexto, sobressai a estratégia de descarbonização profunda da economia, através da promoção da mobilidade sustentável e de cidades sustentáveis e inteligentes, que impulsiona igualmente uma progressiva autonomização energética face ao exterior, bem como o esforço de uma melhor regulação do setor e de um desenvolvimento territorial mais equilibrado, através do aproveitamento do potencial solar em territórios mais carentes de dinamização económica. Portugal tem um elevado e diversificado potencial em termos de recursos renováveis endógenos, com enfoque nas fontes hídrica, eólica e solar, resultado de um ambicioso e bem-sucedido plano de promoção das energias renováveis, em linha com o nível de ambição europeu. Como resultado demonstrador do potencial nacional, Portugal registou 4 dias de consumo de eletricidade sem recurso a combustíveis fósseis em maio de 2016. Portugal tem como objetivo até 2020 aumentar para 31% a percentagem de energias renováveis no consumo de energia final (registando 28%, em 2015). Assume uma maior relevância a implementação e dinamização de medidas de política que contribuam significativamente para o aumento da utilização das energias renováveis em território nacional, tais como a atração de projetos de energia solar e eólica, a promoção do autoconsumo, pequena produção e da biomassa, bem como medidas promotoras de uma economia circular, nomeadamente no que se refere a externalidades positivas decorrentes do tratamento de resíduos.	Cuidar da sustentabilidade das gerações futuras é essencial, assim, é relevante a implementação e dinamização de medidas que aumentem a utilização de energias renováveis, tais como projetos de implementação, promoção de consumo de energia ecológica. É também relevante medidas promotoras de economia circular, principalmente no tratamento dos resíduos.	Economia Circular
7	duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética	O investimento em infraestruturas de energia, em particular no reforço das interligações energéticas, no âmbito do Mercado Europeu da Eletricidade, desempenha um papel fundamental na segurança do abastecimento, na promoção da integração em novos mercados de energia, e na promoção da cooperação entre países permitindo a partilha de recursos.	Promover a segurança do abastecimento, promoção de novos mercados de energia e cooperação/parcerias para partilha de recursos	Parcerias
7	reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à investigação e às tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa	A Constituição da República Portuguesa atribui ao Estado a incumbência prioritária de adotar uma política nacional de energia, com preservação dos recursos naturais e do equilíbrio ecológico, promovendo, neste domínio, a cooperação internacional. No quadro da cooperação internacional, destaca-se e participação na Agência Internacional de Energia, na União para o Mediterrâneo, na Carta da Energia e na Agência Internacional para as Energias Renováveis, promovendo a afirmação internacional nas áreas das energias renováveis, eficiência energética, e segurança de abastecimento, fomentando parcerias e captando investimento. Também as empresas e as unidades de investigação têm permitido a difusão da tecnologia e experiência nacionais na área das energias renováveis e eficiência energética, a nível global. Na cooperação com países parceiros, destacam-se as políticas públicas do setor energético, nomeadamente: i) com Cabo Verde, o Protocolo de Cooperação, que inclui capacitação técnica institucional, nas áreas de combustíveis e energia elétrica; ii) com Moçambique, o Protocolo de Cooperação, que abrange os setores da energia convencional, energia renovável e eficiência energética, e respetivo Plano de Ação; e com Timor-Leste, o Memorando de Entendimento nas áreas da energia, geologia e minas. Realça-se igualmente o apoio prestado a atores da sociedade civil, em particular ONGD, no desenvolvimento de tecnologias e boas práticas, nomeadamente na Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, procurando apoiar as populações a tirar partido destas novas tecnologias. No quadro da investigação, desenvolvimento e inovação, estão em curso projetos ao abrigo do Programa Horizonte 2020 no domínio da eficiência energética na indústria e na área da geotermia.	Apoio ao Desenvolvimento e Investigação Científica, sempre muito abordado porque acredita-se que quanto mais se sabe, melhor se pode agir.	Investigação/Conhecimento
8	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive através da focalização em setores de alto valor agregado e dos setores de mão-de-obra intensiva		Fator não referenciado mas que se reflete nas inovações e nos constantes avanços realizados nas estruturas e nas indústrias	Inovação/Produtividade
8	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros	contribui para elevar o nível de conhecimentos financeiros dos cidadãos, para aumentar o bem-estar da população e a estabilidade do sistema financeiro. O Plano assenta em 7 objetivos: i) melhorar conhecimentos e atitudes financeiras; ii) aprofundar conhecimentos e capacidades na utilização dos serviços financeiros digitais; iii) apoiar a inclusão financeira; iv) desenvolver hábitos de poupança; v) promover o recurso responsável ao crédito; vi) criar hábitos de precaução; e vii) reforçar conhecimentos financeiros na área empresarial. No âmbito da criação de empresas e do próprio emprego, o Programa Start-Up Portugal procura a dinamização de um ecossistema coerente que incentive o surgimento de start-ups e a aceleração do seu crescimento. O Programa Capacitar investe na inovação e melhoria de capacidades de gestão, reforçando os papéis dos Centros de Interface Tecnológico, ampliando as capacidades de intervenção nas empresas, no apoio a novos produtos, promovendo a transferência de conhecimento, e no apoio a novos processos nomeadamente de digitalização.	Luta por condições de trabalho dignas e justas com igualdade de acessos. É também importante aprofundar conhecimentos e capacidades para usufruir de serviços financeiros de forma segura e num ecossistema coerente e que acelere o crescimento.	Capacitar e empoderar

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
8	alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor	A inclusão dos cidadãos com deficiência constitui também uma prioridade central do Governo. Entre as medidas a desenvolver, destaca-se a nova Prestação Social para a Inclusão, simplificando o quadro de benefícios existentes, tendo por objetivo a promoção de princípios de cidadania, o combate à pobreza e o incentivo à participação laboral e social das pessoas com deficiência ou incapacidade. Portugal encontra-se envolvido no cumprimento da Estratégia Europa 2020, na promoção de um crescimento sustentável e inclusivo, para alcançar uma taxa de emprego de 75%. Em 2017 e nos anos seguintes importa tornar mais eficiente e operativo o sistema institucional associado à Garantia Jovem, estando previsto neste âmbito um alargamento e reforço da coordenação da rede de parceiros, no sentido de uma melhor e mais eficaz capacidade de identificação de jovens NEET.	Criar condições de trabalho dignas e com igualdade de oportunidades para todos. Dar oportunidades às pessoas que pertencem a grupos socialmente mais vulneráveis será a meta a alcançar a este nível.	Igualdade e dignidade
8	reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação	A melhoria das qualificações da população adulta, o crescimento do emprego, a redução dos níveis de segmentação do mercado de trabalho e melhoria da qualidade das relações laborais são objetivos prioritários desta estratégia.	A melhoria das qualificações da população gerará um crescimento do emprego e uma melhoria das relações laborais, esperando-se que esteja a raiz destes problemas na educação.	Capacitar e empoderar
8	Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores	No âmbito de uma estratégia de melhoria do serviço público de emprego, está em curso um projeto de aprofundamento da lógica de Balcão Único do Emprego, visando ganhos de eficiência, designadamente no que respeita à ativação dos beneficiários de prestações de desemprego e à ampliação da margem para prestação de um apoio mais intensivo e personalizado durante a procura de emprego e formação profissional para alguns grupos-alvo específicos como os jovens NEET e os desempregados de longa duração, através da melhoria: i) do interface online; ii) das metodologias de relacionamento com os cidadãos e com as empresas; e iii) das interfaces de coordenação com outros organismos da Administração Pública	Melhoria do interface online, melhoria dos relacionamentos entre cidadãos e empresas em coordenação com o ambiente público envolvente.	Parcerias
8	elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais	nada é elencado pelo que será um tema que ainda não está abordado e que é estritamente necessário para a sociedade de hoje	Portugal tem atravessado uma fase ótima para desenvolver o setor do Turismo. Este setor está sempre muito associado à sazonalidade, ocorrendo sempre grandes riscos quando não se criam alternativas de equilibrar a balança em alturas de negócio mais fracas. Assim, é importante que este setor dê enfoque à cultura e aos produtos locais e que os promova de forma a promover também a região e a alavancar-se financeiramente (indiretamente).	Ação Local
8	Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos	Importa igualmente referir que todos os cidadãos portugueses têm direito a adquirir, a um custo reduzido, um conjunto de serviços bancários essenciais, nomeadamente: a abertura e manutenção de uma conta de depósito à ordem; a disponibilização de um cartão de débito para movimentação da referida conta; o acesso à movimentação da conta através de caixas automáticos, internet, telefone e balcões da instituição de crédito; e a realização de depósitos, levantamentos, pagamentos de bens e serviços, débitos diretos e transferências bancárias nacionais, sem restrição quanto ao número de operações que podem ser realizadas.	Acesso a serviços bancários (seguros e/ou financeiros)	Acesso a bens e serviços
8	desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho	Portugal é signatário de diversos Memorandos de Cooperação nas áreas do emprego e formação profissional, ação inspetiva, e proteção e segurança social, como: i) na área económica e cambial, com acordos de cooperação com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, tendo por objetivo a promoção da estabilidade macroeconómica e financeira nos referidos países, bem como o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com o conjunto da União Europeia. Os principais desafios com que Portugal se tem deparado dizem respeito ao combate à precariedade, tendo sido já iniciado um diálogo estreito com os parceiros sociais na procura de soluções que visem, principalmente: i) combater o uso ilegal dos contratos a prazo promovendo, pelo contrário, políticas ativas de emprego que privilegiem inserções no mercado de trabalho mais duradouras e sustentáveis; e ii) combater as desigualdades salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho e que se prendem com a situação estrutural de desvantagem das mulheres, alicerçada em estereótipos enraizados e relações desequilibradas de poder, o que exige uma abordagem e resposta sistémica e multifacetada.	Cooperação e parcerias internacionais são sempre valorizadas como algo em que se deve apostar. O combate à precariedade é dos temas que mais desafiam a nação, sendo necessário um diálogo com os parceiros, recriminando as práticas pouco éticas ou ilegais.	Parcerias

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
9	Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando-se no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	o crescimento económico, o desenvolvimento social e a adaptação e mitigação das alterações climáticas estão interligados com o investimento em infraestruturas adequadas, numa indústria moderna, empreendedora e sustentável, no progresso tecnológico e na digitalização da economia. Portugal encontra-se empenhado em responder a estes desafios, apresentando, para o efeito, estratégias e programas que procuram apoiar e desenvolver os setores das infraestruturas, da indústria e da inovação e mobilizam para o efeito um conjunto de recursos, públicos e privados. O crescimento económico, o desenvolvimento social e a adaptação e mitigação das alterações climáticas estão interligados com o investimento em infraestruturas adequadas, em indústria sustentável e em progresso tecnológico. Portugal encontra-se empenhado em responder a estes desafios, apresentando estratégias e programas que procuram apoiar e desenvolver os setores das infraestruturas, da indústria e da inovação, mobilizando para o efeito um conjunto de recursos, públicos e privados. Na componente rodoviária, importa realçar que os investimentos realizados nos últimos 30 anos permitiram desenvolver uma rede nacional de infraestruturas de grande qualidade, com uma densidade que promoveu maior coesão territorial e mobilidade dos fatores de produção, complementada, em 2017, com um plano de acessibilidades rodoviárias para áreas empresariais de modo a melhorar as vias de acesso a novos polos de desenvolvimento económico a partir de grandes eixos de circulação rodoviária. Já nos domínios da industrialização e inovação, os desafios a destacar estão umbilicalmente ligados aos bloqueios estruturais que têm condicionado a evolução da economia portuguesa, com impacto relevante na competitividade, crescimento económico e coesão social. As qualificações da população portuguesa, a segregação de género na educação e nas profissões, a nível horizontal e vertical, os níveis de inovação nas empresas, as assimetrias territoriais, o endividamento público e do setor empresarial, a desigualdade económica e social são constrangimentos que Portugal está empenhado em ultrapassar, através de uma política reformista. Os investimentos realizados no reforço das qualificações, compreendendo, entre outras, as competências digitais, permitiram a Portugal iniciar um caminho positivo que foi interrompido durante o período de crise. As estratégias que estão a ser implementadas e aquelas que estão perspetivadas para os próximos anos visam recuperar e colocar, novamente, o País numa trajetória ascendente. Também o reforço do investimento em I&D, acompanhado por uma maior transferência de conhecimento e mobilidade de recursos entre a academia e a indústria e pela renovação e melhoria das capacidades de gestão, irá permitir a integração de empresas e instituições em cadeias de valor internacionais.	O crescimento económico, o desenvolvimento social e a adaptação e mitigação das alterações climáticas estão interligados com o investimento em infraestruturas adequadas (regionais e transfronteiriças), em indústria sustentável e em progresso tecnológico. A nível de infraestruturas rodoviárias, nota-se um grande avanço que promove as acessibilidade rodoviárias entre polos de desenvolvimento e torna mais fácil e rentável os investimentos. Portugal terá de ultrapassar as poucas qualificações da população, a desigualdade de género nas profissões, baixo nível de inovação das empresas, as desigualdades sociais e económicas em torno do território. A nível de competência digital, Portugal está no bom caminho, estando a percorrer uma trajetória ascendente. Mais uma vez é referido que o apoio ao Desenvolvimento e Investigação Científica é importante porque acredita-se que quanto mais se sabe, melhor se pode agir.	Melhoramentos estruturais
9	aumentar significativamente a participação da indústria no setor do emprego e no PIB	O atual Governo Constitucional inscreveu no seu programa o desígnio de criar uma dinâmica de crescimento económico equilibrado e coesão social que se reforcem mutuamente, garantindo a consolidação das contas públicas, e assumiu a sua estratégia de médio prazo para o desenvolvimento da economia portuguesa no Programa Nacional de Reformas. No âmbito do Portugal 2020, estão também previstos apoios através de instrumentos financeiros orientados para a melhoria das condições de financiamento do investimento empresarial, reabilitação urbana e eficiência energética, bem como da inovação e empreendedorismo social. Pretende-se diversificar as capacidades de financiamento e maximizar a complementaridade de recursos financeiros públicos, de forma a alavancar os investimentos e criar condições para o aumento da competitividade das empresas e de outros agentes.	Alavancar os investimentos e criar condições para o aumento da competitividade das empresas e de outros agentes.	Acesso a bens e serviços
				Inovação/Produtividade
9	Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas aos serviços financeiros, incluindo ao crédito acessível e à sua integração em cadeias de valor e mercados	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, que abrangem os investimentos em infraestruturas, energia, em investigação e inovação e no financiamento direto e indireto de pequenas e médias empresas. Plano de Investimento para a Europa, que abrange os investimentos estratégicos em domínios fundamentais como as infraestruturas, a energia, a investigação, a inovação e o financiamento de risco para as pequenas e médias empresas.	Acesso a serviços bancários (seguros e/ou financeiros)	Acesso a bens e serviços
9	Modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos	Portugal está fortemente empenhado em fomentar as capacidades tecnológicas do setor industrial, investir no conhecimento como esteio essencial do sucesso do desenvolvimento científico e tecnológico, bem como em promover o potencial criador de novos empreendedores e novas empresas. Um dos constrangimentos à competitividade da economia portuguesa continua a estar relacionado com a sua fraca intensidade de I&D e qualificação de recursos humanos, que se traduzem na insuficiente capacidade de produção e transferência de conhecimento científico e tecnológico, com consequências negativas nos níveis de inovação empresarial e, portanto, no crescimento potencial do produto, pelo que Portugal propõe dar um novo impulso às políticas públicas através de um forte investimento na passagem de conhecimento das instituições de ensino superior para as empresas e na capacitação e reajuste do tecido empresarial português.	Infraestruturas pensadas também nas e para gerações futuras - sustentabilidade futura com o uso de processos e materiais limpos e corretos	Melhoramentos estruturais
9	Incentivar a inovação e aumentar substancialmente o número de trabalhadores na área de investigação e desenvolvimento por milhão de pessoas e a despesa pública e privada em investigação e desenvolvimento	Portugal enfrenta ainda alguns constrangimentos ao nível da inovação no tecido empresarial e das assimetrias territoriais, sendo fundamental investir nos eixos da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, na qualificação do território como forma de promover o desenvolvimento equilibrado, na diminuição dos custos de contexto e no reforço da coesão social, num quadro de sustentabilidade e uso racional dos recursos. Horizonte 2020, que financia investigação e inovação para a aplicação de, virtualmente, todos os ODS	Apoio ao Desenvolvimento e Investigação Científica, sempre muito abordado porque acredita-se que quanto mais se sabe, melhor se pode agir.	Investigação/Conhecimento

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
9	Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação	No Programa Nacional de Reformas: i) a expansão e requalificação da rede de regadio nacional; ii) a expansão das redes de metropolitano de Lisboa e Porto, a par com a introdução de um novo modelo de organização e gestão dos transportes nestas áreas; iii) a criação de condições para a produção de energias renováveis ligadas ao mar, eólica offshore e das ondas, através do desenvolvimento da Estratégia Industrial para as Energias Oceánicas; e iv) o desenvolvimento de um programa de investimento privado na extensão das redes digitais e o reforço do acesso a redes de banda larga e nas redes móveis de última geração (4G), de forma a promover uma plena e eficiente inclusão digital da população e do tecido empresarial.	Extensão das redes de transporte e de comunicações	Melhoramentos estruturais
10	Alcançar o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional	Portugal é dos países da OCDE com maior nível de desigualdade, nomeadamente de rendimentos, verificando-se uma parcela significativa de trabalhadores pobres e desafios relacionados com a desigualdade de educação, formação e qualificação dos Portugueses. Todos estes aspetos limitam o potencial e a competitividade da economia e reproduzem as disparidades na distribuição de rendimentos no mercado de trabalho. É também necessário melhorar a deteção e correção de situações de trabalho não declarado ou subdeclarado.	Aumento do rendimento da população, para aumentar a qualidade de vida e ser mais fácil o acesso a bens. Há um perigo nesta esta medida pois poderá servir para aumentar ainda mais as desigualdades salariais existentes.	Igualdade e dignidade
10	empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra	A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020 estabelece as prioridades das políticas públicas de integração das comunidades ciganas, na educação, habitação, saúde e emprego, incluindo as temáticas da discriminação, mediação e igualdade de género neste contexto, e envolvendo diferentes áreas de governação. Foram repostos os apoios garantindo os mínimos sociais aos cidadãos em maior vulnerabilidade. Na senda da garantia da redução das desigualdades, assumem-se entre os objetivos prioritários a afirmação dos territórios do interior como um aspeto central da coesão territorial e do desenvolvimento económico, através do Programa Nacional para a Coesão Territorial e da Agenda para o Interior, incluindo, em particular, sistemas de incentivos, designadamente através da definição de um quadro fiscal mais favorável, de estímulos e incentivos à criação de emprego e redução dos custos de contexto. São também alterados regimes específicos no sentido de promover a vida independente das pessoas portadoras de deficiência, com a redução da tributação para rendimentos do trabalho e a criação de um incentivo às empresas de locação de veículos para que disponibilizem nas suas frotas veículos adaptados a pessoas com deficiência. As formas de discriminação tornam-se cada vez mais difíceis de identificar, sendo necessário reconhecer as desigualdades e a discriminação como violações de Direitos Humanos que impedem a realização plena da dignidade da pessoa humana, promovendo a sua eliminação como condição para o progresso e desenvolvimento sustentável.	Capacitar e empoderar as pessoas para enfrentarem um mundo com oportunidades e desafios. É urgente olhar para os grupos mais vulneráveis e inseri-los na sociedade.	Capacitar e empoderar
10	Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito	Num contexto de prosperidade, o princípio da coesão económica, social e territorial, reconhecido como o novo paradigma de desenvolvimento do território, procura combater as desigualdades socioeconómicas e as disparidades regionais, ancorado no desenvolvimento de estratégias de promoção de justiça social, um princípio normativo associado à equidade ou igualdade de oportunidades. As prioridades definidas pelo Governo que orientam a intervenção passam por: combater a pobreza e a exclusão social, ativando medidas com foco particular nos grupos mais vulneráveis; reduzir as desigualdades prosseguindo a elevação do rendimento disponível das famílias e promover o acesso de todos os cidadãos a bens e serviços públicos de primeira necessidade, reforçando esta vertente no combate ao empobrecimento e na defesa da dignidade humana. A intervenção estrutural preconizada nestas áreas deverá, assim, pautar-se por critérios sustentáveis e multifacetados, abrangendo áreas tão diversas como a saúde, a educação, um mercado de trabalho mais justo e inclusivo a recuperação e uma repartição de rendimentos mais equilibrada, através de medidas de política salarial, de proteção social e de natureza fiscal ajustadas às mutações da realidade social e que garantam os mínimos sociais aos cidadãos mais vulneráveis. As pessoas com deficiências estão entre os grupos populacionais mais discriminados e excluídos socialmente. Neste sentido há a destacar a implementação de um Modelo de Apoio à Vida Independente para pessoas com deficiência ou incapacidade, traduzido na disponibilização de Assistência Pessoal para apoio em atividades de vida diária e participação social.	É importante construirmos projetos e políticas para: combater a pobreza e a exclusão social, ativando medidas com foco particular nos grupos mais vulneráveis; reduzir as desigualdades prosseguindo a elevação do rendimento disponível das famílias e promover o acesso de todos os cidadãos a bens e serviços públicos de primeira necessidade, reforçando esta vertente no combate ao empobrecimento e na defesa da dignidade humana.	Igualdade e dignidade
10	Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade	O ordenamento jurídico consagra o acesso e fruição de bens e serviços colocados à disposição do público sem qualquer discriminação. Também no âmbito do acesso e condições de trabalho, incluindo em funções públicas e o trabalho independente, o sistema jurídico protege contra qualquer discriminação. Relativamente à cooperação com países parceiros, a política de cooperação portuguesa traduz a vontade nacional de participar no desenvolvimento dos países terceiros, visando o respeito pelos Direitos Humanos, pela democracia e pelo Estado de direito. Portugal procura apoiar os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste, através da promoção da proteção social, inclusão social e emprego. Para melhor promover a inclusão, foi alargada a obrigatoriedade de atendimento prioritário a todas as entidades do setor público ou privado que prestem atendimento ao público, facilitando o acesso a pessoas com deficiência ou incapacidade, idosos, grávidas ou pessoas acompanhadas de crianças de colo.	Luta por condições de trabalho dignas e justas com igualdade de acessos.	Igualdade e dignidade

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
10	Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações	Dos compromissos internacionais assumidos em matéria de redução de desigualdades devem referir-se: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1963); a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); a Declaração sobre Raça e os Preconceitos Raciais (1978); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979); o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1988); a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990); a Agenda 21 (1992); a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança (2000); a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006); a Declaração de Durban (2011); a Declaração de Incheon (2015); e as várias Convenções da Organização Internacional do Trabalho.	Implementar rigor e transparência no cumprimento das várias regulamentações	Legal
10	Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas	O Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 é o instrumento político nacional interministerial que visa responder a uma nova, complexa e desafiante realidade migratória, procurando dar resposta ao défice demográfico, a consolidação da integração e capacitação das comunidades migrantes residentes, a inclusão e capacitação de novos nacionais, a mobilidade internacional, a valorização da atratividade do País e a articulação entre a imigração e a emigração, bem como o apoio ao regresso e reintegração dos emigrantes. No âmbito do acesso dos migrantes ao sistema de Segurança Social português, importa destacar os serviços e a intervenção desenvolvida no âmbito dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes. Há estratégias definidas que têm como objetivo a contenção dos intensos fluxos de emigração registados nos últimos anos e o contexto de perda de capital humano. Verifica-se também um forte consenso político e social quanto ao acolhimento e integração de pessoas refugiadas em Portugal. A este propósito, saliente-se o primeiro lugar que Portugal ocupa na 7.ª Edição do European Social Survey, no acolhimento deste público-alvo na sociedade portuguesa, demonstrado pelos inúmeros consórcios locais que integram as respostas das ONG e dos municípios, em 91 dos 308 concelhos de Portugal.	Cooperações internacionais e parcerias em acolher outros de forma segura e responsável.	Parcerias
10	reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os mecanismos de remessas com custos superiores a 5%	nada é elencado	Mecanismo não abordado mas que pode facilitar as questões das exportações/importações e o movimento das pessoas e bens.	Legal
11	garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros de lata	O direito a uma habitação adequada, consagrado constitucionalmente, é reconhecido como base de uma sociedade estável e coesa e como alicerce para acesso a outros direitos, tais como educação, saúde ou emprego.	condições básicas para viver	Acesso a bens e serviços
11	proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos	O Estado é responsável por executar uma política de habitação apoiada em planos de urbanização que garantam a acessibilidade a uma rede adequada de transportes, dado este ser o garante do igual acesso ao emprego, educação e demais serviços. Verificou-se em Portugal, ao nível local, o desenvolvimento de uma cultura ambiental e de cidadania, patente nas estratégias e planos concebidos e implementados pelas autarquias locais, assumindo a responsabilidade do planeamento urbano e do ordenamento do território, promovendo a garantia do bom uso do espaço público e a promoção da coesão social e territorial. Ou seja, a criação de condições para o desenvolvimento de cidades e comunidades sustentáveis perspetivando o futuro. As autarquias são cruciais na promoção e defesa dos interesses das populações nos domínios das políticas públicas de transportes, equipamento rural e urbano, património, saúde, educação, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento. Em Portugal, o transporte é responsável por cerca de 25% das emissões de CO2, valor equiparado com os restantes países da UE. Num desafio global de combate às alterações climáticas, no qual Portugal se posiciona na liderança mundial, reduzir as emissões significa melhorar a eficiência do transporte e promover, junto da população, soluções de maior sustentabilidade. Os transportes representam 15% do orçamento das famílias portuguesas (a maior despesa a seguir à habitação), sendo por via do sistema de transportes que se acede ao emprego, à educação e aos serviços públicos. Garantir a acessibilidade em todo o território é, pois, um fator de particular atenção das políticas públicas. Promover essa acessibilidade, privilegiando o transporte público e criando alternativas reais à utilização do veículo próprio baseada em modos coletivos e partilhados, é uma das formas mais rápidas de combater o isolamento, promover a inclusão e reduzir o custo com os transportes, e com isso aumentar o rendimento disponível das famílias. O maior desafio com que Portugal se depara consiste na utilização intensiva do transporte rodoviário individual para as deslocações pendulares. Esta tendência poderá ser invertida através de: i) oferta de serviços de transporte público de qualidade, inclusivos, integrados e de acesso fácil; ii) estímulo de modos de transporte suaves (pedonal e bicicleta), com partilha de infraestruturas, criação de áreas verdes comunicantes e redução da área de transporte individual; iii) expansão da rede de mobilidade elétrica, através da sua reabilitação e redimensionamento; e iv) maximização da acessibilidade ao sistema de transportes, com o desenvolvimento de um sistema universal e integrado de pagamento de mobilidade (Passe Família e Cartão da Mobilidade).	acesso a bens básicos e proliferação do uso de transportes públicos, expansão das infraestruturas de transportes públicos e das áreas verdes	Acesso a bens e serviços
11	aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis	Identificar as necessidades específicas e comportamentos de mulheres e de homens, garantindo um planeamento urbano e de infraestruturas de transporte de facto sustentável e inclusivo. Há dois grandes desafios em Portugal: o financiamento público de políticas públicas e programas de realojamento das famílias que vivem em situações de precariedade habitacional e o prosseguimento de uma política de reabilitação dos bairros sociais.	Continuação da urbanização e realojamento de famílias, ou seja, acesso a bens básicos como alojamento	Acesso a bens e serviços

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
11	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo	Os direitos a habitação, serviços básicos e sistemas de transportes seguros, acessíveis e sustentáveis encontram-se patentes nos objetivos europeus de crescimento inclusivo e sustentável, uma vez que a complementaridade no acesso a estes direitos permitirá o combate ao isolamento, a promoção da inclusão e a preservação do meio ambiente. No quadro da preservação do património arqueológico e arquitetónico como fator distintivo dos lugares e criador de identidade e de sentimento de pertença, ressalta-se o potencial das manifestações culturais para dinamizar a coesão social e a economia, nomeadamente em zonas de baixa densidade populacional, a fim de combater a desertificação. A legislação nacional que regula a implementação e gestão dos Sítios Património Mundial em Portugal determinou a existência de quinze Bens classificados como bens do património mundial, havendo previsão para o aumento deste número. Neste domínio, poderão ser destacados dois grandes desafios: i) a gestão e conservação dos Bens, cabendo dispor de recursos suficientes para assegurar a boa gestão de Bens que são de distintas tipologias; e ii) a gestão dos visitantes que, tendo aumentado a níveis não previstos, representa uma dificuldade por não haver capacidade de resposta para minimizar impactos. Há um crescente número de patrimónios culturais imateriais da humanidade.	Há dois grandes desafios a serem combatidos: a gestão e conservação dos bens, cabendo dispor de recursos suficientes para a assegurar e a gestão dos visitantes de forma a minimizar impactos.	Ação Local
11	Reduzir o impacto ambiental negativo prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais	Planeta – reforçando a convicção da necessidade de se proteger o planeta da sua degradação, incluindo através de padrões sustentáveis de consumo e produção, da gestão sustentável dos recursos naturais e de medidas urgentes para se combater as alterações climáticas, atendendo às necessidades das gerações presentes e futuras. Apesar da produção total de resíduos urbanos e da deposição direta em aterro terem decrescido nos últimos anos, mantém-se como grandes desafios a prevalência da recolha indiferenciada e problemas de poluição atmosférica (em particular nas zonas urbanas densamente povoadas), o que exigirá um esforço considerável dado o curto espaço de tempo até que a meta seja aplicável.	É importante combater os problemas locais com instituições locais.	Ação Local
11	proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes	nada é elencado pelo que será um tema que ainda não está abordado e que é estritamente necessário para a sociedade de hoje	Mais uma vez é abordado como grande objetivo a segurança, a acessibilidade e a parte ambiental dos espaços, sendo que ainda é uma area onde Portugal terá de fazer um longo caminho	Melhoramentos estruturais
11	Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento	Contribui para a promoção das condições necessárias à competitividade, sustentabilidade e coesão nacional apontando um caminho de médio e longo prazo para o desenvolvimento territorial integrado, nas suas dimensões económica, social, ambiental, cultural e de governança. A sua implementação requer o envolvimento ativo dos vários agentes que intervêm na cidade e na valorização e fortalecimento do sistema urbano nacional, tanto para a administração pública, central e local, como para o setor privado e todos os demais atores, cujo contributo é determinante para a prossecução de objetivos de sustentabilidade urbana.	É importante combater os problemas locais com instituições locais, criando parcerias entre elas	Ação Local
11	Implementação políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres	Ainda no plano dos compromissos internacionais, é de referir a Campanha Cidades Resilientes das Nações Unidas, que promove a implementação de medidas de redução de catástrofes por parte das autoridades locais como um dos seus princípios orientadores, na linha do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, e onde Portugal identifica 25 cidades resilientes. Realce-se ainda a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva, alinhada com o Quadro de Sendai e com um plano de ação até 2020.	Já estão a ser implementadas algumas medidas, mas continua a ser necessário consciencializar as pessoas de altos cargos para encaminharem as ações com vista às gerações futuras.	Legal
12	alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais	Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos, promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações.	Mais uma vez se nota que tem que haver um papel proativo dos órgãos locais e da proliferação de medidas de ação sustentável.	Ação Local
12	reduzir para metade o desperdício de alimentos per capita a nível mundial	nada é elencado pelo que será um tema que ainda não está abordado e que é estritamente necessário para a sociedade de hoje	Em Portugal, há um projeto refood que tem sido implementado em diversas cidades e com o qual se tem combatido o desperdício alimentar. É de louvar também os hábitos saudáveis nas escolas e de continuar a insistência na educação. Mais uma vez é importante fomentar a economia circular.	Economia Circular
12	alcançar a gestão ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos	O PERSU 2020 tem como principal objetivo garantir um alto nível de proteção ambiental e da saúde humana e, para esse efeito, prevê: i) minimizar a produção e perigosidade dos resíduos e sua integração nos processos produtivos; ii) eliminar progressivamente a deposição de resíduos em aterro, com vista à erradicação da deposição direta de resíduos urbanos em aterro até 2030; iii) envolver o cidadão nesta estratégia, apostando na informação e na facilitação da reciclagem. Quanto aos resíduos de embalagens, Portugal pretende: i) aumentar as taxas de recolha, reciclagem e valorização globais e setoriais para os diferentes materiais constituintes dos resíduos de embalagens; e ii) manter o compromisso de alcançar um mínimo de valorização de 60% de resíduos de embalagens (em peso), do qual pelo menos 55% deverá corresponder a reciclagem.	Ao longo de toda a cadeia de produção e de consumo é essencial aplicar normas de gestão de resíduos, sendo essencial, aumentar a contribuição dos agentes locais na proteção e preservação do ambiente. Mais uma vez, é importante fomentar a economia circular.	Economia Circular Capacitar e empoderar

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
12	reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização	entre as principais respostas aos atuais desafios económicos, o desenvolvimento da economia circular, em todos os setores de atividade, com o objetivo imediato da gestão racional dos recursos com particular incidência para os recursos materiais, a energia, a água e o uso do solo, permitindo uma clara ligação entre o desempenho ambiental e socioeconómico. Numa economia circular, os recursos (materiais, energéticos) mobilizados são geridos de modo a que o seu valor se mantenha no seu nível mais elevado, pelo máximo tempo possível. Assim, reduz-se a necessidade de matérias-primas e a geração de resíduos, diminuindo custos e mobilizando capital que pode ser transferido para salários, criação de emprego e I&D. Portugal encontra-se a desenvolver o plano de ação nacional para a economia circular e investe neste domínio, em particular, através do Fundo Ambiental.	Ao longo de toda a cadeia de produção e de consumo é essencial aplicar normas de gestão de resíduos, sendo essencial, aumentar a contribuição dos agentes locais na proteção e preservação do ambiente. Mais uma vez, é importante fomentar a economia circular.	Economia Circular
				Capacitar e empoderar
12	adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade	nada é elencado pelo que será um tema que ainda não está abordado e que é estritamente necessário para a sociedade de hoje	Prática a ser adotada se for legislada, pelo que só por aí se vai começar a ter dados reais da atividade da empresa. Já existem algumas organizações que o fazem.	Legal
12	Promover práticas de compras públicas sustentáveis	Em Portugal, existem vários instrumentos e políticas com o objetivo de alterar os modelos de produção e consumo criando valor utilizando menos recursos, otimizando fatores de produção, aumentando eficiência, reduzindo os custos e minimizando impactos ambientais	padrões mais sustentáveis de produção e consumo	Capacitar e empoderar
12	garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza	Adicionalmente, a Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020 encontra-se desenvolvida em torno dos referidos três eixos temáticos – descarbonizar a sociedade, tornar a economia circular e valorizar o território – , destacando-se, no âmbito da educação ambiental para a sustentabilidade, iniciativas como a Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental, os cursos de formação de militares do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana, a Semana Europeia da Mobilidade e a Semana Europeia da Prevenção de Resíduos, o Eco-Escolas, o Jovem Repórter Ambiental, o Projeto Coastwatch, entre outros projetos de intercâmbio europeu e de cooperação com os PALOP, como o Projeto Cabo Verde. No domínio do acesso à informação, participação do público na tomada de decisão e acesso à Justiça em matéria de Ambiente, a Convenção de Aarhus, da qual Portugal é Parte desde 2003, enquadra um conjunto de iniciativas, como a plataforma Participa (processo de participação pública e tomada de decisão em matéria de ambiente), o Portal e-Justice (sistematização de informação coligida ao nível europeu sobre acesso à justiça ambiental), ou o Protocolo de Kiev sobre Registo de Emissões e Transferências de Poluentes.	Há já várias ações mas continua a ser necessário a a disponibilização de informação (nos meios onde as pessoas estão presentes, ou seja, o digital será a prioridade)	Capacitar e empoderar
12	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que cria emprego, promove a cultura e os produtos locais	O presente Governo Constitucional definiu objetivos estratégicos na área do Ambiente: valorizar o território. No plano europeu, foi aprovado o Plano de Ação para um Consumo e Produção Sustentáveis e uma Política Industrial Sustentável (2008), alargando o âmbito da Diretiva relativa à conceção ecológica dos produtos e foram revistos o Sistema de Rótulo Ecológico e o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria. Na linha de instrumentos da natureza voluntária, o primeiro visa reduzir o impacto negativo da produção e do consumo no ambiente, saúde, clima e recursos naturais, promovendo produtos com um nível elevado de desempenho ambiental; o segundo visa promover a melhoria contínua do desempenho ambiental das organizações mediante o estabelecimento e a implementação de sistemas de gestão ambiental, bem como a disponibilização de informação relevante ao público e a outras partes interessadas.	Desenvolvimento sustentável na área do turismo e da promoção de produtos locais	Ação Local
12	Racionalizar subsídios ineficientes nos combustíveis fósseis	O presente Governo Constitucional definiu objetivos estratégicos na área do Ambiente: descarbonizar a sociedade (enfoque no clima, eficiência energética, mobilidade sustentável). a Reforma da Fiscalidade Verde (2014), que procede à alteração de um conjunto de normas fiscais ambientais nos setores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida. Acrescente-se a redução da tributação sobre a gasolina e a subida de igual montante na tributação do gasóleo, visando alterar a atual estrutura de consumo e promover a diminuição dos níveis de poluição. É assim dada a possibilidade, a cada um dos cidadãos e empresas, de optar por comportamentos mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e económico.	Para esta meta ser alcançada, terá de ser legislada por parte de órgãos autoritários para tal, sendo que as ONG pouco podem fazer.	legal
13	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais	não foi abordada mas noutros objetivos é falado das políticas de proteção civil já constituídas e que se procura ir melhorando cada vez mais para agirem cada vez melhor.	Já foi referenciada as melhorias na equipa de proteção civil nacional.	NA

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
13	Políticas, Estratégias e Planeamento com medidas relacionadas com alterações climáticas	<p>O desafio passa por garantir que Governo, setor privado e sociedade civil assegurem a implementação dos compromissos acordados - no âmbito da redução das emissões de gases com efeito de estufa, aumento da quota-parte das energias renováveis, melhoria da eficiência energética e reforço da capacidade das interligações energéticas - aumentando assim gradualmente o nível de ambição no âmbito do Acordo de Paris, cujos compromissos poderão ser revistos em 2018. Neste quadro, as respostas às alterações climáticas (adaptação e mitigação) devem ser enquadradas e integradas de forma a promover o correto planeamento e desenvolvimento de uma economia resiliente, competitiva e de baixo carbono. A Constituição da República Portuguesa estabelece o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, consagrando o desenvolvimento sustentável como valor social eminente. São, por isso, constitucionalmente deferidas ao Estado as tarefas de: i) prevenir e controlar a poluição; ii) ordenar o território, tendo em vista um desenvolvimento socioeconómico equilibrado; iii) classificar, proteger e valorizar paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; iv) promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, com respeito pelo princípio da solidariedade intergeracional; v) promover a integração de objetivos ambientais nas políticas de âmbito setorial; vi) promover a educação e o respeito pelos valores ambientais; e vii) assegurar que a política fiscal compatibilize o desenvolvimento com a proteção ambiental e a qualidade de vida. Apesar dos progressos nacionais no âmbito da política climática e de proteção ambiental, Portugal tem ainda desafios pela frente. Em primeiro lugar, o objetivo de neutralidade de emissões de gases de efeito de estufa em 2050 constitui um desafio que convoca toda a sociedade para uma resposta verdadeiramente transformadora, motivo pelo qual o envolvimento de todos os stakeholders – incluindo o cidadão e a sociedade civil – se afigura essencial. Neste sentido, Portugal encontra-se na fase de elaboração do seu Roteiro de Neutralidade Carbónica para 2050, que facilitará a transição para uma economia competitiva e de baixo carbono, objetivo internacional com o qual Portugal se empenha determinadamente, tendo por objetivo ser neutro em termos de emissões de gases de efeito de estufa, até 2050. Em segundo lugar, a UE tem assumido uma posição de liderança quanto à mitigação do aquecimento global e Portugal acredita ter condições especialmente propícias para se colocar na vanguarda deste movimento, o que deverá ser feito. Por último, dada a ampla exposição costeira do País, Portugal tem o firme objetivo de se tornar mais resiliente aos impactos das alterações climáticas, que se revelarão especialmente prejudiciais nas áreas litorais com a subida prevista do nível médio de água do mar, entre outros efeitos.</p>	<p>Portugal tem ainda desafios pela frente. Em primeiro lugar, o objetivo de neutralidade de emissões de gases de efeito de estufa em 2050, encontrando-se na fase de elaboração do seu Roteiro de Neutralidade Carbónica para 2050, que facilitará a transição para uma economia competitiva e de baixo carbono. A UE tem assumido uma posição de liderança quanto à mitigação do aquecimento global e Portugal acredita ter condições para se colocar na vanguarda deste movimento. Portugal tem o firme objetivo de se tornar mais resiliente aos impactos das alterações climáticas, que se revelarão especialmente prejudiciais nas áreas litorais com a subida prevista do nível médio de água do mar, entre outros efeitos.</p>	Legal
13	Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas	Programa incluído na escola e na educação mas que pode ser reforçado por outros meios não divulgados aqui no Relatório	Capacitar e empoderar as pessoas para agirem melhor no mundo e como é uma prioridade nacional deverão ser investidos alguns recursos, de forma a, conseguir atingir de forma mais concreta os objetivos	Capacitar e empoderar
13	Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas	A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2010 assentava numa estratégia bidimensional de adaptação e de mitigação, cuja complementaridade permitiria a promoção de um correto planeamento e o desenvolvimento de uma sociedade e economia resilientes, competitivas e de baixo carbono, ao: i) manter o conhecimento científico atualizado e disponível; ii) reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta, com vista à minimização dos efeitos das alterações climáticas, fomentando a capacidade de identificar necessidades específicas de grupos desfavorecidos; iii) aumentar a consciencialização sobre as alterações climáticas e os seus impactos; e iv) cooperar a nível internacional, apoiando os países mais vulneráveis (nomeadamente, no quadro da CPLP), numa ótica de coerência de políticas.	Esta implementação precisa de esforço nacional mas também de parceria e cooperação internacional.	Parcerias
14	prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos	A sustentabilidade do setor tem subjacente a necessidade de desenvolvimento de uma pesca sustentável, a prazo, não apenas do ponto de vista dos recursos explorados mas, também, do ambiente marinho envolvente e das zonas costeiras de pesca (ecossistemas e biodiversidade em particular).	Esta prevenção e redução da poluição tem uma relação diretamente proporcional à educação, pelo que, quanto mais educação/formação melhor.	Capacitar e empoderar

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
14	gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros	<p>Portugal é o maior Estado costeiro da União Europeia. Os seus espaços marítimos definem um mar interterritorial que confere uma dimensão arquipelágica e atlântica ao País. Portugal assume um papel de relevo, de dimensão internacional na sustentabilidade e governança dos Oceanos. Considerando a importância que o Mar assume do ponto de vista da sua História, geografia e identidade, Portugal tem apoiado os esforços das Nações Unidas, na promoção de uma mobilização global para a proteção dos Oceanos e para a exploração sustentável dos seus recursos. Como poucas vezes aconteceu num passado recente, o ano de 2017 requereu dos Estados-membros das Nações Unidas um esforço adicional em termos de mobilização político-diplomática e de empenho nas várias negociações em curso, de modo a responder aos desafios que se perfilam no horizonte. Existem diversas políticas e ações públicas setoriais e transversais, propondo-se um modelo de desenvolvimento sustentável assente na promoção da economia do mar. Numa lógica de política marítima integrada assume como princípios orientadores a gestão integrada, a precaução e a participação efetiva de todos, estando neste âmbito a correr um processo de identificação das desigualdades entre mulheres e homens nos diversos setores da economia do mar. Assim, o ordenamento do espaço marítimo, a vigilância das atividades humanas no mar e a monitorização ambiental são eixos fundamentais desta política. Esta imersão do Mar Português trará muitas oportunidades para a exploração dos recursos marinhos e um aumento das atividades económicas relacionadas com o mar, mas também grandes desafios para a gestão e utilização sustentável destes ecossistemas marinhos, que devem ser suportados num conhecimento profundo. Este conhecimento só será possível com sistemas de observação do oceano sustentáveis a longo prazo, o que exigirá grande capacidade operacional e esforço financeiro. O desenvolvimento de sistemas de monitorização do meio marinho, baseados em novas tecnologias (e.g., satélites e registadores contínuos), reveste-se de grande importância para a gestão e conservação dos seus ecossistemas marinhos, que necessitam de metodologias adequadas à sua observação para disponibilizar dados fiáveis e completos, tanto para os pareceres científicos, como para fins de execução e controlo de um desenvolvimento sustentável da economia do mar.</p>	o ordenamento do espaço marítimo, a vigilância das atividades humanas no mar e a monitorização ambiental são eixos fundamentais desta política. Reveste-se de grande importância a aliança com a tecnologia para o desenvolvimento de ecossistemas e metodologias.	Melhoramentos estruturais
14	Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos	<p>uma política marítima integrada, sendo pois determinante o conhecimento dos processos do oceano e a monitorização do seu estado ambiental, mas também um ordenamento do espaço marítimo que garanta que as atividades humanas e económicas se desenvolvem de forma sustentável e com respeito pelos valores ambientais. Fazem parte desta abordagem a criação de áreas marinhas protegidas de dimensão adequada e uma pesca que garanta que as unidades populacionais de gestão pesqueira sejam exploradas de forma sustentável. Por outro lado, o lixo marinho é também uma matéria de preocupação global que não pode ser abordada de forma isolada por qualquer país. Enquanto problema global, o lixo marinho requer a mobilização de agentes de diferentes naturezas, com vista à promoção do conhecimento, à monitorização ambiental e à implementação de medidas de redução ou eliminação de certos resíduos e limpeza de praias, e.g.. Portugal tem tido uma política de resíduos que contribui para a qualidade dos oceanos, destacando-se o projeto-piloto “A Pesca por um Mar sem Lixo”, com o objetivo de sensibilizar a frota de pesca para a recolha dos resíduos capturados nas artes de pesca. Noutra vertente, o combate às alterações climáticas requer particular atenção à redução da acidificação dos oceanos, através de medidas de mitigação e de adaptação aos efeitos negativos das alterações climáticas.</p>	a criação de áreas marinhas protegidas de dimensão adequada e uma pesca que garanta que as unidades populacionais de gestão pesqueira sejam exploradas de forma sustentável. A monitorização ambiental e a implementação de medidas de redução/eliminação de resíduos deverá estar como prioridade dos projetos a implementar.	Melhoramentos estruturais
14	Regular, efetivamente, a extração de recursos, acabar com a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas e proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada	<p>Nos próximos anos, Portugal continuará a potenciar as áreas de investigação e fiscalização de natureza tributária e aduaneira, e a aprofundar a vigilância marítima integrada e patrulhamento de toda a costa e mar territorial, fiscalizando as atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização de espécies marinhas, e contribuindo para assegurar o equilíbrio e sustentabilidade da vida marinha em território nacional. Pretende-se ainda implementar a utilização da terceira dimensão de meios não-tripulados, nos domínios da proteção da natureza e ambiente e da vigilância da orla costeira e do mar territorial, da proteção e socorro.</p>	Esta medida será possível de atingir se forem feitos esforços de legislação.	Legal
14	Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	<p>Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária 2016-2026 permitirá criar 12 mil novos postos de trabalho até 2030 e visa: i) adequar as infraestruturas e equipamentos ao aumento da dimensão dos navios e da procura e às ligações ao hinterland; ii) melhoria das condições de operacionalidade das unidades portuárias; e iii) criar nos portos plataformas de aceleração tecnológica e de novas competências. Abrange 8 portos de Portugal continental, num investimento total de 2,1 mil milhões de euros. (referido no relatório no objetivo 9) O desenvolvimento sustentável das zonas costeiras constitui uma prioridade no âmbito dos apoios a atribuir ao setor, devido à vocação marítima portuguesa e à situação espacial marcadamente urbana das comunidades piscatórias, caracterizadas por alguma fragilidade económica e relativa marginalização/exclusão social. A este nível, o Mar 2020 fomenta uma estratégia de desenvolvimento local que tenha em conta as realidades específicas de cada uma das comunidades costeiras, mediante a adoção do modelo de abordagem ascendente protagonizado pelos Grupos de Ação Local. A estratégia de desenvolvimento visa o apoio à criação de emprego em espaço marítimo e o aumento da coesão territorial das comunidades piscatórias, assumindo particular destaque a criação de novas oportunidades de negócio geradoras de rendimento complementar e/ou alternativo ao proveniente das atividades da pesca e da aquicultura, e as intervenções focadas na inovação, que sejam atrativas para as camadas mais jovens.</p>	Redução de barreiras à entrada do mercado e acessibilidade a bens e recursos com igualdade de oportunidades	Acesso a bens e serviços

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
15	Conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas	As políticas nacionais de conservação da natureza visam, no essencial, projetar as áreas classificadas enquanto ativos estratégicos para o desenvolvimento nacional, orientando a ação para a realidade objetiva das espécies e dos habitats, mas também da ação do próprio homem naquilo em que cria relações simbióticas com a natureza. Assim, as áreas protegidas deverão constituir um propósito de desenvolvimento que valorize a presença da espécie humana e reconheça a sua importância no conjunto da biodiversidade, sendo para tal necessário criar condições para fixar as populações nestas áreas, desenvolvendo uma estrutura económica que permita sustentar as dinâmicas sociais, fazendo uso dos recursos singulares que estas áreas proporcionam e que as diferenciam.	Continuação com os propósitos de desenvolvimento de áreas protegidas e de conservação da biodiversidade existente	Melhoramentos estruturais
15	implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação	um conjunto vasto de medidas que enquadram a Reforma da Floresta, nas vertentes de gestão e ordenamento florestal, titularidade da propriedade florestal e de defesa da floresta.	gestão sustentável e ordenada da florestação, diminuição da deflorestação	Ação Local
15	combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	No âmbito da valorização do território, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território surge como um enquadramento estratégico, onde a natureza e a aptidão dos valores naturais intrínsecos do território são considerados em conjunto com as componentes sociais e económicas nacionais, relevando a lógica que um território valorizado pelas populações resulta numa maior capacidade de resposta aos desafios sociais. A valorização do território através do seu correto ordenamento deve ser o espaço de encontro e coordenação da expressão espacial das diferentes políticas setoriais numa perspetiva de definição estratégica da ocupação do território à luz do modelo de desenvolvimento adotado, salvaguardando os recursos e os valores naturais bem como os sistemas indispensáveis à utilização do território. No combate à desertificação, restauro da terra e do solo degradado, salienta-se a importância do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, com 4 objetivos estratégicos: i) promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis; ii) promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas; iii) gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis; e iv) promover e mobilizar recursos para a aplicação do Programa e da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, nomeadamente apoiando ações de cooperação de atores da sociedade civil junto dos países parceiros e transferência de tecnologias e aplicação de boas práticas em matéria de gestão sustentável do solo. Destacam-se ainda as medidas de diversificação de culturas (greening), as medidas de conservação do solo e uso eficiente da água previstas no PDR2020, a promoção da silvicultura concedendo prioridade às zonas suscetíveis de desertificação, a manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas tendo em vista a diminuição do risco de abandono das áreas agrícolas, e a produção e certificação de misturas de sementes biodiversas, assegurando uma produção pecuária extensiva e mais sustentável, permitindo maior adaptação, aumentando a qualidade da forragem e maiores taxas de captação de CO2, melhorando a qualidade dos solos.	O grande desafio, principalmente no interior é os terrenos abandonados e não tratados. É importante existir uma fiscalização que sirva de controlo ao estado, de forma a prevenir algumas calamidades como têm acontecido.	Ação Local
15	assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha	Na conservação dos ecossistemas de montanha, salienta-se ainda a proteção do lobo ibérico e a manutenção dos lameiros de alto valor natural, de regadio e de sequeiro, promovendo os sistemas agropecuários extensivos, tradicionais e de montanha, compatíveis com a preservação dos recursos solo, água e biodiversidade	Proteção das espécies e manutenção do valor natural	Melhoramentos estruturais
15	Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, evitando a extinção de espécies ameaçadas	Portugal pretende, assim, reforçar as políticas de ordenamento do território e conservação da natureza, melhorando o estado dos habitats e espécies e aumentando a biodiversidade. Também o litoral, os rios e respetivas zonas inundáveis constituem áreas prioritárias no âmbito da conservação dos valores naturais. Como tal, é dada particular relevância às políticas de prevenção, proteção e adaptação dos territórios litorais e ribeirinhos, nomeadamente através de intervenções integradas. Neste contexto, encontra-se em elaboração o Plano de Ação para a Proteção e Valorização do Litoral 2016-2020, para a gestão integrada de intervenções e de operacionalização dos objetivos traçados, e, em fase de conclusão, os Planos de Gestão de Riscos de Inundação, incluindo sistemas de previsão e de alerta, considerando as características de cada bacia ou sub-bacia hidrográfica.	Proteção das espécies e manutenção do valor natural	Melhoramentos estruturais
15	Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos	evitar a perda da biodiversidade constitui um desígnio estratégico, sendo fundamental garantir o investimento público no setor, reforçando os meios humanos, técnicos e o conhecimento, face a esta que é identificada, a par das alterações climáticas, como uma das principais ameaças ambientais da atualidade, promovendo uma gestão adequada do território e uma fruição ampla dos parques naturais. Por outro lado, a diversidade biológica deve ser apreendida como um ativo estratégico, inclusivamente passível de valoração económica, além das áreas protegidas ou dos sítios da Rede Natura 2000, justificando-se, por exemplo, a necessidade de uma ação determinada para a requalificação dos ecossistemas dos rios e zonas húmidas – em estreita cooperação com as autoridades espanholas, no caso dos rios internacionais. No âmbito do estímulo à diversificação da base económica e à criação de emprego nas zonas rurais, inclui-se ainda a valorização dos produtos tradicionais, frequentemente associados a zonas protegidas - e a produção de serviços ambientais e de amenidades de lazer e recreio.	Garantir o investimento, reforçando os meios e recursos de forma a aumentar o conhecimento atual.	Igualdade e dignidade

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
15	Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas	nada é elencado pelo que será um tema que ainda não está abordado e que é estritamente necessário para a sociedade de hoje	Continuar com a vigilância das florestas e com a inspeção de todos aqueles que praticam a caça	Legal
15	evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras nos ecossistemas terrestres	as medidas de apoio ao setor florestal procuram fomentar a competitividade do setor, garantindo o seu papel multifuncional, contribuindo para o equilíbrio ambiental e proteção dos recursos naturais, mas também estabelecendo apoio no sentido de reestabelecer o potencial silvícola em áreas florestais atingidas por agentes abióticos e bióticos nocivos.	Proteção das espécies e manutenção do valor natural	Ação Local
15	gestão florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento	No âmbito económico e social, de acordo com a Constituição, são tarefas fundamentais do Estado defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território. Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro do desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, para a conservação da natureza, e promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, no respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações. A Estratégia Nacional para as Florestas define 6 objetivos estratégicos, a saber: i) minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; ii) especialização do território; iii) melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos; iv) internacionalização e aumento do valor dos produtos; v) melhoria geral da eficiência e competitividade do setor; e vi) racionalização e simplificação dos instrumentos de política.	gestão sustentável e ordenada da florestação, diminuição da deflorestação. Mais uma vez é importante agir localmente, fazendo a pequena parte que é possível a cada indivíduo.	Ação Local
15	aumento da capacidade das comunidades locais para encontrar outras oportunidades de subsistência sustentável que não as tradicionais ilegais		Uma das formas de dar novas oportunidades de subsistência é através da capacitação para agir melhor.	Capacitar e empoderar
16	Acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças	(o objetivo 16 é aquele que tem menos informação disponível) Em termos nacionais, relevam-se as missões de interesse público, que abrangem atividades como a cooperação com as forças e os serviços de segurança, com a Autoridade Nacional de Proteção Civil em situações de catástrofe ou calamidade pública, os planos estruturados de resposta a emergência, a fiscalização da Zona Económica Exclusiva, a busca e salvamento, evacuações sanitárias aéreas, a proteção do ambiente, reforço de assistência a banhistas, a defesa do património natural e a prevenção de incêndios, a pesquisa dos recursos naturais e a investigação nos domínios da geografia, cartografia, hidrografia, oceanografia e ambiente marinho. As medidas previstas na referida Lei destinam-se a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública. Todos os crimes praticados contra as crianças e jovens são considerados, nos termos da Lei, fenómenos criminais de prevenção e investigação prioritária.	Deve ser impostas leis a nível legal, mas continuar continuar com o trabalho de prevenção e consciencialização nas escolas.	Legal
16	fornecer identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento	Em matéria de registo de nascimento é de frisar o Projeto Nascer Cidadão, que permite registar os recém-nascidos no hospital/maternidade logo após o nascimento perante funcionário do registo civil. No quadro do Programa Simplex+2016, encontram-se previstas – também no sentido de facilitar o registo e pedido de documentação – as medidas Nascimento Online e Nascer Cidadão+.	Em Portugal, esta meta está assegurada na grande maioria dos casos, sendo que se torna imperativo ver as condições dos migrantes permitindo assim um melhor controlo.	Igualdade e dignidade
16	Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive através da cooperação internacional, para a construção de melhor capacidade de resposta, a todos os níveis	Parcerias – mobilizando-se os meios necessários para a implementação da Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, fortalecendo-se o espírito de solidariedade global, com ênfase nos mais pobres e mais vulneráveis, e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas, não deixando ninguém para trás. No princípio de defesa da segurança humana, garantindo a segurança dos Estados, mas também das pessoas, importa realçar que as forças de segurança podem atuar além da jurisdição nacional, em cooperação com organismos e serviços de Estados estrangeiros ou com organizações internacionais, tendo em vista o aprofundamento do espaço de liberdade, segurança e justiça. Portugal afirma-se como um ator consolidado de segurança internacional, na perspetiva de que esta não se materializa apenas nas fronteiras geográficas nacionais e que a edificação de uma segurança alargada se baseia num esforço internacional. Assim, no quadro das organizações internacionais (ONU, UE, NATO e OSCE), e no contexto da cooperação técnico-militar bilateral, Portugal destaca-se perante situações adversas, reforçando o seu prestígio e credibilidade, numa partilha de responsabilidades coletivas pela paz e segurança internacionais.	Portugal destaca-se perante situações adversas, reforçando o seu prestígio e credibilidade, numa partilha de responsabilidades coletivas pela paz e segurança internacionais. Deve-se continuar a incrementar este tipo de apoio, de forma a, efetivar algumas parcerias.	Parcerias
16	Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	construção de um projeto de participação cidadã, pretende aproximar as pessoas da política, incentivando a sua participação fácil e ativa na escolha do projeto em que investir. (...) designadamente no Artigo 70.º, dotando-os da informação necessária ao exercício pleno dos seus direitos, e, simultaneamente, mobilizando respostas às preocupações da juventude.	Esta decisão começa necessariamente na escola, sendo que é necessário apoiar e capacitar as pessoas nas escolhas diárias.	Capacitar e empoderar
16	Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável	Como tal, está previsto na Constituição da República Portuguesa um conjunto de direitos fundamentais, tais como os direitos à liberdade e segurança, igualdade e não discriminação, integridade física e moral, reunião e manifestação, participação política, liberdade de expressão, liberdade de associação, de consciência, de religião e de culto – e que a todos seja assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa sua e dos seus interesses, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência económica, condição social ou cultural. Outros direitos previstos consistem no direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos, nem discriminações.	Mais uma vez, uma noção de governo/legal.	Legal

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
17	Melhor coordenação entre os mecanismos existentes	Procura-se conjugar diferentes tipos e modalidades de ajuda, numa lógica de complementaridade e de criação de sinergias, tais como: i) intervenção em projetos; ii) contribuições gerais; iii) apoios a programas e fundos comuns; iv) apoio orçamental e fundos setoriais; v) bolsas de estudo; vi) peritos; e vii) assistência técnica.	Complementariedade e parcerias deve ser o imperativo na ação.	Parcerias
17	Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas	a intervenção de Portugal tem procurado criar condições para promover: i) o acesso à ciência, tecnologia e inovação, a partilha de conhecimento, numa ótica de promoção da Cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, o desenvolvimento, transferência, disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente adaptadas à realidade dos seus países parceiros (Tecnologia); ii) reforço da capacidade de resposta dos países parceiros na implementação dos ODS (Capacitação); iii) reforço da Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável através do apoio ao estabelecimento de parcerias multissetoriais que mobilizam e partilham conhecimento, perícia, tecnologia e recursos financeiros, para a realização dos ODS nos países parceiros e para incentivar e promover parcerias entre os diferentes atores, nomeadamente público-privadas e com outros agentes da sociedade civil; e iv) incremento no apoio à preparação e implementação de medidas de progresso do desenvolvimento sustentável, através da capacitação estatística (Dados, Monitorização e Prestação de contas).	O desenvolvimento necessário vem da investigação, sendo que a disseminação e difusão virá inevitavelmente do investimento. Assim sendo é necessário unir esforços para fazer prevalecer este incremento na utilização das tecnologias.	Investigação/Conhecimento
17	Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento	Materializando o princípio das parcerias para o desenvolvimento, a nova geração dos Programas Estratégicos de Cooperação (PEC) alicerça-se num processo inclusivo e participado, claramente orientado para uma gestão por resultados em função das prioridades de desenvolvimento identificadas pelos países parceiros e do valor acrescentado da Cooperação Portuguesa, respeitando a liderança do parceiro e reforçando os princípios da apropriação e prestação de contas mútua. Esta nova geração de PEC preconiza igualmente um alinhamento com os ODS consubstanciado através de um mapeamento por setor de intervenção PEC-ODS que permitirá a Portugal e aos seus países parceiros uma monitorização mais fina do contributo das suas intervenções para a implementação de cada um dos ODS. Até à data, foram assinados os novos PEC de São Tomé e Príncipe (2016- 2020) e de Cabo Verde (2017-2021), e estão em negociação os PEC de Angola e de Moçambique, prevendo-se para o final de 2017 o início de um novo ciclo de programação com Timor-Leste. Em paralelo, têm sido desenvolvidas parcerias com o setor privado, academia e sociedade civil, através da participação do Camões, I.P. em consórcios para Assistências Técnicas internacionais, que valorizem: i) o interesse estratégico para a melhoria das intervenções de Portugal na sua ação externa, em particular junto dos PALOP e Timor-Leste, mas também de criação de oportunidades de parceria com países do Mediterrâneo, da América Latina, de África Ocidental e da Ásia; ii) o desenvolvimento e a criação de um mercado para o desenvolvimento; iii) a diversificação de fontes de financiamento; iv) ganhos de experiência em contextos concorrenciais, à imagem de outras agências de cooperação congéneres, e em complemento à Cooperação Delegada; e v) a integração em parcerias nacionais e internacionais.	Complementariedade e parcerias deve ser o imperativo na ação.	Parcerias
17	Aumentar significativamente as exportações com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos	nada é elencado pelo que será um tema que ainda não está abordado e que é estritamente necessário para a sociedade de hoje	Tal como tantas vezes enunciado, vender para fora, ou seja exportar como forma de rentabilizar aquilo que de bem produzimos ou servimos.	Inovação/Produtividade
17	Aumentar a estabilidade macroeconómica global, inclusive através da coordenação e da coerência de políticas	Portugal está igualmente comprometido com a sustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento, tendo atualmente em curso dois programas de perdão de dívida com dois dos seus principais parceiros de cooperação e permanece atento à problemática do sobre-endividamento nos restantes parceiros.	A estabilidade económica está associada à produtividade e à diminuição da corrupção. Assim, acho que é essencial o foco nestes dois campos enfrentando a problemática dos endividamentos.	Inovação/Produtividade
17	Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias	Parcerias – mobilizando-se os meios necessários para a implementação da Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, fortalecendo-se o espírito de solidariedade global, com ênfase nos mais pobres e mais vulneráveis, e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas, não deixando ninguém para trás. Portugal definiu como uma das suas prioridades o estabelecimento de parcerias inovadoras, com atores de natureza diversa, onde se incluem as autarquias locais, e, no quadro da sociedade civil, a academia e o setor privado, bem como parceiros multilaterais como a União Europeia, através de um reforço da Cooperação Delegada, e com outros doadores, por via de uma clara aposta na Cooperação Triangular e Trilateral.	Fortalecer o espírito de solidariedade global, com ênfase nos mais pobres e mais vulneráveis, e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas, não deixando ninguém para trás.	Parcerias

nr objetivo	GUIA	RELATÓRIO 2017	OPINIÃO	CRITÉRIO
17	aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e fidedignos, desagregados ao nível do rendimento, género, idade, raça, etnia, estatuto migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais	Portugal atribui a maior importância ao reforço das capacidades estatísticas e de metodologias que permitam melhor monitorizar e medir os progressos na implementação e os recursos canalizados em apoio à concretização dos ODS. Por essa razão, tem vindo a trabalhar, em parceria com os Institutos Nacionais de Estatística dos países da CPLP, na elaboração de um programa de reforço das capacidades para a definição de indicadores e monitorização dos ODS nesses países, e tem participado de forma particularmente ativa na definição de uma nova medida estatística de Total Official Support for Sustainable Development (TOSSD), complementar à Ajuda Pública ao Desenvolvimento, que permita ter uma perspetiva global dos esforços encetados em prol do desenvolvimento sustentável. Portugal foi um dos principais defensores da importância de envolver a participação dos diversos atores (ONU, países parceiros, sociedade civil) na definição do TOSSD, para que seja tão universal e inclusiva quanto possível e sirva as necessidades de monitorização e reporte tanto dos doadores tradicionais como dos doadores emergentes e dos países parceiros. Adicionalmente, o desenvolvimento do Sistema de Informação Integrada da Cooperação Portuguesa pretende reforçar a capacidade de resposta nacional diferenciada face às transformações do panorama internacional do financiamento do desenvolvimento e das exigências da Agenda 2030.	Portugal atribui a maior importância ao reforço das capacidades estatísticas e de metodologias que permitam melhor monitorizar e medir os progressos na implementação e os recursos canalizados em apoio à concretização dos ODS. Por essa razão, tem vindo a trabalhar, em parceria com os Institutos Nacionais de Estatística dos países da CPLP, na elaboração de um programa de reforço das capacidades para a definição de indicadores e monitorização dos ODS nesses países.	NA
17	aumentar as iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento	No sentido de reforçar a qualidade da sua ação externa no âmbito da cooperação internacional e para o desenvolvimento sustentável, Portugal tem pautado a sua atuação com base em princípios que permitam concretizar parcerias para a implementação dos ODS, de entre os quais se destacam: i) desvinculação de abordagens assistencialistas, investindo-se na capacitação institucional e humana, com vista a facilitar a mobilização de investimento e comércio e promover a sustentabilidade; ii) transição para uma lógica de cofinanciamento nacional, europeu e internacional, público e privado, através do recurso a novas e diversas fontes de financiamento, algumas das quais baseadas em mecanismos inovadores, e a parcerias (Cooperação Delegada, Cooperação Triangular, criação de consórcios com entidades nacionais e/ou externas, públicas e privadas, blending); e iii) envolvimento dos agentes económicos, do mundo académico e da sociedade civil.	É importante que exista desenvolvimento, mas também é importante que existe uma forma de medir esse progresso.	Legal
		A implementação da Agenda 2030 apresenta diversos desafios à produção de informação estatística, distribuídos de forma tripartida: i) investimento em tecnologias com capacidade de integração de múltiplas fontes e processamento de um elevado volume de informação; ii) inovação e desenvolvimento de metodologias permitindo a definição e desenvolvimento de conceitos e indicadores que retratem de forma fíavel a realidade social presente e futura; e iii) necessidades multivariadas de recursos, nomeadamente humanos, com elevado grau de especialização. Em particular, as necessidades de recursos e de capacitação estatística são transversais a todos os sistemas de informação associados ao acompanhamento da Agenda 2030, tornando mais visível a inevitável criação e consolidação de parcerias internas e internacionais para responder aos múltiplos desafios colocados.		